



Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT

Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX

Câmpus de Porto Nacional – CUPN

Comitê Setorial de Extensão Universitária da UFT/Porto Nacional - CSExt

ANAIS DA SEMANA ACADÊMICA INTEGRADA 2018 UFT/PORTO NACIONAL:

Democracias, Meio Ambiente e Desafios Universitários

03 a 06 de setembro de 2018

Coordenação Geral

Fabiana Scoleso

Eça Pereira da Silva

Jemima Queiroz da Silva

José Adriano Cavalcante Angelo

Radamés Vieira Nunes

Porto Nacional

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Câmpus Universitário de Porto Nacional**

F981a Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Anais da Semana acadêmica integrada 2018 UFT/PORTO NACIONAL: democracias, meio ambiente e desafios universitários, 03 a 06 de setembro de 2018 / Coordenação Geral Fabiana Scoleso et al. – Porto Nacional, TO: Comitê Setorial de Extensão Universitária da UFT/Câmpus de Porto Nacional, 2018.

106 p.; il. color.

ISBN: 978-65-00-05580-1

1. Democracias. 2. Meio Ambiente. 3. Desafios universitários. I. Scoleso, Fabiana... [et al] II. Título.

CDD 321.8

Bibliotecária Documentalista: Alessandra Batista Santarém CRB-2/1457

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Copyright © 2018 - Universidades Federais do Tocantins – Todos os direitos reservados

www.uft.edu.br

www.uft.edu.br/semanaacademicaporto

Câmpus Universitário de Porto Nacional

Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/n°

Setor Jardim dos Ipês | 77500-000 Porto

Nacional/TO



ANAIS DA SEMANA ACADÊMICA INTEGRADA 2018 UFT/PORTO NACIONAL:
 Democracias, Meio Ambiente e Desafios Universitários

03 a 06 de setembro de 2018

Reitor: Luís Eduardo Bovolato
Vice-Reitora: Ana Lúcia de Medeiros
Pró-reitor de Administração e Finanças: Jaasiel Nascimento Lima
Pró-reitor de Assuntos Estudantis: Kherlley Caxias Batista Barbosa
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento: Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-reitora de Graduação: Vânia Maria de Araújo Passos
Pró-reitor de Extensão Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Santana Milhomem
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Raphael Sanzio Pimenta
Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes
Diretor do Câmpus de Porto Nacional: George França dos Santos

Coordenação Geral
 Fabiana Scoleso

Comitê Técnico-Científico
 Fabiana Scoleso – UFT/Relações Internacional
 Dirceu Marchini Neto – UFT/Relações Internacional
 Êça Pereira da Silva – UFT/História - Licenciatura
 Elaine Toricelli Cleto – UFT/Ciências Sociais - Bacharelado
 Fernando José Ludwig – UFT/Relações Internacional
 Ítalo Beltrão Sposito – UFT/Relações Internacional
 Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – UFT/Relações Internacional
 Jemima Queiroz da Silva – UFT/ Ciências Biológicas - Licenciatura
 José Adriano Cavalcante Angelo – UFT/Ciências Biológicas - Licenciatura
 Nayara Gallieta Borges – UFT/Direito
 Radamés Vieira Nunes – UFT/História - Licenciatura
 Rodolfo Ilário da Silva – UFT/Relações Internacional

Porto Nacional
2018

Comissão Organizadora

Fabiana Scoleso (Coordenação Geral)
Eça Pereira da Silva (Coordenação)
Jemima Queiroz da Silva (Coordenação)
José Adriano Cavalcante Angelo (Coordenação)
Radamés Vieira Nunes (Coordenação)
Alice Panta
Angélica Reis
Gabriela Messias Silva
Gabriela Silva
Gabriele Silva
Isadora Nogueira
Laianny Soares
Larissa Cardoso Gonçalves
Marcelo Cleto
Rafael Lisboa
Sabrina Milhomem Leal
Steffhany Ferreira
Taluany Nascimento
Vitória Costa
Zeyna Oliveora

SUMÁRIO

GT 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	6
Perfil dos trabalhadores acometidos com lesões por esforço repetitivo e doenças relacionadas ao trabalho em Palmas – TO, 2009 a 2015.	7
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO GERENCIAL E ASSISTENCIAL.....	11
VIDAS FISSURADAS: MULHERES NEGRAS E O TRÁFICO DE DROGAS EM PORTO NACIONAL E REGIÃO.....	15
DIREITO À CIDADE E MOBILIDADE URBANA EM PORTO NACIONAL: A AUSÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS	19
DESEMPREGO E TRABALHO INFORMAL: Manifestações da questão social na contemporaneidade.....	23
GT 4 – ESTADO E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA	28
VIDAS FISSURADAS: MULHERES NEGRAS E O TRÁFICO DE DROGAS EM PORTO NACIONAL E REGIÃO	29
DROGAS EM CRISE: O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE DROGAS NO BRASIL PÓS-IMPEACHMENT	33
HABITAÇÃO E MOBILIDADE: UMA RELAÇÃO ENTRE PERIFERIA E TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE DE PALMAS-TO	38
GT 5 – EDUCAÇÃO E ENSINO.....	40
EDUCAÇÃO CARTOGRAFICA: MAQUETE UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA.	41
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PIBID A PARTIR DO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS.....	45
MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NA ANTIGA REGIÃO NORTE DE GOIÁS (ATUAL TOCANTINS) DE 1940 A 1980.	50
A CAPOEIRA ANGOLA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:	55
“ O Projeto Quilonbo de Angola” – UFT/Porto Nacional”	55
GT 6 – HISTÓRIA, CULTURA E LINGUAGENS.....	59
MODERNIZAÇÃO EM PORTO NACIONAL: FRANCISCO AYRES E O CULTO AO FUTURO	60

OS KRAHÔ E A ÁGUA: RELAÇÕES COSMOLÓGICAS, RITUAIS E COTIDIANAS	70
AS JOIAS TRADICIONAIS NAS FESTAS RELIGIOSAS DE NATIVIDADE, TOCANTINS.....	75
NORTENSES NAS ONDAS DO RÁDIO:	86
História e Cotidiano no Norte Goiano com advento do rádio (1930 – 1970)	86
Festa de Nossa Senhora das Mercês em Porto Nacional – TO: Retornando pela fé.	89
O GÊNERO RESENHA NA UNIVERSIDADE: A QUESTÃO DA ‘AUTORIA’ SOB O OLHAR DOS LETRAMENTOS ACADÊMICOS	93
GT 7 – MEIO AMBIENTE, TERRITÓRIO, FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES	97
O QUILOMBO MORRO SÃO JOÃO: AS AÇÕES DE GRILEIROS E O ENCURTAMENTO DO TERRITÓRIO.....	98
GT 8 – CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE.....	102
SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA TEORIA DO CONFORTO	103

**GT 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

PERFIL DOS TRABALHADORES ACOMETIDOS COM LESÕES POR ESFORÇO REPETITIVO E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO EM PALMAS – TO, 2009 A 2015.

Ester Florentino de Moraes Preto

Resumo: O objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil dos trabalhadores de Palmas com Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. Estudo descritivo com dados secundários. Foram utilizados os registros de trabalhadores com Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação de Palmas entre 2009 a 2015. Os instrumentos dos registros foram as fichas de notificações do agravo. Foram registrados 104 casos de pessoas com lesão por esforço repetitivo ou doenças relacionadas ao trabalho entre no período. A média de idade dos trabalhadores foi de 49 anos, tendo a idade mínima de 22 anos e a máxima de 70 anos. O gênero feminino (59,62%) predominou. A maioria foi atendida em regime ambulatorial (64,42%) e residente na zona urbana (96,0%). A maioria teve exposição ao agente de risco por vários anos (78,86%). Mais dos trabalhadores 85% precisaram de atendimento hospitalar ou ambulatorial. O comprometimento físico como perda de sensibilidade, limitação dos movimentos, sinais flogísticos de inflamação, afastamento do trabalho tiveram uma alta prevalência. A dor estava presente em 91,34% dos trabalhadores. O afastamento do trabalho ocorreu em 71, 15% dos casos. O Comunicado de Acidente de Trabalho foi emitido em 18,27% dos casos. Nota-se que estes agravos são uma problemática mundial, pois acarreta prejuízo muitas vezes irreversíveis, elevando a taxa de absenteísmo e aposentadoria por invalidez, sendo necessária implementações de ações preventivas e educativas na vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: LER/DORT. Saúde do trabalhador. Saúde pública. Dor. Sistemas de informação em saúde.

Introdução

A saúde do trabalhador é um campo da saúde coletiva que mobilizou espaços para identificação, discussão e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, principalmente as doenças osteomusculares, em função da sua abrangência e magnitude na saúde pública brasileira (MERLO et al., 2013).

A alta prevalência de LER/DORT tem sido explicada por transformações do trabalho e das empresas cuja organização tem se caracterizado pelo estabelecimento de metas e produtividade, considerando suas necessidades, particularmente de qualidade dos produtos e serviços e aumento da competitividade de mercado, sem levar em conta os trabalhadores e seus limites físicos e psicossociais (BRASIL, 2012).

Diferentemente do que ocorrem com doenças não ocupacionais, as doenças relacionadas ao trabalho têm implicações legais que atingem a vida dos pacientes. O seu reconhecimento é regido por normas e legislação, conforme a finalidade, A gravidade do quadro de saúde dos trabalhadores.

ores brasileiros está expressa, entre outros indicadores, pelos acidentes do trabalho e doenças relacionadas ao trabalho.

Conforme Portaria Nº 204, DE 17 de fevereiro de 2016 estabelece a notificação compulsória de diversos agravos vinculados ao trabalho, entre os quais as LER/DORT. A finalidade da notificação é para promover a prevenção de novos casos de agravamento dos já existentes e organização de serviços e especialidades necessárias, pelo modo de intervenções nas áreas de assistência, vigilância e planejamento.

Diante da magnitude e da morbimortalidade, absenteísmo, e perda da qualidade de vida para a saúde dos trabalhadores acometidos por LER/DORT, é necessário que, cada vez mais, a Vigilância para a Saúde do Trabalhador seja fortalecida para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para ações promovam a transformação de ambientes insalubres e perigosos para o trabalho. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi descrever o perfil sociodemográfico e clínico epidemiológico de pessoas acometidas por LER/DORT na capital do Tocantins, o qual contribuirá para ações estratégicas em prol da saúde do trabalhador.

Metodologia

Para esse estudo os dados foram adquiridos das fichas de notificação de LER/DORT registradas no banco de dados do SINAN, que abrange 60 campos de preenchimento além de informações adicionais para a investigação de cada caso (HAEFFNER, 2014).

Os campos de preenchimento da ficha de notificação de LER/DORT foram fracionados por categorias: dados gerais, notificação individual, dados de residência, antecedentes epidemiológicos, específicos de LER/DORT, conclusão do caso, informações complementares e investigador (BRASIL, 2006). A ficha de notificação é fragmentada em campos obrigatórios e fundamentais e o seu preenchimento é relativo, pois registra dados necessários à investigação do caso ou ao cálculo de indicador epidemiológico ou operacional, e conseqüentemente, para gerar dados que abastece análises epidemiológicas oportunas para o estabelecimento de planos de intervenção e promoção à saúde (BRASIL, 2006; HAEFFNER, 2014).

Trata-se de um estudo baseado em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram incluídos todos os casos registrados/notificados por LER/DORT em trabalhadores residentes no Município de Palmas no período de 2009 a 2015, totalizando 104 casos.

Como os dados epidemiológicos de notificação de LER/DORT são extremamente sensíveis à capacidade operacional dos serviços de saúde, foi estabelecido o período de 7 anos para realizar a análise do perfil epidemiológico do problema na capital do estado. Dessa forma, a influência das variações operacionais estará diluída nesse período de estudo, o que proporciona uma melhor aproximação da realidade epidemiológica do problema.

Foram excluídos os registros de LER/DORT com duplicidades e com códigos incompatíveis dos municípios de Palmas, bem como, casos de residentes em outro Estado.

Para análise descritiva foram selecionadas as variáveis segundo registros de casos por ano. Descreveram-se as características sociodemográficas, clínicas e

epidemiológicas dos casos registrados no período de estudo, segundo as variáveis selecionadas para o estudo.

A apresentação dos resultados foi realizada por meio de figuras e tabelas, que expõem as frequências absolutas e relativas de cada informação coletada nas bases de dados. As planilhas do Microsoft Excel foram utilizadas para elaboração das tabelas e figuras. Os resultados foram calculados por meio do programa STATA versão 11 (Stata Corporation, College Station, EUA).

Resultados e discussões

Foram registrados 104 casos de pessoas com lesão por esforço repetitivo ou doenças relacionadas ao trabalho entre o período de 2009 a 2015. A média de idade dos trabalhadores foi de 49,4 anos, tendo a idade mínima de 22 anos e a máxima de 70 anos. O gênero feminino (59,62%) predominou. A maioria foi atendida em regime ambulatorial (64,42%) e residente na zona urbana (96,0%). A maioria teve exposição ao agente de risco por vários anos (78,86%). Mais de 85% precisou de atendimento hospitalar ou ambulatorial. O comprometimento físico como perda de sensibilidade, limitação dos movimentos, sinais flogísticos de inflamação, afastamento do trabalho tiveram uma alta prevalência. A dor estava presente em 91,34% dos trabalhadores. O afastamento do trabalho ocorreu em 71,15% dos casos. O Comunicado de Acidente de Trabalho foi emitido em 18,27% dos casos.

Esse estudo descreve uma alta prevalência de LER/DORT em trabalhadores no município de Palmas, apesar do trabalho da vigilância ter sido intensificado apenas no ano de 2010, esses resultados apontaram a vulnerabilidade para absenteísmo decorrentes de lesões físicas que podem ser irreversíveis na vida dessas pessoas e incorrer como problema de saúde pública.

Considerações Finais

Este estudo caracterizou o perfil dos trabalhadores e de LER/DORT notificados em Palmas entre 2009 a 2015. Mostrou uma alta taxa de absenteísmo gerado pelo agravo. A taxa de absenteísmo é um fator que deve ser considerado por se tratar de LER/DORT, pois os prejuízos são inúmeros, entre outras limitações funcionais e sofrimento do trabalhador, a sobrecarga aos que trabalham compensando os acometidos por motivo de absenteísmo, perda da produtividade e consequente da renda familiar. Houve afastamentos de curto período, porém alguns de longo tempo, gerando maiores encargos socioeconômicos. A abordagem adequada e o tratamento correto dessa patologia podem evitar afastamentos prolongados e maiores limitações funcionais dos trabalhadores acometidos com este agravo. Os serviços de saúde devem fortalecer as ações de vigilância para esse agravo de forma a garantir a integralidade do cuidado.

Referencias

BRASIL. Dor relacionada ao trabalho: lesões por esforços repetitivos (LER) : distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort). **BRASÍLIA, DF: 2012.**
68

BRASIL, Lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, dor relacionada ao trabalho: protocolos de atenção integral à saúde do

trabalhador de complexidade diferenciada / Ministério da Saúde do Brasil; organizado por Maria Maeno, Vera Salerno, Daniela Augusta Gonçalves Rossi, Ricardo Fuller. – Brasília (DF): Ministério da Saúde, 49p., 2006b.

HAEFFNER, Rafael. O perfil dos trabalhadores do Brasil com distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho / Rafael Haeffner – Curitiba, 2014.

HAEFFNER, Rafael. O PERFIL DOS TRABALHADORES DO BRASIL COM DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADOS AO TRABALHO.

MERLO, A. R. C et al. O trabalho entre prazer, sofrimento, e adoecimento: a realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. **Psicologia e sociedade**, v. 15, n. 1, p. 117-136; jan./jun. 2003.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM COMO INSTRUMENTO GERENCIAL E ASSISTENCIAL

Ester Florentino de Moraes Preto

Resumo: O profissional enfermeiro é instigado entre a edificação e compilação do ciência, da qual fundamenta-se a pratica gerencial e assistencial. Sendo assim, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) surge para colaborar e conciliar no planejamento, a execução, o controle e avaliação das ações da assistência direta e indireta (FIGUEIREDO, et al, 2013). O presente estudo trata-se de uma análise de dados secundários, por meio de uma revisão sistemática da literatura, que objetivou a colaboração na ponderação da necessidade da importância da implementação da SAE como estratégia no gerenciamento do cuidar, buscando-se a autonomia e espaço. Os hospitais exibem particularidades específicas das facilidades e desafios na operacionalização da SAE, a mesma devendo então ser analisadas pelo profissional enfermeiro, com a intensão de que este método assistencial e gerencial seja implementado com o adequado conhecimento da real situação e metas para serem conquistadas.

Palavras-chave: Enfermeiros. Gerência. Hospitais. Processos de Enfermagem. Assistência ao Paciente

Introdução

Desde muito tempo, em distintos ambientes, dentro os quais o ambiente hospitalar, a gerência em enfermagem vem sendo exposta como uma ferramenta primordial no vínculo de diversos profissionais da equipe, e na organização dos ofícios da enfermagem (SOARES et al, 2015).

O profissional enfermeiro é instigado entre a edificação e compilação do ciência, da qual fundamenta-se a pratica gerencial e assistencial. Sendo assim, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) surge para colaborar e conciliar no planejamento, a execução, o controle e avaliação das ações da assistência direta e indireta (FIGUEIREDO, et al, 2013).

Ressaltando que, atualmente existem diversas ferramentas de sistematizar a assistência de enfermagem, dos quais, plano de cuidados, os protocolos, a padronização de procedimentos e o processo de enfermagem (CARVALHO, BACHION, 2009)

Enfim, sabendo então que a gerencia e a assistência de enfermagem são ofícios cruciais no anônimo do enfermeiro, e objetivando a excelência da assistência de enfermagem direta e indireta ao paciente, família e a comunidade no processo saúde-doença. Ou seja, a SAE é um dos instrumentos assistencial e gerencial do enfermeiro, colaborando então para a excelência da assistência de enfermagem e fornecendo respaldo jurídico e legal.

Pressuposto a isso, o presente estudo justifica-se pela colaboração na ponderação da necessidade da importância da implementação da SAE como estratégia no gerenciamento do cuidar, buscando-se a autonomia e espaço. Visando cessar a dicotomia de que o que é alvitado, e o que é feito na rotina da enfermagem. Colaborando-se então no planejamento e organização da pratica gerencial e assistencial.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma análise de dados secundários, por meio de uma revisão sistemática da literatura, que objetivou a colaboração na ponderação da necessidade da importância da implementação da SAE como estratégia no gerenciamento do cuidar, buscando-se a autonomia e espaço.

A coleta de dados foi realizada entre janeiro a julho de 2018 com a pesquisa em bases eletrônicas de dados LILACS, PubMed e COCHRANE, Scielo utilizando os descritores previamente consultados no DECS (Descritores em Ciências da Saúde).

Foram incluídos, após leitura de títulos e resumos, os artigos que se encaixavam no tema proposto. Como critérios de exclusão, adotaram-se artigos que não apresentassem nenhum aspecto do tema proposto ou que estivessem redigidos em outras línguas que não as acima citadas ou trouxessem resultados de teses e dissertações, devido ao grande tamanho destas publicações.

Resultados e discussões

Com a evolução da tecnologia, das frequentes permutas de informações e diligências das instituições de saúde buscando potencializar recursos, subtrair custos e aperfeiçoar a qualidade do cuidar. Conseqüente, tem se requerido da equipe de enfermagem o aprimorar da ocupação, o planejamento e a operacionalização da assistência de enfermagem, ressaltando a imprescindibilidade incontestável da adoção e consolidação da SAE (GOMES, 2012).

Um dos grandes déficits evidenciados: a deficiência dos registros de enfermagem em relação a SAE. Notou-se a escassez de registro, tornando-a informal, inoperante e incompleta, expondo uma contradição entre o que é dito e praticado, atrapalhando-se a sua implementação (TORRES et al, 2011).

Evidenciando-se a imposição de planejar o cuidado, pois a sistematização objetiva o planejamento e a organização, a eficiência e validade da assistência prestada. Sendo ela o planejar de ações constituídas no desenvolver de metas e resultados, das quais, um plano de cuidado individualmente atribuídos na resolução de problemas diagnosticados e atingir metas identificadas e resultados esperados (GONÇALVES, NERY, NOGUEIRA, BONFIM, 2007).

Por sua vez, a implantação da SAE, atualmente, é um desafio, especialmente, na gerencia da assistência gerencial, por ser uma realidade complexa, multifacetada e multidimensional. Instigando ao enfermeiro dedicação e criatividade na concepção de estratégias revolucionárias e participativas, além do mais, reter conjunturas favoráveis ao processo de adoção da mesma, englobando fatores políticos e econômicas (FIGUEIREDO, et al, 2013).

Considerações Finais

Os hospitais exibem particularidades específicas das facilidades e desafios na operacionalização da SAE, a mesma devendo então ser analisadas pelo profissional enfermeiro, com a intensão de que este método assistencial e gerencial seja implementado com o adequado conhecimento da real situação e metas para serem conquistadas.

Evidenciou-se que há mais obstáculos do que oportunidades que transpassam o corriqueiro do enfermeiro em frente a operacionalização de tal método, dos quais:

implementar a SAE de maneira correta, a falta de impressos, protocolos, escassez de enfermeiros, o que gera a falta de tempo, a ausência de conhecimento, ou seja, a não capacitação dos profissionais, a falta de um ambiente para a passagem dos plantões, bem como os registros de enfermagem incompletos.

Todavia, a operacionalização acontece por desenvolvimento mútuo, dos quais, os indivíduos são enaltecidas pela a organização, conforme participação efetiva para o desenvolvimento.

Enfim, salienta-se de nada progride usar a SAE como receita de bolo, mas ajusta-la segundo a veracidade de cada instituição. Sendo necessário checar o número da equipe de enfermagem equilibrado ao número de leitos do hospital, analisando alguns enfermeiros que recusam a sistematização como respaldo legal da profissão.

Referências

CARVALHO EC, BACHION MM. Processo de enfermagem e sistematização da assistência de enfermagem - intenção de uso por profissionais de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem [on line]. 2009; [citado 2013 nov 05] 11(3): 466. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/pdf/v11n3a01.pdf>**

FIGUEIREDO, Maria Ediliane Dantas, SANTOS, Sergio Ribeiro dos, OLIVEIRA, Amanda Maritsa de Magalhães, LEITE, Kamila Nethielly Souza, MORAIS, Jocicleia Maria Dias de, DUARTE, Alda Carla Pires. SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL ESCOLA. **Rev enferm UFPE on line., Recife, 7(esp):6981-8, dez., 2013.**

Gomes LA, Brito DS. Desafios na implantação da sistematização da assistência de enfermagem: uma revisão de literatura. **Revista Interdisciplinar UNINOVAFAPI. [on line]. 2012 jul/ago; [citado 2013 nov 05]. 5(3):64-70. Disponível em: http://www.novafapi.com.br/sistemas/revistainterdisciplinar/v5n3/rev/rev5_v5n3.pdf**

Gonçalves LRR, Nery IS, Nogueira LT, Bonfim EG. O desafio de implantar a sistematização da assistência de enfermagem sob a ótica do discente. **Esc. Anna Nery. 2007 jul/set;11(3):459-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n3/v11n3a10.pdf>**

OLIVEIRA LM, EVANGELISTA RA. Sistematização na assistência à enfermagem (SAE): excelência no cuidado. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão do UNIPAM [periódico da internet]. 2010 ago;1(7):83-8. Disponível em: http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/36602/Sistematizacao_da_asistencia_de_enfermagem_SAE.pdf**

SOARES, Mirelle Inácio, RESCK, Zélia Marilda Rodrigues, TERRA Fábio de Souza, CAMELO, Silvia Helena Henriques. Sistematização da assistência de enfermagem: facilidades e desafios do enfermeiro na gerência da assistência. **Esc. Anna Nery vol.19 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.**

TORRES E, CHRISTOVAM BP, FULY PCS, SILVINO ZR, ANDRADE M. Sistematização da assistência de enfermagem como ferramenta da gerência do

cuidado: estudo de caso. **Esc. Anna Nery [Internet]. 2011 [cited 2013 Apr 11];15(4):730-6. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400011**

VIDAS FISSURADAS: MULHERES NEGRAS E O TRÁFICO DE DROGAS EM PORTO NACIONAL E REGIÃO

Ana Cleia Ferreira Rosa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de alguns dos dados da pesquisa do qual estamos trabalhando “Vidas fissuradas: mulheres negras e o tráfico de drogas em Porto Nacional e Região” portanto partimos do princípio da pesquisa, buscando entender através da pergunta: “Como se dá essa trajetória da mulher negra presa por tráfico de drogas no perímetro de Porto Nacional e região?”. Essa questão se refere por um lado ao caminho institucional que essas mulheres percorrem, a partir do momento em que elas são conduzidas pelas forças de segurança. Por outro lado, questionar sobre a trajetória dessas mulheres significa também importar-se com o percurso de vida que de certa forma as conduziram, de tal situação de encarceradas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Drogas; Encarceramento.

Introdução

Na atualidade, a mulher negra e pobre é a que mais sofre com o movimento do encarceramento impulsionado pela Lei de Drogas 11.343/2006. Mais recentemente, em novembro de 2016, o Plano Nacional de Segurança Pública proposto pelo Ministério da Justiça brasileiro atrelou a política de drogas à política de enfrentamento da violência contra a mulher demonstrando assim, a importância dessa relação.

Entre 2010 e 2014 a população prisional feminina cresceu 567%, enquanto que a população masculina nas prisões cresceu 220% durante o mesmo período. Dessas mulheres, 70% foram presas devido à acusação de tráfico, e duas em cada três delas é negra (INFOPEN¹ 2014).

Diante disso nós devemos questionar: porque a população prisional feminina se caracteriza dessa maneira? O que leva a mulher negra a envolver-se com as drogas ilícitas?

São questões que guiarão nossos objetivos.

Kimberlé Crenshaw é professora de direito da universidade da Califórnia e da universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. É também responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero. No seu artigo “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, ela traz importantes reflexões sobre como a discriminação racial e de gênero limitam a vida das mulheres negras, apresentando alguns apontamentos sobre o caminho a ser percorrido no processo de superação dessas barreiras. Além de empreender esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam

¹ Informações Penitenciárias.

ser ampliadas para que se possa abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam.

Já no Artigo “A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição” de Angela Davis e Gina Dent trata justamente do Carcerário, modelo prisional americano que se difundiu para outros continentes. Esse sistema funda-se na crença de que as prisões oferecem soluções para problemas sociais, políticos e econômicos. Os militantes do movimento Resistência Crítica desafiam a crença de que o aprisionamento e o controle de pessoas tornam a sociedade segura. Para eles, o Complexo Industrial Carcerário aprofunda outras formas de opressão como racismo, classismo, sexismo e homofobia. Acreditando que só o suprimento de necessidades básicas, como comida, abrigo e liberdade, pode tornar as comunidades realmente seguras, a Resistência Crítica propõe um esforço global contra a desigualdade e a impotência, buscando refletir sobre as comunidades mais afetadas pelos Complexos Industriais Carcerários nas questões dos direitos humanos, pena de morte, leis, trabalho, tribunais, encarceramento de presos políticos, etc.

Nosso objetivo principal é traçar o perfil social das mulheres acusadas de tráfico na cidade de Porto Nacional ou que sejam de outras regiões do estado, mas estejam sob custódia na cidade ou região. A partir do seu perfil e do tipo de condenação ou acusação que receberam levantaremos um perfil da criminalização dessas mulheres. A partir disso discutiremos a existência ou não do racismo institucionalizado.

Encarceramento feminino

Segundo os últimos dados de junho de 2014, o Brasil conta com uma população de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres no Brasil (INFOPEN-MULHERES, 2014, P. 5).

Ainda segundo dados do INFOPEN-MULHERES (2014) o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas (37.380) do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). “Assim, o relatório carcerário de 2014 registra que duas em cada três mulheres presas no Brasil são negras, com uma taxa de 68%; ao passo que a média da população negra no país não ultrapassa a casa de 51%, segundo dados do IBGE²” (LIMA; MIRANDA, 2007).

Semelhante ao perfil das mulheres presas no Brasil aponta para uma população de mulheres jovens, negras, mães, que possuem baixa escolaridade, em situações sociais desfavoráveis economicamente e que são presas na sua maioria pelo envolvimento com o tráfico de drogas. No Tocantins, esse quadro se repete, sem que haja alterações significativas.

De acordo com os dados levantados (setembro de 2015), o Estado possui aproximadamente 3150 presos, sendo 170 custodiadas, 64 no regime fechado 34 no regime semiaberto; 72 são presas provisórias. São Mulheres negras ou pardas, muitas são mães, com a faixa etária de 18 a 24 anos, a maioria enquadrada no tipo penal

² Censo do IBGE de 2010 aponta que a população negra brasileira corresponde a 101.923.585 habitantes.

tráfico de drogas, seguido de homicídio, furto e roubo. Percebe-se que é a mesma realidade das estatísticas demonstradas em nível nacional pelo DEPEN. (RIBEIRO, 2015, P. 197)

“No Estado do Tocantins, as repartições destinadas às mulheres presas são deficitárias. Em alguns municípios são utilizadas as cadeias públicas e as delegacias de polícia para cumprimento de penas, mesmo que longas. O caso da UPF de Palmas é emblemático – trata-se de uma residência adaptada para ser penitenciária” (ANJOS, 2017, p.35).

“Os crimes mais praticados pelas mulheres no Estado de Tocantins, considerando o total de crimes praticados por mulheres, são: - crimes contra a pessoa: 5,22% - crimes contra o patrimônio: 6,71% - crimes contra a paz pública: 0% - crimes contra a fé pública: 0% - tráfico: 42,53% - tráfico internacional: 0% 20,89% das mulheres presas no Estado possuem entre 18 e 24 anos; 17,16% possuem entre 25 e 29 anos; 9,7% possuem entre 30 e 34 anos; 13,43% possuem entre 35 e 45 anos; 8,2% possuem entre 45 e 60 anos; 1,49% possuem mais de 60 anos. Em relação à cor da pele/ raça, 48,5% das mulheres presas em Tocantins foram consideradas pardas; 8,2% brancas; 14,17% negras; 0% indígenas; 0% amarelas”. (Mulheres presas, dados gerais, 2011, p.60).

Os números evidenciam também que a maioria das mulheres é levada a praticarem crimes, sobretudo o crime de tráfico de drogas, por uma necessidade econômica, situação que fica clara, quando vimos que elas não desempenham papel de relevância na organização criminosa e muitas são consideradas apenas usuárias de drogas ou transportadora da mercadoria.

Este contexto traz para cidade de Porto Nacional com a necessidade de ampliar o conjunto de políticas sociais para diminuir as desigualdades sociais, para que as mulheres, por meio do trabalho, possam conquistar a sua autonomia econômica e se distanciar do mundo do crime.

Conclusão

Haja vista que o tema “Vidas fissuradas: mulheres negras e o tráfico de drogas em Porto Nacional e região”, é um tema duvidoso, além de enfrentar um grande preconceito na sociedade, a todo o momento parece-me, ser questionada pelas pessoas porque se importar com essas mulheres, mulheres essas que são invisibilizadas pela sociedade e que só aparecem quando são questionadas sobre os seus atos, privando-as de sua liberdade.

Diversas são as dificuldades que carregam essas mulheres³, ainda mais na sua condição de “mulher negra”, esta encontra-se em posição inferiorizada por ser mulher, e ainda carrega a marca da cor da sua pele, afastando-se cada vez mais dos padrões sociais que a sociedade impõe, tendo em vista que os reflexos de discriminação racial recaem sobre o seu corpo.

A partir de então se percebe que a mulher presa no país sofre uma vulnerabilidade social por um perfil já traçado como foi dito anteriormente (negra, jovem, baixa escolaridade e pobre), dano ênfase a essa mulher o trabalho está voltado com preocupação de como que esse sistema recebe essas mulheres? Para onde de fato essas mulheres são encaminhadas? Há quantos presídios femininos no Tocantins

³ Negras, jovens, pobres, mães e sem escolaridade.

e onde? Quem são essas mulheres? A vida social e familiar que elas ocupam na sociedade? Como esses corpos são tratados a partir desse caminho institucional? São perguntas que esperamos uma resposta concludente para que possamos compreender a vida dessas mulheres.

Referências

ANJOS, Cleide Leite De Sousa Dos. **Cárcere na unidade de prisão feminina de palmas: formas de Aprisionamento e direitos humanos fundamentais à luz da Criminologia crítica**. UFT. Palmas, 2017. Disponível em: <repositorio.uft.edu.br/handle/11612/459> Acesso em: 10 de mar. 2017.

_____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen): Dezembro 2014**. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicapenal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 22 fev. 2018.

_____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres): Junho 2014**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciariafeminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2018.

_____. Projeto Mulheres/DEPEN. **Mulheres Presas - dados gerais**. Diretoria de Políticas Penitenciárias, 2011. Disponível em: <filesserver.idpc.net/library/Mulheres-presas-dados-gerais.pdf> Acesso em 10.mar.2018.

LIMA, Fernanda da Silva & MIRANDA, Carlos Diego Apoitia. **O encarceramento feminino e a política nacional de drogas: a seletividade e a mulher negra presa**. Santa Catarina: UFSC 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/.../4151>> Acesso em: 02 de mar. 2018.

RIBEIRO, Gleidy Braga. **Mulheres em privação de liberdade e egressas do sistema penitenciário: efetividade do direito ao trabalho**. FACTUM – periódico jurídico da católica do Tocantins (01/2015) Palmas, 2015. Disponível em: <http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs/factum_01_07.df> Acesso em: 10 de mar. 2018.

DIREITO À CIDADE E MOBILIDADE URBANA EM PORTO NACIONAL: A AUSÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO E A PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES SOCIAIS

Rafael Godinho

Eliane Muniz Gonçalves

Resumo: A cidade não é apenas uma produção humana, um produto, mas configura-se também como ator, como palco político de materialização espacial de Direitos Fundamentais, ou, ao contrário, de produção de vulnerabilidades. O presente artigo tem por objetivo analisar e discorrer sobre a mobilidade urbana no município de Porto Nacional. Em particular pretende-se analisar e estudar, sob a orientação teórica dos debates a cerca do Direito à Cidade, baseando-se também no “Micro Sistema Protetivo do Direito Urbanístico”, a ausência de Transporte Público enquanto um fator social, urbanístico de vulneração e cerceador do acesso a um Direito Humano imprescindível à vida com dignidade, que é o Direito à Cidade. Para tanto, faremos uso das contribuições fundamentais de Henri Lefebvre e David Harvey no que se refere ao Direito à cidade. E Como o trabalho é resultado de um esforço interdisciplinar, que estabelece um diálogo entre a Geografia Urbana e o Direito Urbanístico, em nível do debate jurídico faremos uso das contribuições do professor Hermam Bejjamim, Lúcio Kowarick e Ermínia Maricato. Considerando ainda todo o texto de lei que compõe o Micro Sistema Protetivo dos Direitos Urbanísticos, tendo nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal; no Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001); na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587 de 2012); no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e as legislações municipais específicas, especialmente a Lei orgânica e o Plano Diretor de Porto Nacional, as principais referências legais. Partindo de uma concepção do Direito à cidades sob a ótica dos grupos sociais que, por uma questão econômica, são empurrados para as franjas da cidade, o presente artigo, baseado em um estudo teórico, de revisão bibliográfica e análise das leis que tutelam o Direito Urbanístico, busca analisar como resta prejudicada a preconizada função social do desenvolvimento urbano em Porto Nacional, pela ausência de transporte público. Tendo a Cidade duas opções: cumprir com sua função social, materializando espacialmente direitos inerentes a dignidade humana; ou tratar o artigo 182 da Constituição Federal como uma promessa que perde espaço para o desenvolvimento urbano violador de direitos, especialmente dos mais pobres. Nesse sentido, a hipótese aqui sugerida é de que a ausência de Transporte público funciona como um fator social urbanístico de vulneração e violência, em um município que desenvolve-se na medida que exclui, que retira possibilidades, onde o Direito à Cidade é visto sob o olhar dos empresários e especuladores.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Mobilidade Urbana. Vulnerabilidades. Porto Nacional.

Introdução

Segundo Durval Godinho, no livro História de Porto Nacional, as cidades são como os seres humanos, refletindo personalidades que lhe conferem seus principais

contornos e caracterizações. A cidade aninha em seu seio os produtos e as produções dos valores sociais típicos da urbanização e modernização capitalista. A cidade, enquanto mercadoria, talvez fosse comparável com o ser humano impossibilitado de realizar sua condição ontológica fundamental.

Não só em Porto Nacional, mas em todo o Brasil, segundo Ermínia Maricato, a moderna urbanização não teve o fôlego de afastar as principais características do atraso brasileiro, quais sejam: a desigualdade social e a falta de acesso a serviços públicos fundamentais como saúde, educação, saneamento básico.

Tal realidade é produtora de vulnerabilidades, que possui suas gradações. A vulnerabilidade de um jovem do bairro Jardim Municipal, popularmente conhecido como “Lavadeira”, é distinta da vulnerabilidade de um jovem morador do bairro Padre Luzo, popularmente chamado de “Casinhas”. Lúcio Kowarick aborda tais vulnerações urbanísticas e demonstra como vão além do Direito à Cidade em si.

Mas antes, faz-se necessário entender como surge a discussão de vulnerabilidades no Direito Urbanístico. Pois bem, consagrou-se no Direito do Consumidor, ramo especializado do Direito que tutela as relações consumeristas, que na referida relação os consumidores estão numa condição de vulnerabilidade. O professor Herman Benjamim, vai além, dizendo que há graus de vulnerabilidade em matéria tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, em relação de consumo envolvendo crianças. É exatamente dessas formulações e entendimentos que, no Direito Urbanístico, nós conseguimos perceber as vulnerabilidades e seus graus.

A vulnerabilidade surge com os fatores de vulneração, identificáveis em cidades violadoras de direitos fundamentais. Portanto, são fatores de vulneração os obstáculos, ou até mesmo impedimentos de acesso ao Direito à Cidade.

Desenvolvimento

O Direito à Cidade, segunda David Harvey, é um significante vazio. Quem define seu conteúdo são os diversos grupos que atuam na cidade. O olhar empresarial sobre o Direito à Cidade, pode não corresponder com o olhar de um jovem da periferia. Uma empresa pode encarar o Direito Urbanístico como um instrumento para as trocas de mercadoria, sendo a cidade mesma uma mercadoria. Em contraposição a esse olhar, um jovem das franjas da cidade pode encarar a cidade do ponto de vista do atendimento das suas necessidades de mobilidade, de acesso a educação, saúde, lazer, concebendo a cidade na sua dimensão de uso e não enquanto mercadoria.

Em nosso Trabalho compreendemos que o Direito à Cidade é permeado por dois aspectos fundamentais: fruição e participação popular. Os cidadãos precisam ter condições materiais de influir na política urbana, na gestão democrática da cidade. No entanto, o que percebemos é uma profunda desigualdade em se tratando da qualidade da cidadania que permite influenciar na política urbana de desenvolvimento da cidade. O lugar, o espaço que determinados grupos sociais ocupam na cidade interfere na qualidade da cidadania e no grau da vulnerabilidade urbanística.

A título de ilustração, o prefeito de Porto Nacional, Joaquim Maia, fez questão de ouvir empresas sobre a viabilidade do Transporte Público no município, ignorando os instrumentos trazidos pela Lei 10.257 que fortalecem a gestão democrática e popular da cidade, como: audiências públicas, consultas públicas, comitês, entre

outros. Por outro lado em Luzimangues, distrito de Porto Nacional, a Prefeitura inaugurou, no mês de agosto de 2018, o transporte público. Os critérios usados pela prefeitura nos parecem estar relacionados com viabilidades empresarias e econômicas, em detrimento dos critérios constitucionais que versam sobre a função social das políticas urbanas.

Conclusão

Nesse contexto, percebemos que a ausência de transporte público no município de Porto Nacional funciona como um fator social urbanístico de vulneração e violência para os mais pobres. Cerceando e violentando vários outros direitos, como: a educação, a saúde, ao lazer, etc. Impondo como única saída para a mobilidade urbana o veículo individual. Como sabemos o Direito à Cidade é universal, não podendo ser restringido às classes mais bem localizadas, perto dos grandes centros. O jovem do bairro Padre Luzo tem direito de freqüentar a Orla, a universidade, os hospitais do município, ainda que não tenha condições econômicas de comprar um veículo.

Lutar por transporte Público em Porto Nacional significa lutar por uma gestão democrática de cidade, significa denunciar a desigualdade na formação do espaço da cidade, significa querer perceber na cidade a materialização espacial dos direitos fundamentais.

Referências

BENJAMIN, Antônio Herman V. Marques, Claudia Lima; Bessa Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor 3.^a Ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010.

BOULOS, Guilherme. De que lado você está?: Reflexões sobre conjuntura política e urbana no Brasil. 1.^a Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

GODINHO, Durval da Cunha, História de Porto Nacional, Goiânia, 1988. 320p.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. Coleção Geografia e Asjências. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Cidades Rebelde: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Espaço e Política: O Direito à Cidade II. Tradução de Margarida Maria de Andrade [et al.]. 2.^a Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MARICATO, Ermínia. O Impasse da Política Urbana no Brasil. 2.^a Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

DESEMPREGO E TRABALHO INFORMAL: MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Sandra de Oliveira Gomes Pereira

José Pedro Cabreira Cabral

Resumo: As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, provenientes da reestruturação produtiva, resultaram no aumento significativo do desemprego e na precarização do trabalho. No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, ocorreram a intensificação nas formas de exploração da força de trabalho e o agravamento das expressões da questão social. Com a diminuição dos postos de trabalhos formais, homens e mulheres buscam na informalidade um meio alternativo de sobrevivência, desprovidos, porém, de direitos e proteções trabalhistas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os principais impactos provenientes da reestruturação produtiva no contexto brasileiro, especialmente no que concerne ao desemprego e do aumento das formas desprotegidas de trabalho, aspectos fortemente presentes na realidade do país e que aprofundam os problemas sociais que assolam a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Desemprego. Trabalho informal. Questão Social.

Introdução

Os novos padrões de produção da sociedade capitalista engendram transformações que incidem diretamente na vida da classe trabalhadora. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos acarretaram novos padrões de acumulação e novas formas de contratação, de organização e divisão do trabalho. No Brasil, o aumento significativo do desemprego, retrocessos dos direitos trabalhistas e a intensificação da exploração da força de trabalho são elementos que maximizam as expressões da questão social e aprofundam a barbárie vivida pela sociedade brasileira.

Com a diminuição dos postos de trabalhos formais, percebe-se, na cidade ou no campo, uma massa de trabalhadores que atuam na informalidade, denominados de “autônomos” ou “trabalhadores por conta própria”, ocupam diferentes espaços, estabelecem relações comerciais e sociais, complementares e conflitantes, compondo a dinâmica socioespacial e fazem do território um abrigo, criam e recriam estratégias para sua sobrevivência (SANTOS, 2000).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve discussão referente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, e os principais impactos para a classe trabalhadora, especialmente no que concerne ao aumento do desemprego, precarização do trabalho e da informalidade, aspectos fortemente presentes na realidade brasileira. Recorrendo à pesquisa bibliográfica para a construção teórica das questões propostas neste trabalho, utilizou-se das principais discussões presentes no projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós graduação de Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional/TO. O resultado obtido trata-se de uma aproximação com o tema, mas possibilita perceber as narrativas ideológicas que

legitimam e ampliam o desemprego no país, levando um grande número de trabalhadores se inscreverem no setor informal.

A centralidade e mutações do mundo do trabalho

O trabalho cria e fundamenta a vida humana, transforma a natureza e as relações sociais, fornece elementos fundamentais para diferenciar o ser humano dos outros animais. Trata-se de uma categoria complexa, de múltiplas significações e que está em constante processo de mudanças. Refletir, portanto, sobre os sentidos e significados atribuídos ao trabalho requer compreender a própria história da humanidade, uma vez que “ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (MARX e ENGELS, 2002, p.11 apud SILVA, 2006, p.31).

As reflexões referentes ao trabalho e seu significado para a classe trabalhadora tem como ponto de partida o processo de acumulação capitalista. Mézáros (2011, p. 97), refere-se a este sistema como “o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência”. A premissa é que a lógica capitalista impõe mudanças na estruturação das formas de produção, cria novas modalidades de trabalho e formas de exploração da força de trabalho, conseqüentemente, agudiza as expressões da questão social⁴.

As grandes transformações operadas no mundo redesenharam os modos de produção na sociedade capitalista, alteraram os significados atribuídos ao trabalho e, conseqüentemente, as relações sociais. De acordo com Harvey (2006) foi essencialmente a partir do século XX, com a expansão de pós-guerra, que ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho, o sistema capitalista vivenciou um amplo processo de reestruturação produtiva na década de 1970, resultado da crise enfrentada pelo modelo de acumulação de capital produzido pelo binômio taylorismo/fordismo. Mudanças foram demandadas para manter a hegemonia capitalista, surge como modelo de produção alternativo o Toytismo, que trouxe grandes alterações na estrutura e organização do trabalho.

Reestruturação produtiva no Brasil e os impactos para a classe trabalhadora

A década de 1980 é aludida por Antunes (1995) como o cenário de grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado, provocando uma grave crise para a classe trabalhadora. As inovações tecnológicas e de racionalização dos processos produtivos tem levado à redução do emprego, aumento do trabalho precário, temporário e terceirizado, além da retirada de direitos dos trabalhadores.

As transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho incidiram mais amplamente no Brasil na década de 1990, em um contexto marcado pela expansão neoliberal, encontraram no país condições favoráveis para ampliação da reestruturação produtiva, acarretando em graves conseqüências para a classe trabalhadora. O capitalismo se transformou em um processo de financeirização e

⁴ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

mundialização da economia em detrimento aos demais pilares sociais. Homens e mulheres presenciam um fortalecimento do mercado, com o “aval” do Estado, ao mesmo tempo em que acompanham o aumento do desemprego, da precariedade do trabalho, terceirização indiscriminada, informalidade e enfraquecimento das forças sindicais. É nesta lógica que Antunes e Alves (2004, p.01) afirmam que a classe trabalhadora neste século está mais fragmentada e diversificada, desprovida de direitos e de sentidos, “em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente”.

A reestruturação produtiva e o sistema de flexibilização do trabalho provocaram a redução dos direitos trabalhistas, colocando à classe trabalhadora novos desafios e produzindo, principalmente, o aumento histórico do desemprego. Homens e mulheres presenciam o aprofundamento da precariedade do trabalho, terceirização indiscriminada, informalidade e enfraquecimento das forças sindicais que, segundo Antunes (2015, p.20), são os “mecanismos vitais” que servem para manter e ampliar a lógica financeira “para além de sua dimensão econômica, atinge todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites”.

O trabalho informal como expressão da questão social

Neste cenário, uma massa de trabalhadores busca na informalidade uma alternativa para superar a escassez ou ausência de renda, a fim prover o seu próprio sustento e de sua família. Paul Singer (2000, p.11) aponta que “quer chamemos subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência – é algo relativamente antigo, datando dos primórdios da Revolução Industrial”. O autor lembra que para esta categoria da população relativamente excedente, Karl Marx a denominou estagnada, ou seja, “forma parte do exercício ativo do trabalho, mas com ocupação inteiramente irregular” (Ibidem).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece como categorias que compõem o setor informal os assalariados sem carteira assinada; assalariados em empresas com até cinco empregados, com ou sem carteira assinada; empregadores em empresas com até cinco empregados; donos de negócio familiar; autônomos ou trabalhador por conta própria (que trabalham para o público ou para empresas); empregados domésticos e trabalhadores familiares (OIT, 2013 apud SINGER, 2000, p. 8).

Evidencia-se o significativo aumento do trabalho informal nos últimos anos no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2017 o número de trabalhadores sem carteira assinada superou o número de empregados formais, sendo 34,3 milhões de brasileiros inseridos no trabalho sem carteira ou por conta própria e 33,3 milhões do conjunto de empregados formais (IBGE, 2017). Em uma análise imediata, a informalidade representa alternativa para superação da crise do desemprego e recuperação do mercado de trabalho, no entanto, é necessário questionar sobre o crescente avanço do trabalho informal e seus reflexos na vida de milhões de brasileiros que buscam formas alternativas, porém desprotegidas, para a manutenção e garantia de sua sobrevivência. Correlato a esta discussão, Santos (2016) reflete:

É nesse ambiente que se sinaliza para o desemprego como expressão evidente da questão social na contemporaneidade, não se trata de um problema individual. É um problema social, que atinge a amplas

camadas da população independente de sua condição, que ao contrário querem trabalhar, mas não conseguem emprego (SANTOS, 2016, p.16).

Com a redução do número dos postos de trabalho formais, crescem as ocupações no setor informal, deixando uma parcela significativa da população desprovida dos direitos sociais historicamente conquistados.

Conclusão

As transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho incidiram mais amplamente no Brasil na década de 1990, trazendo consequências nefastas para a classe trabalhadora. A flexibilização do trabalho culminou na flexibilização de leis que regulamentam o uso de força de trabalho pelas empresas, tendo como principais resultados o desemprego estrutural e a precarização dos contratos. O fato é que, na cena contemporânea, as profundas transformações que o trabalho sofreu se relaciona com o movimento das cadeias produtivas do capitalismo global. No contexto brasileiro, homens e mulheres vivem a intensificação da precariedade do trabalho, fragmentação da classe trabalhadora, elevado índice de desemprego e retrocessos nas leis trabalhistas, compreende-se que as contradições produzidas no processo de acumulação capitalista impõem à classe trabalhadora novos desafios e se expressam em diversos problemas sociais que assolam a humanidade.

O aumento do trabalho informal é a expressão deste cenário, levando uma massa de trabalhadores atuarem de forma desprotegida socialmente. Torna-se evidente a importância de se discutir e perceber os motivos que levam um grande número de trabalhadores se inscreverem no setor informal e refletir, criticamente, sobre a atuação do Estado e as narrativas ideológicas que legitimam e ampliam o desemprego no país. Compreende-se que a política de emprego se dá como meio de acesso ao trabalho e a cidadania, oferta condições dignas de trabalho, garantia de renda, emprego e qualidade de vida para a população.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A Sociedade da Terceirização Total. Revista da ABET [online], v. 14, nº 1, p. 6-14, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25698/13874>> Acesso em: 22 de jan. 2018.

_____. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1995.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, nº 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em 22 de jan. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Questão social no capitalismo**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 3. Rio de Janeiro: Ed. Grafine, jan – jun 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. 2017. Disponível <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149> Acesso em 10 de ago. 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. 15. Ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Aline M. dos. **Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no Brasil**. PRAXIS SOCIOLOGICA, v. 20, p. 9-303, 2016.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, nº 9, PP. 103-109, jul-dez, 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf> Acesso em 10 de ago. 2018.

SILVA, Maria Lúcia. Lopes. **Previdência Social um direito conquistado**. Brasília. Edição do autor, 2006.

SINGER, Paul. **O trabalho informal e a luta da classe operária**. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GT 4 – ESTADO E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

VIDAS FISSURADAS: MULHERES NEGRAS E O TRÁFICO DE DROGAS EM PORTO NACIONAL E REGIÃO

Ana Cleia Ferreira Rosa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de alguns dos dados da pesquisa do qual estamos trabalhando “Vidas fissuradas: mulheres negras e o tráfico de drogas em Porto Nacional e Região” portanto partimos do princípio da pesquisa, buscando entender através da pergunta: “Como se dá essa trajetória da mulher negra presa por tráfico de drogas no perímetro de Porto Nacional e região?”. Essa questão se refere por um lado ao caminho institucional que essas mulheres percorrem, a partir do momento em que elas são conduzidas pelas forças de segurança. Por outro lado, questionar sobre a trajetória dessas mulheres significa também importar-se com o percurso de vida que de certa forma as conduziram, de tal situação de encarceradas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Drogas; Encarceramento.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a mulher negra e pobre é a que mais sofre com o movimento do encarceramento impulsionado pela Lei de Drogas 11.343/2006. Mais recentemente, em novembro de 2016, o Plano Nacional de Segurança Pública proposto pelo Ministério da Justiça brasileiro atrelou a política de drogas à política de enfrentamento da violência contra a mulher demonstrando assim, a importância dessa relação.

Entre 2010 e 2014 a população prisional feminina cresceu 567%, enquanto que a população masculina nas prisões cresceu 220% durante o mesmo período. Dessas mulheres, 70% foram presas devido à acusação de tráfico, e duas em cada três delas é negra (INFOPEN⁵ 2014).

Diante disso nós devemos questionar: porque a população prisional feminina se caracteriza dessa maneira? O que leva a mulher negra a envolver-se com as drogas ilícitas?

São questões que guiarão nossos objetivos.

Kimberlé Crenshaw é professora de direito da universidade da Califórnia e da universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. É também responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero. No seu artigo “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, ela traz importantes reflexões sobre como a discriminação racial e de gênero limitam a vida das mulheres negras, apresentando alguns apontamentos sobre o caminho a ser percorrido no processo de superação dessas barreiras. Além de empreender esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam

⁵ Informações Penitenciárias.

ser ampliadas para que se possa abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam.

Já no Artigo “A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição” de Angela Davis e Gina Dent trata justamente do Carcerário, modelo prisional americano que se difundiu para outros continentes. Esse sistema funda-se na crença de que as prisões oferecem soluções para problemas sociais, políticos e econômicos. Os militantes do movimento Resistência Crítica desafiam a crença de que o aprisionamento e o controle de pessoas tornam a sociedade segura. Para eles, o Complexo Industrial Carcerário aprofunda outras formas de opressão como racismo, classismo, sexismo e homofobia. Acreditando que só o suprimento de necessidades básicas, como comida, abrigo e liberdade, pode tornar as comunidades realmente seguras, a Resistência Crítica propõe um esforço global contra a desigualdade e a impotência, buscando refletir sobre as comunidades mais afetadas pelos Complexos Industriais Carcerários nas questões dos direitos humanos, pena de morte, leis, trabalho, tribunais, encarceramento de presos políticos, etc.

Nosso objetivo principal é traçar o perfil social das mulheres acusadas de tráfico na cidade de Porto Nacional ou que sejam de outras regiões do estado, mas estejam sob custódia na cidade ou região. A partir do seu perfil e do tipo de condenação ou acusação que receberam levantaremos um perfil da criminalização dessas mulheres. A partir disso discutiremos a existência ou não do racismo institucionalizado.

ENCARCERAMENTO FEMININO

Segundo os últimos dados de junho de 2014, o Brasil conta com uma população de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres no Brasil (INFOPEN-MULHERES, 2014, P. 5).

Ainda segundo dados do INFOPEN-MULHERES (2014) o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas (37.380) do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). “Assim, o relatório carcerário de 2014 registra que duas em cada três mulheres presas no Brasil são negras, com uma taxa de 68%; ao passo que a média da população negra no país não ultrapassa a casa de 51%, segundo dados do IBGE⁶” (LIMA; MIRANDA, 2007).

Semelhante ao perfil das mulheres presas no Brasil aponta para uma população de mulheres jovens, negras, mães, que possuem baixa escolaridade, em situações sociais desfavoráveis economicamente e que são presas na sua maioria pelo envolvimento com o tráfico de drogas. No Tocantins, esse quadro se repete, sem que haja alterações significativas.

De acordo com os dados levantados (setembro de 2015), o Estado possui aproximadamente 3150 presos, sendo 170 custodiadas, 64 no regime fechado 34 no regime semiaberto; 72 são presas provisórias. São Mulheres negras ou pardas, muitas são mães, com a faixa etária de 18 a 24 anos, a maioria enquadrada no tipo penal

⁶ Censo do IBGE de 2010 aponta que a população negra brasileira corresponde a 101.923.585 habitantes.

tráfico de drogas, seguido de homicídio, furto e roubo. Percebe-se que é a mesma realidade das estatísticas demonstradas em nível nacional pelo DEPEN. (RIBEIRO, 2015, P. 197)

“No Estado do Tocantins, as repartições destinadas às mulheres presas são deficitárias. Em alguns municípios são utilizadas as cadeias públicas e as delegacias de polícia para cumprimento de penas, mesmo que longas. O caso da UPF de Palmas é emblemático – trata-se de uma residência adaptada para ser penitenciária” (ANJOS, 2017, p.35).

“Os crimes mais praticados pelas mulheres no Estado de Tocantins, considerando o total de crimes praticados por mulheres, são: - crimes contra a pessoa: 5,22% - crimes contra o patrimônio: 6,71% - crimes contra a paz pública: 0% - crimes contra a fé pública: 0% - tráfico: 42,53% - tráfico internacional: 0% 20,89% das mulheres presas no Estado possuem entre 18 e 24 anos; 17,16% possuem entre 25 e 29 anos; 9,7% possuem entre 30 e 34 anos; 13,43% possuem entre 35 e 45 anos; 8,2% possuem entre 45 e 60 anos; 1,49% possuem mais de 60 anos. Em relação à cor da pele/ raça, 48,5% das mulheres presas em Tocantins foram consideradas pardas; 8,2% brancas; 14,17% negras; 0% indígenas; 0% amarelas”. (Mulheres presas, dados gerais, 2011, p.60).

Os números evidenciam também que a maioria das mulheres é levada a praticarem crimes, sobretudo o crime de tráfico de drogas, por uma necessidade econômica, situação que fica clara, quando vimos que elas não desempenham papel de relevância na organização criminosa e muitas são consideradas apenas usuárias de drogas ou transportadora da mercadoria.

Este contexto traz para cidade de Porto Nacional com a necessidade de ampliar o conjunto de políticas sociais para diminuir as desigualdades sociais, para que as mulheres, por meio do trabalho, possam conquistar a sua autonomia econômica e se distanciar do mundo do crime.

CONCLUSÃO

Haja vista que o tema “Vidas fissuradas: mulheres negras e o tráfico de drogas em Porto Nacional e região”, é um tema duvidoso, além de enfrentar um grande preconceito na sociedade, a todo o momento parece-me, ser questionada pelas pessoas porque se importar com essas mulheres, mulheres essas que são invisibilizadas pela sociedade e que só aparecem quando são questionadas sobre os seus atos, privando-as de sua liberdade.

Diversas são as dificuldades que carregam essas mulheres⁷, ainda mais na sua condição de “mulher negra”, esta encontra se em posição inferiorizada por ser mulher, e ainda carrega a marca da cor da sua pele, afastando-se cada vez mais dos padrões sociais que a sociedade impõe, tendo em vista que os reflexos de discriminação racial recaem sobre o seu corpo.

A partir de então se percebe que a mulher presa no país sofre uma vulnerabilidade social por um perfil já traçado como foi dito anteriormente (negra, jovem, baixa escolaridade e pobre), dano ênfase a essa mulher o trabalho está voltado com preocupação de como que esse sistema recebe essas mulheres? Para onde de fato essas mulheres são encaminhadas? Há quantos presídios femininos no Tocantins

⁷ Negras, jovens, pobres, mães e sem escolaridade.

e onde? Quem são essas mulheres? A vida social e familiar que elas ocupam na sociedade? Como esses corpos são tratados a partir desse caminho institucional? São perguntas que esperamos uma resposta concludente para que possamos compreender a vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleide Leite De Sousa Dos. **Cárcere na unidade de prisão feminina de palmas: formas de Aprisionamento e direitos humanos fundamentais à luz da Criminologia crítica**. UFT. Palmas, 2017. Disponível em: <repositorio.uft.edu.br/handle/11612/459> Acesso em: 10 de mar. 2017.

_____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen): Dezembro 2014**. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicapenal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 22 fev. 2018.

_____. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres): Junho 2014**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciariafeminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2018.

_____. Projeto Mulheres/DEPEN. **Mulheres Presas - dados gerais**. Diretoria de Políticas Penitenciárias, 2011. Disponível em: <filesserver.idpc.net/library/Mulheres-presas-dados-gerais.pdf> Acesso em 10.mar.2018.

LIMA, Fernanda da Silva & MIRANDA, Carlos Diego Apoitia. **O encarceramento feminino e a política nacional de drogas: a seletividade e a mulher negra presa**. Santa Catarina: UFSC 2007. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/.../4151>> Acesso em: 02 de mar. 2018.

RIBEIRO, Gleidy Braga. **Mulheres em privação de liberdade e egressas do sistema penitenciário: efetividade do direito ao trabalho**. FACTUM – periódico jurídico da católica do Tocantins (01/2015) Palmas, 2015. Disponível em: <http://www.catolicato.edu.br/portal/portal/downloads/docs/factum_01_07.df> Acesso em: 10 de mar. 2018.

DROGAS EM CRISE: O DEBATE LEGISLATIVO SOBRE DROGAS NO BRASIL PÓS-IMPEACHMENT

Domingos Lopes da Costa⁸

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o debate legislativo atual sobre a “questão da droga”, com intuito de identificar os projetos, os partidos e principalmente os políticos ligados a cada proposta, analisando os discursos ideológicos que orientam os parlamentares envolvidos neste debate e o lugar que eles ocupam no espectro político.

Palavras-chave: Debate. Política. Drogas.

INTRODUÇÃO

O atual cenário dos debates no legislativo sobre as drogas ilícitas, principalmente a maconha vem ganhando espaço nos últimos anos. Para maior compreensão deste debate, fizemos um recorte que compreende do ano de 2016 a 2018. Esse recorte se faz necessário devido três razões. A primeira, é que no ano de 2016 a lei de droga completou 10 anos de existência, com isso, faremos um balanço destes 10 primeiros anos. A segunda razão, envolve o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, após o processo de impeachment, o debate sobre drogas tomou outros rumos, pois o jogo e atores políticos mudaram e essas mudanças acarretaram grandes reviravoltas no assunto. E por último, procuraremos analisar o atual contexto de debate que caminha de proibicionismo para regulamentação.

Há dois projetos de lei na câmara dos deputados que representam a polarização neste debate. O projeto de lei 7270/2014, de autoria de Jean Willys, apresenta uma abordagem e preocupação científica para o tratamento do assunto e defende posições liberais pautada na política de regulamentação da maconha, como afirma o seu assessor, de que para elaboração do referido PL, foram ouvidos especialistas no assunto e entidade civil.

Na outra direção, se encontra o PL 7663/2010 de autoria do deputado Osmar Terra, que apresenta uma abordagem de cunho religioso, e consequentemente, apresenta posições conservadoras, visando endurecimento da lei de drogas. Os dois projetos representam as ideologias diferentes no debate acerca de drogas ilícitas no Brasil, principalmente a maconha.

DESENVOLVIMENTO

Cada um desses projetos encontra-se num estágio de tramitação completamente diferente. O SUG 8/2014, tendo Cristovão Buarque (PPS/DF) como relator na Comissão de Direitos Humanos do Senado, de acordo com relator, presidiu seis audiências entre os dias 2/6 e 3/10 de 2014, contabilizando mais de 30 horas de debate, foram ouvidos 23 expositores, com a participação de 310 debatedores, e com o público estimado de 1.500 pessoas. As referidas audiências embasaram o parecer do relator que deu seu voto favorável ao acolhimento da sugestão.

⁸ Acadêmico de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional.

Com este voto do relator foi acolhida a sugestão nº 8/2014, possibilitando a sua permanência na casa legislativa para ser apreciada também por outras comissões, dando assim a continuidade ao debate.

É importante sublinhar ainda que além das citadas propostas legislativas, existem também no Supremo Tribunal de Justiça, uma matéria em julgamento sobre a descriminalização da maconha, a qual se encontra na posse de Ministro Alexandre Moraes, está discussão estava posta em 2015, porém, o falecido Ministro Teori Zavascki tinha pedido a vista, portanto como substituto de Teori, Moraes agora é quem pode encaminhar ou não a proposta novamente para o plenário do Supremo.

Como colocamos anteriormente está matéria já teve voto favorável de três ministros antes de pedido de vista, visto que o ministro Alexandre de Moraes apresenta um discurso e uma ideologia extremamente conservadora em relação á maconha, como foi flagrada em julho de 2016, cortando pés de maconha na Paraguai, quando ainda era ministro de justiça. A ação envolve uma parceria de governos brasileiro e paraguaio para o combate à maconha. Isso nos leva a acreditar que está discussão raramente voltaria ao plenário para continuidade do debate, caso voltar, Moraes provavelmente votaria contraria a matéria.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados⁹, o projeto de lei 7663/2010, de autoria do Deputado Osmar Terra do PMDB/RS, foi apresentado na Câmara dos Deputados Federal no dia 14 de julho de 2010, tramitou em duas Comissões: Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e Comissão de Seguridade Pública e Combate ao Crime Organizado.

Na primeira Comissão o Projeto de lei 7663/2010 tramitou no período de 10/08/2010 à 08/06/2011, recebeu três apensados que são: PL 7665/2010 de autoria do Deputado Raul Henry (PMDB/PE), com seguinte ementa: “Acrescenta dispositivos ao art. 23, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para definir regras gerais para a execução de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas”, PL 888/2011 de autoria do deputado Arnaldo Faria De Sá (PTB/SP), com ementa: “Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, dispondo sobre as condições de internação compulsória de usuários ou dependentes de drogas”, e PL 1144/2011 de autoria de Delegado Waldir (PSDB/GO), com ementa: “Acrescenta o inciso IV ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar a pena de internação compulsória para tratamento dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas”.

Na comissão de Seguridade Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), o projeto tramitou no período do dia 16/06/2011 à 19/03/2013. Nesta Comissão percebe-se que o projeto permaneceu um período significativo de tempo, aparentemente é a Comissão pautada na repressão.

Após tramitação na Câmara dos deputados o projeto de lei 7663/2010 foi encaminhado ao Senado Federal, nesta casa o projeto passou em três comissões, a saber, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com portal da Câmara dos Deputados o projeto de Lei 7270/2014, de autoria do Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) foi apresentado na Câmara dos Deputados no dia 19/03/2014. O referido projeto não teve passagem ainda por

⁹ As informações sobre os projetos foram coletas nos sites: <<http://www2.camara.leg.br>>; <<https://www12.senado.leg.br>>.

nenhuma comissão, foi publicada pela Coordenação de Comissão Permanente e em seguida foi arquivado nos termos do artigo 105 do regimento Interno da Câmara dos Deputados pela Mesa Diretora da casa. O autor do projeto apresentou o requerimento solicitando o desarquivamento do mesmo, e a Mesa Diretora atendeu o requerimento e desarquivou o projeto, no momento o projeto se encontra neste estágio.

CONCLUSÃO

Percebe-se que nos últimos anos no Brasil, o campo político vem demonstrando divergências de opiniões no que diz respeito ao debate sobre drogas. Nesta perspectiva as alas conservadoras procuram endurecer a lei de drogas, enquanto as alas progressistas pretendem flexibilizar a mesma. Esta divergência ideológica representa a complexibilidade que envolve este debate. A orientação ideológica dos atores políticos engajados no debate determina as políticas a serem tomadas pelo Estado, isto é, enquanto os conservadores defendem a criminalização do porte de droga para consumo, os progressistas alegam a inconstitucionalidade nesta proposta defendendo a descriminalização.

No momento atual, podemos constatar em nossa percepção que o Brasil apresenta grande ambiguidade ou dicotomia no que diz respeito aos debates envolvendo o uso de drogas ilícitas, principalmente a maconha, pois, ora o país apresenta sensação de avanço na discussão, ora apresenta demonstração de retrocesso nos atos legislativos de ala conservador.

Observando as audiências públicas acerca da temática, evidencia-se a sensação de avanço na discussão para regulamentação da maconha, como afirma uma convidada, na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos no Senado, no dia 26 de outubro de 2017,

“a gente não pergunta mais assim, quando que a gente vai regular, será que o Brasil vai legalizar maconha, essa pergunta pra mim não faço mais, a pergunta é quando isso vai acontecer, porque vai acontecer, não tenho nenhuma dúvida”.

Também nesta direção de flexibilização ou avanço na lei de drogas, temos o Supremo Tribunal Federal abrindo 3 votos a 0 no placar na votação que visa descriminalizar o porte de droga para consumo. Os três ministros que votaram, Gilmar Mendes, Edson Fachin e Roberto Barroso argumentaram de que não há ilicitude no porte de droga para o consumo, a voz marcante nesta direção foi de um ministro, sustentando o seguinte argumento,

“Se um indivíduo na solidão das suas noites beber até cair desmaiado na sua cama, isso pode parecer ruim, mas não é ilícito, se ele fumar meia cartela de cigarros entre jantar e a hora de dormir, isso certamente parece ruim, mas não é ilícito, pois, digo eu o mesmo deve valer se ele em vez de cigarros fumar um “baseado” entre jantar e a hora de dormir”.

Porém, acompanhando sessões nas casas legislativas e comportamento dos legisladores, depara-se com atitudes conservadoras que nos aponta em direção de retrocesso, como recentemente, o ministro de Desenvolvimento Social e Agrário deputado Osmar Terra, foi responsável pelo fim da política de redução de danos para drogas. Conseguiu que o CONAD aprovasse um texto de sua autoria que prevê o endurecimento da política de repressão às drogas no país enquanto orientação para a Política Nacional sobre Drogas (PALMA 2018). Essa orientação política é contrária ao que propõe o UNODC - Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC 2016b); documento que sugere que os países signatários da Convenção de 1971 invistam esforços na promoção de políticas de redução de danos e cuidado das pessoas com uso problemático de drogas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudo de sociologia de desvio. Rio de Janeiro: 2008.

CORTÉS, Rodriguez; Miguel Angel. **Poder Y resistência** em la filosofía de Michel Foucault. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2010.

DELMATO, Júlio. **Drogas e Estado**, In: FERNANDEZ, O.F.R.L. et al (orgs.) Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2015.

ELIAS, Norbert. **O proceso civilizador**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

ESCOHOTADO, Antonio. (2008) **Historia general de las drogas**. Madrid: Espasa.

FOUCAULT. Michel. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2007.

_____. **Microfísica do poder**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas Sobre manipulação de identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1980.

KARAN, Maria Lúcia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, B., C. et al (orgs.) Drogas e cultura novas perspectivas. Salvador: EDUFBA. 2008. Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nadep/noticia/25492>> Acesso em: dez/2017

PALMA, Gabriel. (2018) Conselho inclui na política sobre drogas que a população é 'majoritariamente contrária' a legalizações. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/conselho-inclui-na-politica-sobre-drogas-que-a-populacao-e-majoritariamente-contraria-a-legalizacoes.ghtml>> Acesso em: 18/03/2018

PINTO, Nalayne Mendonça; OBERLING, Alessandra Fontana. Liberação ou proibição? Discurso e representações acerca da política de droga nos projetos de Leis no Congresso Nacional. In: LABATE Beatriz Caiuby. et al (organizadores). Drogas, políticas públicas e consumidores. São Paulo: NEIP. 2016.

SENADO Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/senado-vai-discutir-proposta-popular-de-legalizacao-da-maconha.html>> Acesso em: 21 de agosto de 2017

PARDAL, Fernando. **Ministro de Temer propõe fim da redução de danos para drogas e a chama de “enxugar gelo”**. Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/Ministro-de-Temer-propoe-fim-da-reducao-de-danos-para-drogas-e-a-chama-de-enxugar-gelo>> Acesso em: 04 de março de 2018

MARTINS, Raphael. **Placar no STF está em 3X0 para descriminalização de drogas**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/placar-no-stf-esta-em-3x0-para-descriminalizacao-de-drogas>> Acesso em: 04 de março de 2018.

HABITAÇÃO E MOBILIDADE: UMA RELAÇÃO ENTRE PERIFERIA E TRANSPORTE PÚBLICO DA CIDADE DE PALMAS-TO

Antonio Filho de Oliveira

Nathan S. Alves

INTRODUÇÃO.

A presente pesquisa buscou realizar uma, caracterização de do município de palmas, identificando a periferia na mesma como um espaço de maior concentração da densidade habitacional do município, bem como fazer uma correlação com o transporte público entendendo-se que a relação dos moradores de tais áreas é assimétrica em comparação com os habitantes do centro. Neste contexto, caracterizaras estações de transporte público do município de Palmas, sobretudo àquelas localizadas na periferia, bem como os pontos de ônibus torna-se fundamental, para futuramente melhor aplicar uma ferramenta digital de deliberação e participação.

DESENVOLVIMENTO.

Para realização da caracterização utilizou-se como metodologia, pesquisa bibliográfica, observação participante, de forma que cada uma se inter-relacionasse. Desta forma em um primeiro momento, foi realizado leituras na bibliografia ao final deste trabalho, que abordam a discussão teórica da mobilidade humana e da configuração sociodemográfica do município de Palmas, tais como (FURLAN e SANTOS, 2016); (OLIVEIRA e BESSA, 2015); (SILVEIRA e COCCO, 2013); (MAPA, 2018). Depois de realizadas incursões de campo, em localidades específicas, como estações e pontos de ônibus, em lugares periféricos para em seguida complementar o trabalho ao usufruir do objeto de estudo, realizando assim nossa observação participante. Com isso foi possível estabelecer um percurso metodológico para a composição da pesquisa. A pesquisa se divide em três seções, senda a primeira uma caracterizar a cidade de palmas, demonstrando assim seu contexto histórico, bem como identificando sua sub-divisão territorial, e sua densidade e crescimento populacional; em seguida busca-se fazer uma relação entre o crescimento populacional e a concentração desta população na periferia desta cidade, identificando assim quais as suas áreas mais populosas, bem como os perfis dos moradores destas, apresentando assim um conjunto de dados sociodemográficos na descrição das mesmas; por fim, buscou-se entender melhor como a configuração habitacional na periferia dialoga diretamente com a organização do transporte público do município, realizando assim, uma reflexão a respeito de mobilidade urbana, o acesso aos diferentes espaços territoriais da cidade pelos moradores da periferia, considerando categorias como trabalho, lazer, cultura, educação, para assim traçar um parâmetro que corresponda ao nível de satisfação em que a política e mobilidades urbana atende ou não as necessidades destas populações periféricas.

CONCLUSÃO.

A partir de tais observações pode se constatar, que transporte público, que deveria atender principalmente aqueles que estão longe do centro da cidade, de forma a facilitar o acesso ao trabalho, escola, hospitais, parques, entre outros, está ainda muito longe de oferecer condições dignas, seja por suas condições físicas de oferta

do serviço, que se dá pela qualidade dos ônibus, bem como os pontos de ônibus, que em alguns casos nem apresentam qualquer estrutura física apropriada para a espera. Neste contexto, tendo em vista que o preço da passagem deixa quase inacessível para aqueles que realmente precisam do transporte, justamente os moradores de periferias formados por famílias de baixa renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Diagnóstico Socioterritorial de Palmas - TO. Fascículo 3: Economia e Demografia. Secretária de Desenvolvimento Social - SEDES, 2018. Palmas Tocantins.

_____. Fascículo 1: Nova Rede Socioassistencial

FURLAN, C. B.; SANTOS, G. I. R. D. A qualidade do transporte público urbanos em cidades médias: estudo de caso em Palmas - Tocantins. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade, Brasília, v. II, n. 2, p. 65-87, Dezembro 2016.

OLIVEIRA, C. F. P. D.; BESSA, K. Configuração urbana e transporte público por ônibus em Palmas-Sul (TO). Revista Interface, Porto Nacional, n. 10, p. 179-196, Dezembro 2015.

SILVEIRA, M. R.; COCCO, R. G. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais. Estud. av. , [online], v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013. ISSN ISSN 0103-4014.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa só foi possível de ser concluída, graças ao incentivo do projeto de iniciação científica, proposta pelo CNPQ e Pela a UFT, que incentiva jovens pesquisadores através de bolsas que auxilia na suas despesas, podendo assim de dedicar mais intensivamente na atividade de pesquisa. E também graças ao apoio e dedicação do professor Dr. Marcelo de Sousa Cleto, que com muito cuidado, clareza e carinho, nós orientou sempre na melhor direção.

GT 5 – EDUCAÇÃO E ENSINO

EDUCAÇÃO CARTOGRAFICA: MAQUETE UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA.

Luenir da Cruz Alves

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência- PIBID tem como finalidade integrar a teoria e prática na Formação de Professores e se caracteriza por desenvolver atividades de ensino na escola. O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência de prática pedagógica a partir da educação cartográfica, do uso da maquete como proposta pedagógica na didática de ensino de Geografia, desenvolvido no curso de formação continuada para os professores da educação infantil na Escola Estadual Maria Angélica Martins de Sousa na cidade de Ipueiras no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Infantil. PIBID. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal Maria Angélica Martins de Sousa, com os professores da educação infantil, na cidade de Ipueiras, no Estado do Tocantins, tendo como objetivo apresentar a maquete enquanto recurso didático no ensino de Geografia na educação infantil. Portanto, o intuito do presente trabalho é apresentar metodologias pedagógicas que podem ser desenvolvidas com os alunos a partir dos conteúdos geográficos, de uma forma que seja didática e educativa.

Segundo Castrogiovanni (2009) o motivo dos alunos nas séries iniciais não serem alfabetizados é porque a maioria dos professores que lecionam as aulas não são formados na área de Geografia. Sendo assim as crianças chegam ao ensino fundamental sem a construção das noções e das elaborações conceituais que compreenderia tal alfabetização.

Sendo assim, um dos fatores problemáticos dentro da sala de aula cotidianamente são alunos com dificuldades no entendimento da leitura espacial. Isso implica que atualmente não tem profissionais específicos das áreas de formação atuando na educação infantil com o conhecimento geográfico voltado para o processo de ensino e aprendizagem, considerando.

Sobre esta perspectiva que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), visou trabalhar com a formação inicial de professores em parceria com a escola e a universidade. Dessa forma, desenvolveu o curso de formação continuada com os professores da educação infantil, com intuito de minimizar dificuldades em se ensinar e aprender geograficamente, fato este que justifica a construção desse trabalho.

Entretanto, o interesse em se pensar e ensinar a maquete enquanto recurso didático está baseado no livro de Almeida e Passini (1999). Nesta obra, as autoras descrevem a importância de se discutir e ensinar em sala de aula aos alunos Geografia através do uso de maquetes. Com a construção de maquetes os alunos conseguem entender e compreender melhor a noção de lugar, escala, coordenadas geográficas (latitude e longitude) e orientação, enfim, de acordo a faixa etária de idade

dos alunos, o educador tem como proposta metodologia trabalhar com elementos geográficos usando a maquete. O objetivo desse trabalho é apresentar propostas pedagógicas com o uso de maquetes para facilitar o processo de ensino e aprendizagem do aluno em sala de aula.

EDUCAÇÃO CARTOGRAFICA: MAQUETE UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

Vamos começar falando da cartografia enquanto ciências, e, sobretudo as definições de conceitos, e as metodologias que os profissionais da educação podem ensinar aos alunos de maneira didática.

Nesta situação, a Cartografia enquanto ciências é o Conjunto de estudos e operações lógico-matemáticas, técnicas, artísticas, que a partir de observações diretas e da investigação de documentos e dados, intervém na construção de mapas, cartas, plantas, e outras formas de representação, bem como no seu emprego pelo homem. Assim a cartografia é uma ciência, uma arte é uma técnica (CASTROGIOVANNI 2009, p.38).

Neste contexto a cartografia é utilizada para tratar qualquer conteúdo de Geografia, o que varia são os métodos em que o conteúdo será abordado.

No entanto, ao ensinar sobre mapas na escola o educador deve considerar os conceitos fundamentais para os alunos: que os mapas são produzidos a partir da definição de uma malha de coordenadas que garantem a localização precisa de qualquer ponto da Terra e, no entanto resultam da redução da aérea representada, a qual é definida por uma proporção expressa na escala (Almeida 2003). Sendo assim, é função da escola preparar o aluno para compreender a organização espacial da sociedade, o que exige o conhecimento de técnicas e instrumentos necessários á representação gráfica dessa organização.

Quanto às metodologias, para aprender e ensinar cartografia, sobre a organização espacial, para as crianças, podem ser através de mapear o caminho da casa para a escola por meio de desenhos do espaço vivido, o conhecido percorrido pela criança, nesta atividade, o professor poderá ensinar conteúdos da Geografia, como: a noção de localização, de lugar, entre outros.

O desenho de crianças é então, sistemas de representação. Não é copia dos objetos, mas uma interpretação do real, feita pela criança, em linguagem gráfica. O desenho ainda pode ser considerado como o que estabelece um vinculo analógico como objeto representado, pois os significados visuais são da mesma natureza que o significado (ALMEIDA, 2003.p. 27).

De acordo com Almeida (2003) para se ensinar a leitura espacial e o domínio de referências geográfico nas series iniciais, apresenta atividades em que o aluno vivenciar técnicas de representação espacial. Neste sentido o uso da maquete tem servido como forma inicial de representação, que permite discutir questões sobre localização, projeção (perspectiva), proporção (escala) e simbologia.

Nesse sentido, o uso de maquetes, tanto das salas de aula, da escola, como do bairro, tem como foco estimula os alunos a pensarem sobre a categoria lugar.

Para a formação dos alunos com o intuito de entender os elementos geográficos em sua espacialidade, há necessidade de mapas e globos terrestres como recurso didático, considerando que em sala de aula os alunos permaneçam na sala e participam com mais interesse nas aulas. Portanto, estes materiais ao ser utilizados não serve apenas para se ensinar Geografia, como também em qualquer outra disciplina, o que irá mudar e as formas de ser discutidas (PASSINE, 2004.p.14).

Conforme Simielli (2004) o profissional docente, tem que saber diferenciar a Cartografia enquanto disciplina acadêmica, com o que será ensinado na escola. Em suma o saber ensinado é o conhecimento prévio, adquirido pelos alunos. Já o saber universitário é científico.

É nesta perspectiva que Almeida e Passini (1999 p. 11), confirmam que “[...] o professor de 1º grau pouco aprende em seu curso de formação que o habilite a desenvolver um programa destinado a levar o aluno a dominar conceitos espaciais e sua representação”.

Vale ressaltar que na elaboração da maquete com os alunos o professor deve considerar a forma que os elementos são representados, e se estão proporcionais a realidade.

De acordo com Castrogiovanni (2009, p. 53) a noção de escala é a relação de proporção entre o tamanho de uma representação e o real. Na verdade, o conceito de escala introduz a noção de relação entre um fenômeno real na superfície terrestre, ou o todo, e a representação no papel. Para a elaboração da oficina, iniciou-se com reuniões e planejamentos no Laboratório de Pesquisa em Metodologias Práticas de Ensino de Geografia- **LE GEO**, campus de Porto Nacional com os alunos Bolsistas, com a supervisora da escola e a coordenadora do subprojeto e a professora do curso de Geografia na Universidade Federal do Tocantins- UFT.

Posteriormente á leitura de livros a respeito da temática em estudo, para construção do material didático, em seguida e execução da “maquete da sala de aula” que levou pronta como modelo, para os professores. E posteriormente a construção da mesma a partir das instruções sugeridas pela responsável da oficina.

Uma das formas para a elaboração da Maquete foi utilizando o cordão como base para medir a sala de aula e os objetos, neste sentido, o cordão é dobrado quatro vezes e medido no isopor, este procedimento foi realizado com toda a sala e posteriormente usou as canetinhas coloridas, para traçar, e a régua para alinhar as medidas no isopor.

CONCLUSÃO

Com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação á Docência – PIBID nos qualificamos como profissionais, dando experiências tanto na teoria, como na prática.

Portanto, com as atividades realizadas no curso de formação continuada com os professores da rede municipal especificamente os de fundamental I e II, com a confecção da maquete da sala de aula, que os mesmo fazem as regências, pode-se perceber, que os resultados foram satisfatórios, pois os docentes participaram em conjunto, dedicaram bastante, acredito que contribui para a formação docente, com

esta metodologia de ensino, de ensinar aos alunos a noção de escala através da maquete.

Neste sentido, com as práticas pedagógicas, desenvolvidas com os alunos nós oportunizou com aprendizagem significativa para a educação básica, e na formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; PASSINI, E. I. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1999.

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTROGIOVANNI, A.C. **Apreensão e compreensão do espaço geográfico**. Org. Porto Alegre: mediação, 2009.

PASSINE, E.Y. Alfabetização cartográfica in.; PASSINE.R.; MALYSZ,S.T(org). **Práticas de ensino em geografia e estagio supervisionado**. 2ed.reimpressão.São Paulo: Contexto,2015. SIMIELLI, M.E. R.; ANDRADE. M. C. **A Geografia na sala de aula**. 6 ed. São Paulo: Contexto,2015.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PIBID A PARTIR DO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS

Helder Gomes Costa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) subprojeto Geografia para a escola a partir da teoria de Milton Santos do lugar como evento (SANTOS, 2006). Para essa compreensão iremos contextualizar sobre a categoria geográfica Lugar e o conceito evento por meio das concepções de Milton Santos. Na tentativa de desvendar quais foram as contribuições, foram aplicados questionários para o levantamento dos resultados junto ao corpo efetivo do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Palavras-chave: Escola. Geografia. PIBID. Milton Santos.

INTRODUÇÃO

As atividades práticas (aulas, oficinas e elaboração de materiais didáticos) foram organizadas por uma equipe de alunos (bolsistas), coordenadora de área e supervisora da escola. O subprojeto está vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Porto Nacional. Foram desenvolvidas atividades em sala de aula com estudantes do ensino fundamental II e ensino médio do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira, localizado no bairro Novo Planalto na cidade de Porto Nacional – TO.

A partir da compreensão do lugar sendo o espaço do acontecer solidário, e o evento como um resultado da mudança paralela dos sujeitos e do lugar (SANTOS, 2006). A constituição do evento torna realidade a partir da colaboração de sujeitos sociais que se organizam em prol da dinâmica das possibilidades em nível local. Para Milton Santos a palavra evento é entendido como

Um resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa [...] por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais. (SANTOS, 2006, p.95)

Parafraseando Milton Santos podemos adequar o conceito evento para afirmar que o PIBID é um evento, é a novidade, é a inovação e a alteração. Um evento que é de nível nacional que interfere diretamente nos lugares que está inserido. É evidente que podemos destacar que esse evento acontece essencialmente na escola.

A escola é defendida como sinônimo de lugar. Essa novidade modifica a escola “os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p.146).

Vale destacar a integração dos sujeitos (licenciandos, professora da IES, supervisora da unidade escolar e alunos da educação básica), que auxiliaram o subprojeto Geografia para firmar a constituição do elo entre a universidade e a escola. Para que esse pacto entre a escola com a universidade acontecesse foi necessário a integração de vários sujeitos de diversas formações e papéis sociais. De modo geral, quando pensamos a escola, precisamos observá-la como um espaço do acontecer solidário. Um lugar de constante mudança, um lugar do mundo.

Em todo o texto buscaremos relacionar as atividades do PIBID e suas contribuições para a escola. Dessa forma, tratamos o PIBID como um evento que modifica as atribuições da escola, portanto, transforma as relações existentes, que de forma coletiva modificam o espaço escolar.

ESCOLA E PIBID DE GEOGRAFIA: LUGAR E EVENTO

Pensando a escola como espaço de diversidade, podemos também relacionar com o PIBID, que há em sua estrutura há diversos elementos que fez o PIBID ser o maior projeto de aperfeiçoamento na formação inicial de professores, mesmo o PIBID sendo um projeto frágil, por ter data de início e término. Este projeto foi elaborado no governo do Presidente Lula que teve início no ano de 2009 e se prolongou no governo Dilma, com o edital publicado em 2013. Após o Golpe de 2016 o PIBID seguiu até o final de fevereiro de 2018, e em março do mesmo ano foi lançado o último edital no governo Temer, com início das atividades em agosto de 2018 e com o prazo de 18 meses para finalização do projeto.

Para entender sua estrutura podemos elencar alguns elementos: Estado, Instituições e as Pessoas. O Estado que elaborou esse tipo de projeto, as instituições que são a universidade e escola que fazem o elo de consolidação das atividades do PIBID, e as pessoas: os licenciandos (bolsistas), a coordenadora de área (professora da IES), e a supervisora escolar (professora da educação básica) e por fim, os agentes mais importantes nesse processo, os alunos da educação básica, que é uma das razões de existência do PIBID.

Quando defendemos o PIBID como um evento, estamos afirmando o processo de totalidade na particularidade de seu funcionamento, por meio de vetores que transformam o lugar e conseqüentemente transformam os sujeitos envolvidos e sua estrutura. Assim como afirma Pereira (2013, p.135)

mas, como o evento só se completa se é percebido: se a escola não assume a tarefa juntamente com a Universidade, não se realiza o evento, ou seja, não transforma o espaço, não altera o meio preexistente.

A partir da compreensão da categoria geográfica lugar na concepção miltoniana, para entender como a escola se configura a partir dos eventos, sendo que o PIBID é um evento que modifica o cotidiano escolar e que só se consolida ao realizar o elo entre a universidade e a escola. Ao fazer esse *link*, de pensar a escola como o espaço do acontecer solidário estamos considerando a relação direta com o mundo, “compreender a escola e o lugar é, também compreender o mundo” (PEREIRA, 2013,

p.136). Para que isso se configure defendemos a dialética entre o mundo e lugar (SANTOS, 2014).

São os eventos que transformam o lugar e conseqüentemente os usos do território. O PIBID é um evento para a construção do saber, tanto para os futuros professores quanto para os alunos da educação básica. Esse projeto é também, um acontecer, um feixe de vetores que se realizam na escola e a levam a uma nova funcionalização, de contribuir para uma escola pública melhor (PEREIRA, 2013).

DESENVOLVIMENTO

A partir da periodização buscaremos analisar, as ações desenvolvidas pelo subprojeto Geografia durante o período (novembro de 2016 a fevereiro de 2018). No decorrer desse tempo o subprojeto desenvolveu diversas atividades com alunos do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio. Os participantes do ensino fundamental foram somente alunos do período matutino, que participaram das oficinas no contra turno. Diferentemente, em 2017, o ensino médio foi o alvo das atividades, alunos de todas as séries, tanto do período matutino, quanto do vespertino. Com isso, pôde-se atender 100% do quantitativo de alunos do ensino médio da referida escola.

Para refletir sobre as contribuições do PIBID com a escola, realizamos questionários com perguntas subjetivas para a supervisora de área (subprojeto Geografia) e a diretora da unidade escolar. As perguntas foram designadas para levantar, na avaliação das gestoras, quais as contribuições do PIBID/Geografia para a escola. Logo abaixo segue uma lista das contribuições citadas pelas entrevistadas:

1. Parceria entre a Universidade e a Escola;
2. Confeções de materiais didáticos para serem trabalhadas com os alunos da escola;
3. Contato direto dos alunos da educação básica com os alunos de graduação;
4. Atividades centradas na aprendizagem, possibilitando os alunos do ensino médio ter um contato mais próximo com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por meio de oficinas didaticamente diferenciadas;
5. Possibilidade de os alunos da educação básica conhecer o mundo universitário, através de relatos dos pibidianos e visitas a UFT – Porto Nacional;
6. Trabalhar o cotidiano fazendo relação direta do local com o nacional e mundial;
7. Apresentações científicas, dentro e fora do Estado, dando maior visibilidade ao Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira;
8. Possibilidade de trabalhar autores contemporâneos no ensino de Geografia;
9. Atividades lúdicas que atraíram e fizeram com que esse projeto se destacasse no ambiente escolar.

Vale relatar o quanto foi elogiado as atividades realizadas com os alunos do ensino médio, pois os discentes tiveram a oportunidade de estudar temas da ciência

geográfica que fazem parte da matriz de conteúdo do ENEM. As aulas foram voltadas para realização de situações-problema através de aulas participativas, de forma lúdica e elaboração de materiais pedagógicos que, por meio de uma questão se trabalhava o conteúdo de um determinado tema.

É PRECISO CONTINUAR...

A defesa pela continuidade do PIBID é entoada uníssona na escola e nas universidades onde tiveram projetos desenvolvidos, e sua continuidade de integração, de prática e de luta tem o sentido de melhorar as escolas, de buscar qualidade no ensino-aprendizagem da educação básica e principalmente garantir a capacitação na formação inicial de professores. Mas é preciso lutar para que isso aconteça, sobretudo porque o PIBID não está assegurado como política permanente de formação de professores, mas antes como programa governamental.

Portanto, é preciso continuar, continuar com a articulação da escola e universidade, principalmente aproximar os alunos de licenciatura para o convívio escolar. Sobretudo para aperfeiçoamento da profissão docente. E para que os mesmos contribuam para a formação de cidadãos autônomos e ativos em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de chegar às considerações, percorremos um caminho de reflexões. Partindo deste princípio podemos destacar e defender o PIBID como um evento nas concepções miltonianas, que se completa a partir de variáveis que modificam a escola. Outro ponto que precisamos destacar é que esse projeto possui uma potencialidade gigantesca de aperfeiçoamento da profissão docente. Mas como este trabalho é voltado a analisar as contribuições para escola, podemos destacar diversos pontos, dentre eles: a aproximação do ensino superior com a educação básica e também os materiais didáticos produzidos com os alunos para melhorar o ensino-aprendizagem na escola. Essa interação fortalece a educação como um todo.

O PIBID/Geografia modificou o ambiente escolar na escola campo, dando uma nova roupagem para a escola e seus sujeitos. Com trabalho ativo durante esse período e analisando os resultados obtidos através do questionário podemos afirmar que esse evento tem um papel importante, que contribuiu de forma significativa para unidade escolar.

Portanto reafirmamos a importância de continuidade do PIBID, esse projeto que beneficia tanto a escola pública, por meio das atividades desenvolvidas pelos subprojetos, quanto da universidade consolidando seu ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Carolina M. R. B. Tão longe tão perto: os entrelaces da universidade com a escola. In: SILVA, Eunice I.; PIRES, Lucineide M. (Orgs). **Desafios da didática de geografia**. Goiânia: ed. da PUC Goiás, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed. 3 reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

AGRADECIMENTOS

Na oportunidade agradeço à Professora Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira e ao meu orientador Professor Dr. Denis Ricardo Carloto pelas consideráveis contribuições para realização desse trabalho. Também agradeço toda comunidade escolar do Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico Teixeira por todo o acolhimento e apoio, em especial a Professora Maria das Mercês Dias Gomes da Silva.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NA ANTIGA REGIÃO NORTE DE GOIÁS (ATUAL TOCANTINS) DE 1940 A 1980.

Marilene Gomes da Costa

Benvinda Barros Dourado

RESUMO

Este estudo, em andamento, apresenta como tema o Movimento Estudantil Secundarista na antiga região norte de Goiás (Atual Estado do Tocantins), especificamente no município de Porto Nacional, no período de 1940 a 1980. O objetivo do presente trabalho é conhecer a história do Movimento Estudantil Secundarista, bem como o nível de organização dos estudantes secundaristas nessa região. A pesquisa está sendo realizada por meio de estudo numa perspectiva qualitativa (MINAYO, 2003), usando a metodologia da pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 1990), assim como, a análise documental. Percebe-se que o Movimento Estudantil Secundarista em Porto Nacional se deu, principalmente, por meio dos grêmios estudantis, sendo o mesmo caracterizado, em grande parte da sua trajetória, pelos princípios religiosos e civis.

Palavras-chave: Movimento Estudantil Secundarista. Estudantes. Educação no antigo Norte de Goiás

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo ampliar os conhecimentos acerca da história do Movimento Estudantil Secundarista no Antigo Norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), especificamente, do Município de Porto Nacional, no período de 1940 a 1980. Se tratando do município em questão, o mesmo localiza-se no Estado do Tocantins, antiga Região Norte do Estado de Goiás. A origem da cidade portuense está datada entre a última década do século XVIII e início do século XIX, de modo que ela foi emancipada em 1861 (DOURADO, 2010). A escolha deste município como área de estudo justifica pelo fato de ser uma das primeiras cidades da antiga região Norte de Goiás onde eclodiu o Movimento Estudantil Secundário. O interesse pela investigação dessa temática derivou basicamente da oportunidade de conhecer e contribuir para o registro histórico do Movimento dessa geração, visto que, as bibliografias sobre esses protagonistas político-sociais são escassas. Diante destes fatos, e da necessidade em aumentar o referencial teórico sobre os secundaristas no Tocantins, acredita-se que este trabalho será de grande importância.

A pesquisa está sendo realizada através de estudo numa perspectiva qualitativa (MINAYO, 2003), usando a metodologia da pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 1990), assim como, a análise documental. Inicialmente, como referências historiográficas, apresentam-se os estudos de (DOURADO, 2010); (SANTOS, 2007) e (CINTRA e MARQUES, 2009), entre outros que discutem o tema em tela.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDÁRIO NO BRASIL

A década de 1930 foi um marco no que se refere ao desejo de transformação da sociedade brasileira. Nesse período, projetos de mudanças foram sendo necessários para a população, que vinha passando por grandes transformações e os

sonhos de liberdade foram intensamente vivenciados pela juventude, que almejava um futuro de igualdade social, gerando, assim, uma revolução nos hábitos, costumes e na política, não na tentativa de derrubar o poder vigente, mas, sobretudo, na busca de uma relação diferente entre política e sociedade.

Na concepção de Cintra e Marques (2009), o Movimento estudantil no Brasil surge no ano de 1930, no governo de Vargas onde a população participava cada vez mais da vida política, visto que a classe operaria se organizava através de partidos e entidades sindicais, para lutar por seus direitos. As transformações que estavam acontecendo neste momento foram acompanhadas por uma grande revolução educacional, sendo assim, contribuindo com a tentativa de Vargas em transformar a sociedade. O mesmo criou o Ministério da Educação e Saúde, tendo como primeiro ministro da Educação Francisco Campos. Nesse período, esse novo modelo de governo estabeleceu uma relação entre o poder público e o Movimento Estudantil.

Na perspectiva dos mesmos autores, nos anos de 1929 e 1930 o ensino secundário no Brasil começou a se desenvolver, tendo como professores os alunos universitários. No ensino superior para fortalecer as bases do sistema universitário o governo investiu nas áreas de ensino e pesquisa.

A União dos Estudantes Secundaristas (UBES) entidade principal do movimento secundarista brasileiro foi fundada em 1948, tendo em vista que, mesmo os estudantes estando engajados nas lutas do início do século XX, ainda não havia uma organização que aglutinasse o pensamento e as ideias do movimento a nível nacional. Desse modo, esta entidade veio para fortalecer e sistematizar aquilo que já tivera começado, mesmo que por meio de grêmios estudantis (CINTRA; MARQUES, 2009).

Em 1902 já existia uma organização dos estudantes em São Paulo, tendo os grêmios estudantis como marco principal. Estes grêmios tinham como principais atividades as ações recreativas, culturais e de lazer. Na década de 1930 e 1940 estes meios de organização dos jovens protagonistas foram se tornando mais sólidas e politizadas em diferentes regiões do país, como grêmios escolares, entidades municipais e, principalmente, Estaduais (CINTRA; MARQUES, 2009).

AGREMIÇÃO ESTUDANTIL EM PORTO NACIONAL

No que diz respeito ao Movimento Estudantil Secundário do Norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), especificamente, em Porto Nacional, a princípio não era diferente do que estava acontecendo em outras regiões do país, tendo os estudantes também se organizado por meio de grêmios estudantis.

Assim, a agremiação dos estudantes secundaristas é um dos fatores em destaque no processo educacional e cultural em Porto Nacional. No mesmo ano de instalação do Ginásio Estadual, nessa cidade, no ano de 1946, foram criados os grêmios estudantis masculino e feminino. Sob a legenda Lítero-Artístico, o masculino denominou-se Grêmio Santo Tomás de Aquino e o feminino de Grêmio Santa Cecília. E, sobre a criação desses grêmios estudantis, a Revista Educação e Saúde (1946, p. 81) divulgou a seguinte nota: “No Ginásio Estadual em Porto Nacional aos 25 dias de agosto deste ano, por iniciativa do Sr. Diretor do Ginásio Min. Salvador Pena Mascarenhas, teve lugar a instalação do grêmio Lítero-Artístico deste estabelecimento oficial de ensino secundário para a juventude masculina e feminina”.

Essas agremiações tinham o papel de desenvolver atividades artísticas como canto, música, teatro, com apresentações nos dias festivos, comemorações em dias pátrios, civis ou religiosos.

Conforme Dourado (2010) os mesmos tiveram papel fundamental na formação dos alunos, pois embora primassem pelas atividades artístico-culturais, não negligenciavam os temas em pauta na agenda nacional e regional daquele momento histórico, como a luta pela criação do estado do Tocantins, a mudança da capital federal para Brasília, o direito ao voto, a copa do mundo. Encontrava-se em pauta, também, questões sociais e econômicas como a seca no nordeste e as riquezas do Brasil, tais como o petróleo e minérios da região norte, especialmente o cristal. Na área da linguagem, além dos discursos proferidos na língua portuguesa, destaca ainda, os diálogos e poesias declamadas em francês e inglês.

Outra ação que vale destacar é a proposta de criação e instalação da Casa do Estudante no norte de Goiás, mais especificamente na cidade de Porto Nacional. Esta proposta foi apresentada pelo diretor do Ginásio Estadual de Porto Nacional, em reunião da Congregação dos Professores desta instituição, em 05 de agosto de 1947, sendo aprovada com o objetivo de proporcionar aos alunos salões próprios para reuniões, festas cívicas, diversões, estudos, dentre outros (DOURADO, 2010).

Em 1972, ainda encontrava-se em efetivo como o órgão representativo dos alunos do Colégio Estadual, o Grêmio Santo Tomás de Aquino, que tinha como porta voz de comunicação o Vanguarda.

Percebe-se, por meio do relato do ex-diretor do Colégio Estadual, o Prof. Antônio Luiz Maya, fatos que envolveram os alunos do Colégio, em situações políticas do período do Regime Militar: “[...]. Procurando subversivos, chegaram a pegar alguns alunos nossos na época, e levar para a cadeia. [...] infelizmente isto foi feito pelos militares. [...] eles vieram, vieram perseguir aqui, os meninos tidos como políticos, com isso levaram presos, foram até o Chile” (RIBEIRO, MUTA; SILVA, 2007, p. 26-27).

Assim, no decorrer do período de centralização, a organização dos estudantes que se deu em Porto Nacional por meio dos grêmios estudantis, passou paulatinamente a dar lugar ao Centro Cívico Estudantil. Então, além da obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica ou OSPB, era incentivada a criação desta instituição cívica. Em 1973, foi autorizado, pelo Colégio Estadual, pela Coordenação de Educação Moral e Cívica de Goiás, o funcionamento do Centro Cívico Estudantil Dr. Francisco Ayres da Silva. Este tinha como finalidade a formação cívica, patriótica, cristã e esportiva- educativa (DOURADO, 2010).

A CRIAÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE DO NORTE GOIANO (CENOG)

A proposta de criação e instalação da “Casa do Estudante”, no norte de Goiás, mais especificamente na cidade de Porto Nacional foi apresentada pelo diretor do Ginásio Estadual, em reunião da Congregação dos Professores desta instituição, em 05 de agosto de 1947, sendo aprovada com o objetivo de proporcionar aos alunos salões próprios para reuniões, festas cívicas, diversões, estudos, dentre outros.

Acredita-se que o Centro Estudantil Portuense (CEP), como foi denominada a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), fora criado neste mesmo ano, uma vez que o livro de registros foi aberto em 24 de novembro de 1947, e assinado pelo seu diretor, Prof. Manoel Ferreira Lima. O estatuto do CEP foi aprovado no dia 26 de

junho de 1948 e registrado em cartório no dia 9 de julho do mesmo ano (DOURADO, 2010).

Percebe-se que essa ideia tomou corpo, e no final dos anos de 1950, sob a liderança do Pe. Rui Rodrigues, em Pedro Afonso, fundando-se, assim, em 1960, a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) na cidade de Goiânia.

Esses movimentos estudantis tiveram, também, papel relevante no processo de difusão da ideia de “Capital Cultural do norte de Goiás”. Conforme artigo da revista “Estado do Tocantins”, veiculado nos anos de 1960: “Com a Cenog, a cidade de Porto Nacional se consolidou como capital intelectual dos nortenses entrando os jovens estudantes num nível de discussões bastante elevado, em ambiente cultural onde se ouvia músicas de Beethoven e se lia peças de Gil Vicente” (ESTADO DO TOCANTINS *apud* SANTOS, 2007, p. 60).

No primeiro número de O Vanguarda (1972), o Grêmio Estudantil São Tomas de Aquino, informou que a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), seccional de Porto Nacional, teve a intervenção do poder judiciário na nomeação da diretoria para administrá-la naquele período (DOURADO, 2010). Por este veículo de comunicação, já se percebe, de forma preliminar, a política de intervenção militar margeando o movimento estudantil em Porto Nacional. Assim, a Cenog foi extinta, por decisão judicial, em 17 de maio de 1979 (SANTOS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da organização do Movimento Estudantil Secundário e as lutas que os estudantes vivenciaram são fundamentais para a história do Brasil, visto que, através delas, os mesmos influenciaram importantes mudanças políticas, na busca de um país soberano e da educação de qualidade.

A trajetória dos estudantes no processo educacional do município de Porto Nacional através da agremiação dos estudantes foi destaque neste processo, sendo o mesmo caracterizado, principalmente, pelos princípios religiosos e civis.

Percebe-se que o Movimento Estudantil Secundarista em Porto Nacional foi de suma importância, o qual, juntamente com a população civil lutaram para o desenvolvimento desta região, em destaque para a criação do Estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. **UBES - uma rebeldia consequente**: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins [manuscrito]**: Ginásio Estadual de Porto Nacional / Benvinda Barros Dourado. - 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Vinte e cinco de agosto em Porto Nacional**. Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, Goiânia, GO, 1946, n. 29-30, ago./set., p. 81.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado; MUTA, Ana Pereira Negry; SILVA, Edwardes Barbosa. **Memórias de Professores Portuenses** (1940-1980). Porto Nacional: Pote, 2007.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. **O Sonho de uma geração**: O movimento estudantil Goiás e Tocantins. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

A CAPOEIRA ANGOLA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

“ O PROJETO QUILONBO DE ANGOLA” – UFT/PORTO NACIONAL”

Laurinei Izidio

Rafael Godinho

RESUMO

O objetivo do projeto de pesquisa extensão popular Quilombo de Angola e pesquisa e apresenta algumas questões que norteiam a temática afro-descendentes, passando por uma breve conceituação do termo, realidades vivenciadas e direitos adquiridos, enfatizando parcialmente as contradições entre a legislação e sua efetiva aplicação, principalmente no que se refere ao direito do território e a educação, abrangendo também as dificuldades de identificar tais contradições e fronteiras. O foco norteador deste trabalho é a busca constante pela capoeira angola- o jogo de zebra, ou N´Golo,- que além de se encontrar na condição de profunda ausência de seus direitos constitucionais, também apresenta um processo educacional precário, que ignora seus valores e sua cultura. No olhar voltado para as pesquisas tal proposta e deixar para aos futuros capoeiristas, historiadores, pesquisadores,etc. Que dariam a esta questão interesses de adquirir informações negativas e positivas do desenvolvimento da capoeira angola dentro da universalidade da capoeira, com o projeto de pesquisa extensão popular Quilombo de Angola, desde sua necessidades de sobrevivência pessoal com inicio no período colonial até os idos contemporâneo.

Palavras-chave: capoeira. Angola. vivencia. tradição.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana, modificada pela Lei 11.645/08, trouxe-nos avanços, sobretudo formais, quanto a educação para as relações étnico-raciais. Entretanto, ainda hoje percebemos o quanto faz-se necessário uma melhor compreensão de participação material, cultural e intelectual dos afrodescendentes na sociedade brasileira, moldada pelos traços coloniais (CUNHA JUNIOR, 1999, *apud* MOURA, 2017).

A Capoeira Angola compreendida aqui numa dimensão ampla de cultura, que não limita-se a luta, ou ao esporte, é um meio educativo para resgatarmos o que as citadas leis não garantiram: uma melhor compreensão de participação material, cultural e intelectual dos afrodescendentes na sociedade brasileira pós colonial.

A desigual sociedade em que vivemos, alimentada pela vergonhosa “inclusão” trazida pela Lei Áurea exige, dos afrodescendentes, uma postura ativa de busca por sua identidade e por uma inclusão sem aspas.

O Projeto Integrado e Popular de Extensão e Pesquisa: Quilombo de Angola, protagonizado por estudantes da Fundação Universidade Federal do Estado do Tocantins – Campus Porto Nacional, surgiu por uma necessidade e por um reconhecimento. Necessidade de fortalecer a prática e a pesquisa da Capoeira Angola no universo acadêmico e na comunidade de Porto Nacional. Segundo, por reconhecer a Capoeira Angola enquanto uma prática cultural que, desde seu surgimento, esteve comprometida com a luta pela libertação dos negros e negras, com a busca pela identidade cultural, consciência corporal e ancestralidade.

Nesse contexto, como dito acima, a Capoeira Angola, expressão genuína da cultura popular brasileira, de raiz africana, precisamente banto, é concebida aqui como uma forma de aproximar a UFT/Porto da comunidade portuense, e das diversas expressões locais da cultura popular.

PESQUISA E CAPOEIRA ANGOLA

O projeto Quilombo de Angola insere-se na pesquisa acadêmica como expressão de uma atitude ativa de valorização da Capoeira Angola, e de fortalecer as temáticas, os conteúdos dos saberes tradicionais em torno dessa prática ancestral de libertação física e mental, mental e física, da negritude. Segundo Pedro Abibi a cultura popular articula todo um vasto campo de conhecimentos e saberes, bem com as formas de transmissão desses saberes através de algumas categorias base, como: a memória, a oralidade, a ancestralidade, a ritualidade e atemporalidade (Abibi, 2004). Ou seja, o conhecimento é organizado, na Capoeira Angola, baseado em uma lógica que não é predominante dentro da Universidade. Temos por tanto, em nossa iniciativa, um contraponto a racionalidade ocidental moderna (Abibi, 2004).

Desde as últimas décadas do século XX vivemos um fortalecimento e expansão da Capoeira Angola. O elemento mais marcante dessa valorização, nas palavras de Abib, esta relacionada ao:

“(…) crescente interesse por parte dos seus praticantes, em conhecer e pesquisar as tradições africanas: os idiomas, a ritualidade, a musicalidade etc., e como elas interagiram com as tradições brasileiras no processo que culminou com o surgimento da capoeira em terras tupiniquins(PEDRO, ABIB, 2004, P.45)”.

CONCLUSÃO

No sentido do que fora apresentando, em matéria de conclusão(provisória), retomamos a compreensão de Johnny Menezes Alvarez, apresentada em sua dissertação de mestrado: “ O aprendizado da capoeira Angola como um cultivo na e da tradição”. Onde o citado pesquisador:

(…) o que podemos tirar desse percurso pelo aprendizado da capoeira Angola como um cultivo na e da tradição, é justamente esse caráter político e ético de deslocamento do tema da aprendizagem. Das perspectivas individualizantes e ligadas a apropriações pessoais para um aprendizado coletivo e impessoal, no qual aprendemos na pequena roda da capoeira aquilo que acontece na grande roda da vida, a cultivar e cuidarmos em coletivo de nossas tradições. Mais do que as apropriações históricas e pessoais, das escolas ou tipos de capoeira o que vimos é que a capoeira é uma paisagem em movimento, e o seu aprendizado também deve ser construído em movimento (MENEZES, 2006, p..223).

Portanto, pretende-se com essa iniciativa, aqui apresentada, educar, por meio da Capoeira Angola, se educando como prática para a liberdade, no universo da pesquisa e da extensão universitária.

REFERENCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Capoeira Angola: cultura popular no jogo dos saberes na roda. Tese de doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ABREU, Plácido de. Os capoeiras. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Seraphim Alves de Brito, 1886. ABREU, Frederico José de. Bimba é Bamba: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.

_____. A capoeira baiana no século XIX. Revista Iê Capoeira, ano I, nº07. São Paulo: On Line Editora, 2000.

_____. O barracão do Mestre Waldemar. Salvador: Organização Zarabatana, 2003.

_____. Capoeiras – Bahia, século XIX: imaginário e documentação, vol I, Salvador: Instituto Jair Moura, 2005.

ARAÚJO, Rosângela Costa. O universo musical da capoeira angola. Salvador: Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, Comissão de Documentação e Acervo, 1994.

_____. Sou discípulo que aprende, meu mestre me deu lição: tradição e educação entre os angoleiros baianos (anos 80-90). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

AREIAS, Almir das. O que é capoeira? São Paulo: Brasiliense, 1984.

BARBIERI, César. Um jeito brasileiro de aprender a ser. DEFER/GDF. Centro de Informação e Documentação Sobre a Capoeira (CIDOCA/DF): Brasília, 1993.

_____. Capoeira na universidade: uma trajetória de resistência. Salvador: SCT, EDUFBA, 2001.

BOLA SETE, Mestre. A capoeira angola na Bahia. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 1997.

CAPOEIRA, Nestor. O pequeno manual do jogador de capoeira. Rio de Janeiro: Ground, 1981.

COUTINHO, Daniel. O ABC da Capoeira Angola: os manuscritos de Mestre Noronha. Brasília: DEFER, Centro de Informação e Documentação sobre a Capoeira, 1993.

DECANIO, Angelo. A herança de Pastinha: a metafísica da Capoeira. Salvador: Texto Mimeo, 1996.

_____. A herança de Mestre Bimba: lógicas e Filosofia Africanas da capoeira. Salvador: Texto Mimeo, 1996.

_____. "O processo de escolarização da capoeira no Brasil". Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Santa Maria-RS, v. 16, n. 3, p. 173-182, Maio, 1995.

GT 6 – HISTÓRIA, CULTURA E LINGUAGENS

MODERNIZAÇÃO EM PORTO NACIONAL: FRANCISCO AYRES E O CULTO AO FUTURO

Radamés Vieira Nunes

Resumo

Perambulando no interior do labirinto de vocábulos do jornal Norte de Goyaz desejava descortinar sentidos e formas possíveis de se vivenciar a modernização da/na região de Porto Nacional, no século da eletricidade, momento em que se acreditou, ou se quis acreditar, que não havia impossíveis para o homem. Dimensões da vida moderna são evidenciadas a partir das experiências de Francisco Ayres da Silva, no início do século XX, quando o anúncio do novo e a avalanche do progresso provocaram no chamado Norte goiano, dentre outras sensações, expectativas de esplendoroso devir.

Palavras-chave: modernização; Cidade; Francisco Ayres; Tempo.

Nos termos de Reinhard Kosseleck, pode-se afirmar que as histórias são compostas por experiências vividas e pelas expectativas das pessoas, forma privilegiada de lidar com o tempo histórico, visto que conseguem entrelaçar as diferentes temporalidades. Nessa perspectiva, proponho observar a experiência de Francisco Ayres da Silva¹⁰ diante do processo de modernização vivenciado em Porto Nacional¹¹, especialmente pelo viés das expectativas. O que segue é uma tentativa de perceber que tipo de futuro constituiu o presente de Francisco Ayres. No momento em que viveu qual era a relação com o porvir, com o ainda-não realizado de seu tempo? Dito de outro modo, o que foi previsto por ele, o que apareceu em sua existência como não experimentado, ou seja, como “futuro presente”. Por intermédio do jornal *Norte de Goyaz* se pode ter uma noção de como o novo espaço de experiência que se abriria no futuro foi antecipado como expectativa, por sua vez constituída de “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade” (KOSELLECK, 2006, p.306-310).

Viajar no lombo de animais, depois embarcar num trem, sair dele para um navio a vapor e ao longo do percurso se deparar com obras em diferentes estágios de realização, movimentação de trabalhadores a serviço de alguma Companhia se preparando para o início de uma obra, ou acampamentos desfeitos de uma obra abandonada e ainda inconclusa. Trilhos sendo instalados, postes erguidos para receber as linhas telegráficas, andar pelas ruas e se deparar com construções

¹⁰ Francisco Ayres da Silva (1872-1957) foi um cidadão Portuense que, dentre outras coisas, foi deputado federal, médico formado no Rio de Janeiro e Jornalista dono da tipografia *Nortense*. Um entusiasta da modernidade em sua região. No projeto de modernização que idealizou para Porto Nacional e para o norte de Goyaz o que se colocou como as mais prementes necessidades, entre outras, foram: navegação fluvial pelo rio Tocantins para grandes embarcações a vapor, viação férrea, estradas de rodagem, comunicações telegráficas, serviço postal, instrução, aquisição de inventos modernos, urbanização, dinamização da produção agrícola e indústria pecuária.

¹¹ Conforme os documentos preservados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, o Município de Porto Nacional, do Estado do Tocantins, tem o seguinte histórico: Em meados de 1738 era povoado de Porto Real do Pontal; em 1809 “o lugarejo foi elevado à categoria de julgado”; com a denominação de Porto Imperial tornou-se vila pelo decreto de 1831; pela lei provincial de 1861 ganhou a condição de cidade; em 1890 o município de Porto Imperial, passou a ser denominada de Porto Nacional. Situado na parte central do Estado do Tocantins foi uma das principais cidades do então Norte goiano, antes da divisão do Estado de Goiás.

suntuosas sendo edificadas, automóveis perambulando sobre avenidas pavimentadas desviando das multidões, ou passar por lavouras e se deparar com homens que trabalham manipulando instrumentos até então desconhecidos. Conversar com amigos ou estranhos nos belos jardins iluminados pela luz elétrica sobre as últimas notícias que leu nos jornais ou que ouviu dizer em conversas informais sobre as mudanças, polêmicas e conflitos que ocorreram em determinadas cidades devido aos melhoramentos recebidos, ou sobre as últimas invenções ou tendências pelo mundo que atiçaram a imaginação. Acompanhar as sessões da câmara e se deparar com diferentes projetos pleiteando melhoramentos de toda sorte, tomar conhecimento e partido sobre as mais recentes pretensões do poder público em parceria com engenheiros para dar continuidade às obras de viação. Alegar-se por saber que projetos que preveem melhoramentos para a região onde vive foram aprovados e que possivelmente as obras se iniciariam a qualquer momento, ter a sensação de que muitas obras realizadas pelo poder público estão prestes a se aproximar do lugar onde se tem empreendimentos, o que facilitaria e dinamizaria os negócios. Enfim, eis uma parte do cenário que compôs o universo do mais cosmopolita portuense do início do século XX.

Mediante o emaranhado de símbolos da modernidade, ou pelo menos dos burburinhos sobre os mesmos, muitos goianos nutriram expectativas, e Francisco Ayres foi invadido por elas, evidente que as suas expectativas não representam necessariamente as expectativas de todos, mas como homem da imprensa e da política pode-se dizer que trabalhou veementemente para reproduzir o mesmo horizonte de expectativa ao ponto de torná-lo comum a todos que acreditava representar, sinalizando o que o processo de modernização foi capaz de gerar nos ditos nortenses. Nas representações feitas para as páginas do jornal portuense se identifica uma excitação com o futuro, um desejo ardente e otimista quanto ao porvir, pois nele estaria a realidade ideal para os que pensavam como Francisco Ayres da Silva. Não havia grande preocupação quanto à realidade atual ou passada, pois se acreditava que essa seria automaticamente superada por aquela que viria por meio dos novos meios de comunicação e transporte. Ayres dizia que estava próxima “A nova era, a era de esperanças risonhas, o norte confia no futuro, Goyaz espera e sonha por um progresso real”.¹²

Motivados pela vontade e pela convicção de que em breve se deparariam com a navegação a vapor, a ferrovia, o telégrafo e outros símbolos da modernidade alterando o cenário das cidades nortenses, acreditaram que essas tecnologias fariam o norte de Goiás progredir aceleradamente ao ponto de alcançar o patamar de civilização das grandes cidades modernas, acertando o compasso com as mesmas. Ayres, comentando sobre a possibilidade de um empréstimo para fomentar vias rápidas, principalmente a rede de navegação fluvial, afirmou que “em breve estamos certo, tudo será remodelado, caminharemos trilha verdadeiramente nova, ocuparemos distintivamente papel saliente na vanguarda da federação brasileira”. Ou ainda sobre a “questão momentosa”, ou seja, os rumores de que se planejava construir uma estrada de rodagem que ligasse o chamado Vale Tocantins a um ponto de navegação a vapor na Bahia, dizia “é crença nossa que a estrada é problema vencido, é crença que o norte vae progredir”.¹³

¹² *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/08/1906. p.1.

¹³ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/06/1907. p.1; 31/12/1906. p.1.

As expectativas que permearam a população de Porto Nacional, bem como do Norte de Goiás, estavam cada vez mais distantes das experiências vividas até então. Ora concebiam um tempo novo, espécie de futuro aberto na contemporaneidade, quando ainda estavam destituídos da maioria, mais precisamente, dos principais objetos do desejo que, para eles, o promoveriam. As expectativas eram extraídas mais da crença de uma vida que certamente viveriam do que propriamente da condição de que já desfrutavam. Pensava-se num futuro diferente da/na realidade atual, absolutamente melhor e que não poderia ser projetado a partir do presente. Esse espectro, denominado progresso, com traços iluministas, interferia com intensidade crescente no cotidiano das cidades do interior do Brasil que esperavam não apenas se modificarem, mas melhorarem.

A cada notícia de inauguração não necessariamente das obras, mas do início delas, em qualquer uma das cidades dos estados vizinhos, aumentava a sensação de que esse porvir estava mais próximo, renovando as esperanças. Assim aconteceu, por exemplo, quando em 1908 se inaugurou o primeiro trecho de linha férrea que de Minas Gerais chegaria a Goiás até os rios Araguaya e Tocantins, aproximadamente trinta e seis quilômetros de ferrovia de Formiga a Arcos. O jornal comemorava com entusiasmo ressaltando que “os trabalhos continuam acelerados e mui brevemente novas inaugurações prometem se fazer”. Ou ainda a simples informação de que existe um projeto em discussão no senado sobre um traçado ferroviário que passaria pelo norte, noticiado por um jornal da cidade Goyaz, que por sua vez transcreveu uma nota do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, já ganhava tom de celebração. “A grata noticia do novo traçado que, em futuro não remoto, vem proporcionar ao nosso sertão as auras bemfazejas da civilização e do progresso”. No *Norte de Goyaz* as notícias que reafirmavam a proximidade do porvir almejado se multiplicavam alimentando as expectativas. Havia pouca preocupação quanto à procedência das informações, o que indicava uma perspectiva repleta de otimismo. A exemplo do que comentou um correspondente de Natividade que, assinando com pseudônimo *Prim*, por ocasião da passagem de uma comitiva de trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil disse: “nos informou o dr. Chefe da turma que dentro de 5 annos poder-se-a ouvir na cidade de Palma o silvar extridente da locomotiva, esse porta voz do progresso”.¹⁴

Ainda nesse sentido, os exemplos são inúmeros, sobre a possibilidade do telégrafo chegar a Porto Nacional, afirmou-se, “tudo nos diz que uma era de progresso encaminha-se para os nossos sertões. Quando com as mais animadoras esperanças vemos em andamento a linha telegraphica.” Sobre a possibilidade da navegação a vapor no alto Tocantins, “é dizer-se que o sol da civilização reflete para nós os seus raios luminosos, tudo constatando que não longe nos aguarda uma phase de prosperidade”. Sobre a desobstrução dos rios “A noticia que nos trouxe (...) é por demais consoladora e enche-nos de verdadeiras esperanças”. Sobre a estrada de rodagem prevista num projeto de lei apresentado por Francisco Ayres, “descortinando nos um horizonte todo de esperanças vira em futuro não remoto, proporcionar à nossa zona sertaneja, se for convertido em lei, como o esperamos ser, grandes benefícios. Sobre os melhoramentos urbanos é de crer-se que em breve se poderá contar no numero dos mais adeantados do Estado”. Nas representações construídas para tratar sobre os melhoramentos, as expressões que mais se repetem são aquelas que demonstram um vir a ser, algo a ser feito, ou que está se fazendo, sempre inconcluso, ainda não presente, mas certo para o futuro próximo cada vez mais perto. Tais como

¹⁴ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/06/1908. p.3; 15/01/1909. p.3; 15/11/1911, p.1; 15/12/1911. p.1.

as expressões, “vão chegando mais e mais”, “não longe”, “a ideia vae se tornando mais e mais prática”, “muito em breve”, “em futuro não remoto”, “há esperanças de que amanhã”, “amanhã será”, “com certeza brevemente estarão”, “está surgindo”, “vae ser”, “começará um nova era”, “eis que novos dias nos surgem prenes das mais risonhas esperanças”, “começa romper as malhas com grandes esperanças para os dias de amanhã”, “novos horizontes começam a entreabrir” etc. Os exemplos são muitos e largamente utilizados pelos produtores e colaboradores do impresso.¹⁵

O jornal cumpriu o papel de fazer a manutenção do entusiasmo dos habitantes da região pelo “grandioso futuro não muito remoto que a fácil via de comunicação terá de proporcional-a”, que acompanhavam cada rumor com satisfação e esperança, embora houvesse muita “gente da opinião de S. Thomé: quer ver para crer na fuctura ferro-via dos nossos anhelos”. A menção do personagem religioso, ainda que tratando dos que divergiam dos produtores do jornal, é uma evidência importante do que representavam as expectativas geradas naquele contexto em torno dos melhoramentos modernos, pois se assemelhava com a fé definida pelos cristãos no livro de Hebreus, ou seja, “a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem”. Somente com uma crença semelhante à depositada na religião seria possível vislumbrar, antecipar o futuro. Nesse contexto, as palavras de lideranças religiosas como Frei Reginaldo Tournier tiveram peso importante na reafirmação da crença num futuro, ainda que não subtraído das experiências do presente. Dizia ele, “amanhã será o Porto Nacional tal qual o sonhamos, grande, ilustrado, prospero, exemplar em tudo”.¹⁶ O hebdomadário estrategicamente, quando tratava sobre os pontos dos projetos que defendia, não separou muito espaço para a descrença, quando o fez a tratou pejorativamente.

Homens como Francisco Ayres da Silva, sempre enredados nos pleitos políticos, começavam a se destacar dando visibilidade não apenas pelo trabalho que realizavam no presente, mas pelo trabalho que lembrasse o futuro. Nada no presente parecia mais urgente que o futuro esperado com desejo e curiosidade por uma parcela da sociedade. Ayres, o “fiel interprete pelo bem estar desta terra que lhe serviu de berço”, colocou-se então como o homem do progresso que já tomava providências para as inaugurações das obras no norte que, por certo, brevemente chegariam dando uma direção mais desenvolvida.¹⁷ No espaço da política não haveria melhor forma de ampliar o capital político do que se apresentar como aquele capaz de realizar aquilo que o progresso prometia, incessante e insistentemente, cumprir.

Porto Nacional, apesar ou por causa da distância geográfica dos grandes centros urbanos, foi inundado pela modernidade no seu sentido de progresso otimizador, e tomou parte das (im)previsíveis possibilidades despertadas pelos avanços tecno-industriais. Mesmo não gozando de uma transformação expressiva, numa época em que as transformações foram bruscas, a assimetria entre expectativa e experiência teve elasticidade maior do que qualquer momento anterior. A cidade parecia a partir de então incapaz de projetar outro futuro que não fosse aquele, como afirmou Reinhard Kosseleck, que “mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam

¹⁵ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/12/1922. p.4; 15/10/1921. p.1; 30/12/1910. p.1; 15/09/1914. p.4; 30/06/1909. p.1; 15/06/1908. p.3.

¹⁶ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/01/1912. p.2; 15/01/1909; 15/04/1912. p.3

¹⁷ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1909.

criar um novo mundo” (KOSELLECK, 2006, p. 326). Esse novo mundo deve ser entendido mesmo como melhor.

Para se ter uma noção de como não havia limites para a esperança e a certeza de novos progressos, um colaborador do *Norte de Goyaz*, com relação às supostas descobertas de um cientista do instituto Pasteur, afirmou que num prazo de menos de cem anos seria possível tratar e curar a velhice, como se curava uma doença como bronquite. Considerou que logo poderiam ter “a esperança de viver tanto tempo quanto os patriarcas da Bíblia”.¹⁸ A máxima em voga era destacar que a noção de impossível deveria ser frequentemente questionada, a crença depositada nas novas tecnologias e descobertas, modernas e modernizadoras, parecia ter feito o impossível perder completamente seu sentido. Se a velhice, um dado da natureza, foi entendida como doença, acima de tudo uma doença curável, pode-se supor o que se imaginou como realização dos melhoramentos cogitados, como a navegação, ou seja, que não haveria nenhum impedimento que não pudesse ser sobrepujado.

está surgindo nova era de esperanças, novo momento promissor. [...] não seremos mais as pareás desprezadas, nossas necessidades serão postas em foco e os verdadeiros problemas de Goyaz entrarão em solução, certos como estamos de que nosso estado somente começara cantar victoria quando pudermos ser, através principalmente da navegação fluvial, o celeiro abastecedor dos estados (...)

Novos horizontes começam a entreabrir para nosso paiz, e o interior vae ser definitivamente incorporado no convívio da civilização. [...] hoje que se entreabre para nós uma era nova, força é desejar-se que ella seja em tudo benéfica, sinão para nós, ao menos para os cidadãos de amanhã aos quaes cumpre aos dirigentes preparar-lhes o espírito, a inteligência, para os surtos do progresso.¹⁹

Na modernidade portuense o culto ao futuro foi muito presente. Junto com o novo horizonte de expectativas vieram também inevitavelmente as frustrações. Os impulsos provocados pela tese universal do progresso, experimentados de múltiplas maneiras, chegaram ao norte do estado goiano em forma de notícias, projetos, aspirações, anseios, perplexidade e também das respectivas frustrações. Se na modernidade, conforme observa Kosselleck, as expectativas estavam na ordem inversamente proporcional às experiências, ou seja, quanto maior o conteúdo da experiência menor as expectativas que se pode deduzir delas, pode-se afirmar, como já analisado, que as expectativas em torno das transformações promovidas pelos melhoramentos modernos foram enormes e abundantes na região de Francisco Ayres, porque o conteúdo de experiência nesse quesito foi parco (KOSELLECK, 2006, p.326). Como elas eram eivadas de desejos e esperanças da mesma monta se conclui que as frustrações tiveram proporcional correspondência.

Nas cidades nortenses as frustraões têm peculiaridades se comparadas com as de outras cidades consideradas modernas. Nos centros urbanos onde se vivenciou transformações concretas promovidas pelos melhoramentos modernos, as frustraões

¹⁸ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/05/1908. p.1.

¹⁹ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/06/1912. p.2; 15/11/1912. p.1.

se explicam mais pelo desgaste das expectativas nas novas experiências. Dito de outro modo, a título de exemplo, uma cidade se frustrava normalmente quando nutria expectativas pela construção da ferrovia e do telégrafo em seu território, mas durante ou depois de receber os benefícios, diante das novas experiências abertas pelos mesmos, tomavam consciência de que não teriam os resultados que esperavam. No Norte de Goiás as frustrações, em grande parte, explicam-se de maneira diferente, mais pela própria impossibilidade de ter suas expectativas fracassadas ou satisfeitas. O projeto de modernização esboçado na imprensa portuense não se concretizou, os planos fralharam e não saíram conforme o esperado, por isso não se frustra com o que conquistou, mas por não ter conquistado. A angústia e a tragédia da modernidade em Porto Nacional se constituíram em ver um novo ser substituído por outro novo e logo se tornar antiquando, sem nunca ser experimentado.

Francisco Ayres da Silva, como fomentador de um projeto de modernização, que se identificou mais com o futuro do que com sua realidade presente, acreditava que o progresso material era o único meio do norte se transformar, mas as condições materiais estavam sempre em débito com seu pensamento e sensibilidade em muitos aspectos reconhecidamente modernos, sobretudo pelo desejo de desenvolvimento (BERMAN, 1986, p. 34-35). A cada plano não realizado a sensação parecia semelhante a de quem perdeu um objeto já conquistado, embora a conquista de determinados objetos não tenha sido efetivada. O sentimento de perda era real, porque a crença de que seus desejos seriam satisfeitos também era real. O Norte de Goyaz em função dos seus propósitos dedicou espaço limitado à exposição de desesperanças, não haveria de ser diferente, por mais que seus ideais fossem frustrados; as decepções quase sempre apareciam como um “não percamos a esperança”²⁰, como forma de reavivar os ânimos. Mas, o sentimento de não ter satisfeito ou realizado as exigências do ideal pretendido, ainda que nem sempre escancarado, era uma incômoda e inseparável companhia.

Sobre as mudanças desejadas no sistema de correio se lamentou que tudo ficasse na ordem dos planos, mas nunca chegasse a se efetivar, “terão caído no esquecimento os planos de melhoramentos tão úteis e tão ansiosamente esperados”. É interessante observar que nesses momentos se fazia clara diferenciação entre plano e realização, o que não ocorria nos períodos de entusiasmo quando plano e realização se confundiam, pareciam sinônimos, como se no primeiro já estivesse embutida automaticamente a segunda. Os planos ou projetos considerados importantes para a região sempre eram largamente comentados, mas quando se demonstravam impraticáveis, ou eram preteridos em detrimento de outros menos interessantes, o jornal se manifestava lamentando o fato de nunca saírem do papel, ou de não conseguirem transpor a pasta do congresso apesar da importância e utilidade para o norte goiano. Francisco Ayres argumentava que muitos projetos exaustivamente discutidos tinham o efeito do fogo, ou seja, “fátuos: impressionam momentaneamente e desaparecem”, sobretudo, os relacionados à ferrovia e à navegação, dois tópicos que “fazem doer de desesperança a todo aquele que aspira pelo progresso de Goyaz”.²¹

A analogia feita por Francisco Ayres é significativa e, guardadas as proporções e peculiaridades, expressa uma sensação semelhante a que teve Walter Benjamin, relatada em *Infância Berlimense*, ao tratar sobre suas impressões dos incêndios,

²⁰ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 10/09/1925.p.3

²¹ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/05/1907.p.1; 15/07/1909.p.1-2; 31/08/1907.p.1;

quando afirmou “todos os dias a cidade voltava a prometer-nos, e todas as noites me ficava a dever o prometido”. Apesar da frustração, o político portuense agia como os bombeiros descritos por Benjamin, que “mais pareciam protetores de um fogo invisível do que seus inimigos”, não tinha também preocupação em demonstrar claramente sua participação naquilo que se tratava de fogo posto, alimentado com papel de jornal, por isso que impressiona pelas labaredas, apesar de ser rapidamente extinto (BENJAMIN, 2013, p.106).

Resta observar que boa parte dos momentos de desencanto nas páginas do *Norte de Goyaz* coincide com críticas contra as lideranças políticas opositoras que estavam no poder ou com as quais Ayres disputava o poder, o que não minimiza ou relativiza as frustrações, apenas acena o esforço para desassociar essa incômoda e indesejável sensação da imagem daquele que deveria aparecer sempre como o maior incentivador do progresso nortense. Não se deve imputar ao periódico a total responsabilidade por essa desconfortável condição que possivelmente existiria, ainda que com atenuações, a despeito dele, todavia é inegável a maneira estratégica como se apropriou e explorou esse sentimento a seu favor. Para depreciar a administração estadual gerida por Urbano Gouvea, Ayres colocou em evidência os projetos de linha telegráfica para o norte, que, segundo o mesmo, “não mais faz vibrar o sentimentalismo goyano, cançado já, estafado mesmo, diante da eterna reiteração da mesma promessa, sem nunca vel-a em via de execução”.²²

A movimentação de engenheiros e trabalhadores fazendo estudos de reconhecimento ou iniciando construções; aprovação, alteração e engavetamento de projetos de intervenção urbana e viação; cancelamento e renovação de contratos com companhias responsáveis por promover a navegação e ferrovia; pedidos de empréstimos; promessas de auxílios por parte dos governos; intercâmbio de notícias entre jornais e os rumores das ruas; inaugurações de melhoramentos em cidades de outros estados; obras repentina e repetidamente anunciadas com euforia e entusiasmo; toda essa agitação ocupou as cidades nortenses por anos. Especialmente as que margeavam o rio Tocantins, como Porto Nacional, pareciam próximas ao novo, que por sua vez insistia em escapar. Mas, o novo fugidio para o vale do Tocantins não se trata necessariamente da perpétua desintegração e renovação de que fala Marshall Berman, ou da renovação incessante que implica em obsolescência súbita apontada por Antonie Compagnon, ou seja, a capacidade por excelência do moderno de criar o novo, ou como diria Nietzsche o eterno retorno do mesmo que aparece como outro.²³ Trata-se de não conseguir alcançar o mesmo novo que por décadas foi perseguido, ainda que noutros lugares este já surgisse como outro. A passagem do novo para o velho que se tornou quase instantânea colocou o norte do estado goiano numa posição incômoda e inquietante.

Os questionamentos e dúvidas apareciam aqui e ali nas entranhas dos mais otimistas discursos “será ou não em breve uma realidade esses benefícios tao ansiosamente esperados?” Diante das notícias das construções de vias rápidas de comunicação os sentimentos oscilavam “do maior bocado do coração do povo tomou conta a maior desesperança”, porque os melhoramentos para o norte não passavam do “quadro de projectos”, dos quais “após breve lapso de tempo já se não ouve mais

²² *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1910. p.1.

²³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.; COMPAGNON, Antonie. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-40.

falar daquilo que teve num momento o cordão de alvoraçar o coração de um povo”.²⁴ O próprio Francisco Ayres da Silva, comentando sobre o prolongamento da Ferrovia Central do Brasil, chegou a afirmar que fazia parte “daquelles que consideram uma utopia a realização do grande tentame por tantas vezes anunciado”. Mesmo ponderando não acreditar mais na possibilidade de uma ferrovia que de Pirapora chegaria a Goiás seguindo o curso do Rio Tocantins até Belém, bastaram novas informações de jornais da capital do estado e da capital da República de que engenheiros estariam estudando o percurso para que ele voltasse a falar do “magno assunto” dando as suas sugestões.²⁵

A crença do médico, jornalista e deputado portuense nas possibilidades da/modernidade, seu desejo de usufruir das tecnologias modernas em solo goiano, suas expectativas e entusiasmo pelo porvir não foram absolutamente acrílicos. Ainda como parte e defesa do seu projeto, observou o processo de modernização em curso nas principais cidades brasileiras criticamente, ao menos naquilo que julgava impedir a materialização dos seus anseios para o norte. Mesmo admirando a urbanização, a remodelação de cidades que se submetiam a grandes reformas modificando incisivamente sua fisionomia, Francisco Ayres considerava o aformoseamento uma inversão de valores, tendo em vista sua convicção por um progresso integral para o Brasil que atingisse a todos os estados ao mesmo tempo. Estabelecia uma hierarquização de prioridades, em que o mais essencial e urgente seria munir todos os estados com melhoramentos de viação, para depois investir em reformas urbanas, pois, “enquanto as arcas do tesouro se esgotam em aformoseamentos de cidades (...) ao interior do paiz se negam uns vinténs para adaptar um rio a servir melhor os naturaes”.²⁶

Certamente suas críticas nesse sentido foram motivadas pela própria vontade de promover urbanização acelerada e aformoseamento de Porto Nacional e outras cidades nortenses, mas entendia que o caminho mais curto para isso ocorrer era pela desobstrução do Tocantins e pela inserção da região no circuito da malha ferroviária. Não se tratava de ser simplesmente contra, apenas de não aceitar a ideia de remodelar uma cidade quando muitas outras ainda careciam do básico, era melhor cuidar deste para posteriormente cuidar daquele. Assim, consistia mais numa censura sobre a forma de gerir e as prioridades do poder público do que numa aversão às transformações urbanas. Para ele, o surto para progredir dependia de melhoramentos mais práticos e funcionais, do que de melhoramentos essencialmente estéticos de pouco proveito sob o ponto de vista da nação. Não entendia porque os brasileiros que copiavam os Estados Unidos em tudo não tomavam como modelo o investimento destinado em transportes que os tornaram numa grande potência, superando o estado combalido de outrora. Portanto, defendia com verve que o Brasil ganharia mais “si, porventura, nossos políticos das altas administrações deixassem, por alguns instantes, a ideia fixa de aformoseamento das grandes capitaes e bipartissem a atividade ao favor da viacção interna do paiz”.²⁷

Assim, Francisco Ayres, no contexto da Primeira Guerra Mundial ou no período entre guerras, valia-se de anúncios de escassez de alimentos para evidenciar a miséria e a fome na “admirável metrópole de luxo e vaidade”, onde, em meio à

²⁴ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/10/1916. p. 1.

²⁵ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/08/1918. p. 2.

²⁶ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 30/04/1908. p.1.

²⁷ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/01/1916. p.1.

grandeza e conforto, muitas famílias padeciam sem o primordial para a manutenção cotidiana da vida. Como se quisesse incentivar a procura pelo norte goiano, criticava o aglomerado de pessoas e o intenso interesse pelas populosas capitais, em detrimento da reduzida procura pelos sertões do interior, onde considerava a vida mais fácil pela abundância dos elementos básicos como terra e alimento. Reformas como as que ocorreram no Rio de Janeiro foram apresentadas por ele não apenas pelas vantagens que proporcionavam, mas também pelo “doloroso espetáculo de sofrimentos” que causavam. Nesse aspecto, as cidades nortenses apareciam como preferíveis aos grandes centros urbanos onde a população vivia “vestida a seda e com a barriga pregada ao espinhaço”.²⁸

Após mais de uma década na câmara federal sem ter os pontos principais do seu projeto contemplados para o norte, o entusiasmo parecia ceder espaço às críticas contra a política de modernização nacional republicana em curso, em sua opinião, até então avessa aos interesses da região que representava, ou melhor, a seu projeto de desenvolvimento regional. Comparando o país com uma casa, em que os cômodos seriam os estados, Francisco Ayres apresentou uma explicação interessante para os problemas de falta de alimentos que os grandes centros urbanos supostamente enfrentavam, reforçando a ideia da necessidade de um progresso integral, uniforme e não apenas de alguns estados privilegiados porque hegemônicos politicamente, além de recolocar sua admoestação contra o “fenômeno anormal” de aformosear a sala de visita sem antes preparar a “sala de jantar e a dispensa”.²⁹

As esperanças falhavam recorrentemente e a desilusão saltava aos olhos, até o próximo sopro de vida que reascendia as esperanças para as subseqüentes frustrações. O *Norte de Goyaz* alimentava uma expectativa ingênua de certo porvir de progresso sempre anelado, mas nunca atingido. Nos termos do filósofo inglês Chesterton, “progresso deveria significar que estamos sempre caminhando para a Nova Jerusalém. Realmente significa que a Nova Jerusalém está sempre se afastando de nós” (CHESTERTON, 2007, p.112). Ayres defendia que para progredir seria indispensável melhoramentos de viação para aproximar Porto Nacional das possibilidades civilizadoras. Mas, como os melhoramentos desejados não se materializavam, duas décadas depois do surgimento do jornal, ou seja, no último ano da sua primeira fase, foi desferido um parecer conclusivo, espécie de desabafo que sintetiza o misto de sensações vivenciadas simultaneamente, que dizia “todo sonho de progresso parece uma utopia”.³⁰ O progresso aparece como sonho, sua realização não é, mas apenas se assemelha, à utopia, difícil, porém não irrealizável. O fato de crer num futuro de prosperidades, que teimava em não chegar, embora já presente em outros lugares, tal qual imaginou Ayres, de ver a mais viva esperança sendo “golpeada de morte”, fazia os sentimentos fervilharem, deixando certa uma percepção, ao que tudo indica compartilhada, de que “Sentimo-nos mal”.³¹ A percepção desse sentimento indica que a expectativa pelo futuro e suas correspondentes imagens de uma cidade, região e/ou estado do futuro talvez seja antes de qualquer coisa uma forma de negação do presente.

²⁸ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/07/1924, p.2; 15/05/1925. p.1-2

²⁹ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/05/1925. p.1-2.

³⁰ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 15/04/1925. p. 2.

³¹ *Norte de Goyaz*. Porto Nacional, 31/01/1911. p. 2.

Esse estado emocional, sentimento desconfortável e incômodo porque algo parecia estar errado, provocado graças ao processo de modernização em curso no mundo, que fez muitos nativos estranharem sua própria terra natal, ou mudarem sua percepção sobre ela, pelo simples fato de a mesma ter permanecido como é, foi determinante para a construção de imagens e representações do Norte de Goiás, como lugar atrasado, isolado e abandonado.

Referências

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2001.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

COMPAGNON, Antonie. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

IHGB. *Comissão directora do dicionário histórico, geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1917.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

OS KRAHÔ E A ÁGUA: RELAÇÕES COSMOLÓGICAS, RITUAIS E COTIDIANAS

Francilene Medeiros Teixeira

RESUMO

O presente projeto de pesquisa faz parte de um projeto mais amplo denominado “Cosmopolíticas do Cerrado”, que busca compreender as cosmologias e seu sentido político de populações tradicionais que habitam o cerrado. Essas populações se contrapõe as políticas hegemônicas da sociedade e do Estado brasileiro, que estão vinculadas ao desenvolvimento econômico. O contraponto se dá a partir das práticas e reflexões sobre o cosmos produzidas por indígenas, quilombolas, movimentos sociais, comunidades agrícolas e artistas populares habitantes da região do cerrado. A pesquisa “Os Krahô e a água: Relações cosmológicas, rituais e cotidianas” faz parte portanto dessa iniciativa de cunho investigativo. A partir das leituras da bibliografia existente sobre os Krahô e da análise de alguns de seus mitos busca-se compreender os diversos significados e representações simbólicas da água para este povo. O que é a água para os Krahô? Quais são seus usos e significados? A água é um ser vivo ou produz vida?

Palavras-chave: Krahô. Água. Mulher.

INTRODUÇÃO

Os Krahô fazem parte dos Timbira³², são falantes do grupo linguístico Macro - Jê³³. Segundo fontes da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do ano de 2014, a população é de 2.992³⁴ pessoas. O território Krahô é um dos maiores territórios demarcados no cerrado brasileiro, as aldeias Krahô localizam-se no Nordeste do estado do Tocantins, nos municípios de Itacajá e Goiatins, próximo aos rios Manoel Alves pequeno, Rio Vermelho e vários ribeirões, que lhes garante o acesso a caça, pesca, coleta de frutos e a prática da agricultura.

As relações sociais dos Krahô acontece nas festas, nas corridas de toras, casamentos, rituais e tantos outros momentos. A presente pesquisa visa compreender a relação do povo Krahô com a água, tanto no cotidiano quanto na complexidade da visão de mundo a partir dos mitos, ritos, costumes e crenças. A água está presente na vida dos Krahô até mesmo na organização social do povo, e a governança das aldeias se faz a partir dos períodos sazonais, durante a seca os trabalhos da aldeia

³² Timbira é o nome que designa um conjunto de povos: Apinayé, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Parkatejê, Gavião Pykopiê, Krahô e Krinkatí. Outras etnias timbira já não se apresentam como grupos autônomos: os Krenyê e Kukoikateyê vivem entre os Tembé e Guajajara, que falam uma língua tupi-guarani (Tenetehara); os Kenkateyê, Krepunkateyê, Krorekamekhrá, Pôrekamekrá, Txokamekrá, recolheram-se e se dissolveram entre alguns dos sete povos timbira inicialmente enumerados. Pesquisa realizada em 26 de agosto de 2018 às 20h. No site do Instituto Socio Ambiental. Através do link: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>

³³ Macro -Jê é um tronco linguístico formado por várias línguas indígenas brasileiras. Estas línguas são faladas por povos indígenas que habitam, principalmente, regiões do interior dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Tocantins, Pernambuco e Espírito Santo. Pesquisa realizada em 26 de agosto de 2018 às 20:10. No site Sua pesquisa.com. Através do link: https://www.suapesquisa.com/indios/macro_je.htm

³⁴ Quantidade Populacional dos Krahô. Pesquisa realizada em 26 de agosto de 2018 às 20:30. No site do Instituto Socio Ambiental através do link: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos

são desenvolvido pelo partido Wakmêye e durante as chuvas as aldeias são comandadas pelo partido Katamye segundo Melatti (1978).

Para conhecer a relação dos Krahô com a água, foram utilizados os livros “Ritos de uma tribo Timbira” e “Messianismo Craô”, juntamente com o estudo de “Mitologia Indígena” do Antropólogo Júlio Cesar Melatti, da Antropóloga Manoela Carneiro da Cunha as contribuições vieram a partir do livro “Os mortos e os outros” e a tese de conclusão do Mestrado³⁵ da Verônica Aldè pela (Universidade Federal de Brasília) “Sustentando o Cerrado na Respiração do Maracá: conversas com os Mestres Krahô” e alguma referência sobre o estudo de Gabriela Amorin na (Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia) “Brotou Batatas para mim” Cultivo, gênero e ritual entre os Krahô (TO, Brasil).

No livro “Ritos de uma tribo Timbira”, Melatti (1978) afirma que para este povo a água está associada a várias fases importantes da vida: nascimento, nomeação, ritos de passagem e rituais fúnebres; além de estar presente também na mitologia, como no mito de criação do mundo. Segundo o mesmo autor, os períodos de chuva e de seca, ou seja, de abundância e de falta de água, regulam a atividade ritual dos krahô.

DESENVOLVIMENTO

O ponto inicial dos estudos foram os mitos, e para Lévi-Strauss sem essa compreensão seria difícil entender os hábitos, costumes e crenças deste povo. Pois os mitos têm grande importância em várias sociedades tradicionais, eles contribuem para a organização social, manutenção da oralidade e cultura. É o que foi demonstrado por ele em “Mito e Significado”.

Um dos mitos mais conhecidos dos Krahô é o mito do Sol e da Lua. Neste mito Sol e Lua são amigos formais, e se tratam por compadres a presente versão foi recolhido por Melatti.

Não havia ninguém, aí foi conversar com o Sol: "Compadre, como é que nós vamos fazer, nós andamos assim sem mulher, é ruim, nós andamos sozinhos, assim está muito ruim para nós, é preciso que tenhamos mulher". O Sol respondeu: "Está bem, não direi nada para você não, daqui mais adiante você vai ver". O Sol foi fazer um buraco numa cabaça, uma cabaça bonita, apanhou-a e foi jogar dentro d'água; furou e jogou dentro d'água. Passou um pedacinho aí lá, banhando no ribeirão, assim como nós, banhando e tocando borá e cantando — e aí lá se vem mulher do Sol, primeiro (MELATTI, 2001, p. 01).

Na continuação do mito Lua insiste para que Sol faça uma mulher para ele também, e assim as mulheres passam a existir. Isso acontece por causa do poder de transformação da água. Segundo Aldè, “nos Krahô, a água também está associada à lua, à noite e à Oeste. A cabaça com seu formato curvilíneo representa bem o corpo feminino. Foi na água que a cabaça se transformou em mulher. Até hoje nas aldeias

³⁵ Mestranda em Desenvolvimento Sustentável junto aos povos indígenas. Pela Universidade Nacional de Brasília em 31 de janeiro de 2013.

Krahô, as mulheres sempre voltam do córrego carregando suas cabaças cheias de água. Cabaça matriz, traz em seu útero sementes de mehi [krahô]" (ALDÊ, 2013, p. 37).

Essa relação entre a água e a cabaça também pode ser visto no mito da mulher estrela. Neste mito a mulher desceu do céu para casar-se com um rapaz solteiro que dormia no pátio da aldeia.

"Bem, agora nós dormimos". Dormiram. Quando já estava amanhecendo, Katxeré falou: "Agora, você tem uma cumbuquinha?" "Tenho". O rapaz escondeu Katxeré na cumbuquinha, tampou- a, pendurou-a e foi para o mato. Quando voltou, destampou a cumbuca e Katxeré estava rindo para ele. Passaram-se muitos dias, ele sempre destampando a cumbuquinha e ela sempre rindo para ele e, de noite, ele a tirava da cumbuca e ia dormir com ela lá fora. Quando o dia vinha clareando, ele a colocava na cumbuquinha e ia banhar-se. A irmã do rapaz já estava cansada de ver ele tirar a tampa da cumbuca e rir: "Mas porque é que meu irmão ri para a cumbuquinha; talvez haja alguém. (MELATTI, 2001, p.4).

A cumbuquinha onde a mulher estrela fica guardada é uma cabaça. E assim como no outro mito há uma relação entre água, mulher e cabaça. Porém neste mito a água é um elemento ausente, pois não aparece diretamente no texto. Mas pode-se interpretar que na verdade a mulher representa a água, por que assim como a água está guardada no mesmo recipiente. Como pode se perceber a água tem uma grande relação com o feminino, pois trás os elementos que o povo Krahô ainda não tem.

No mito da Mulher Estrela, além dela representar a água dentro da cabaça, é na beira da água que a mulher percebe a escassez de alimentos. Sendo assim ela engravida e concede ao povo Krahô os pés de milho que nasceram na fonte de água, com galhos cheios de espigas. Nesse tempo os índios comiam toda espécie de coisa ruim do mato. Não havia mandioca, nem milho, nem arroz etc. Aí o rapaz já havia "mexido" (copulado) a moça (Katxeré), já a tinha emprenhado, e outro "ajudou" (a engravidá-la). Então nasceu o menino. Havia pés de milho na fonte e os periquitos neles gritavam. Katxeré perguntou: "Onde é o banheiro (local de tomar banho) aqui?" O rapaz levou-a para a fonte e ela viu o pé de milho, com os galhos cheios de espigas. (Melatti, 2001, p. 5) O nascimento do milho ao lado da água, foi mais um presente concedido da mulher estrela para o povo Krahô, que se deu através da sua gestação.

Uma das singularidades do povo Krahô é o "perspectivismo ameríndio" no conforme foi citado por Viveiro de Castro no livro Encontros que refere-se à "concepção indígena segundo a qual o mundo é povoado de outros sujeitos, agentes ou pessoas, além dos seres humanos, e que vêem a realidade diferentemente dos seres humanos" (VIVEIROS, 2007, p. 32). Desta forma é mais fácil também compreender que para os Krahô as batatas são pessoas conforme foi defendido por Gabriela em sua tese de Doutorado, e a mesma chegou a essa compreensão por perceber que as batatas têm um lugar social nos Krahô.

É interessante notar que a água não constitui apenas uma região interposta entre a terra e as bordas da cúpula celeste. Há uma outra conexão entre o céu e a terra através da chuva. De fato, existe a crença entre os Krahô de que os animais descem a terra com a chuva. O índio Secundo, da aldeia do Posto, assegurou que, durante as chuvas fortes, animais grandes, tais como, o veado, o jabuti, o tamanduá bandeira, variedades de tatu e caititu, o porco queixada, a anta e também os peixes caem do céu [com a chuva] (MELATTI, 1978, p. 98).

Quanto aos ritos é possível ter uma boa compreensão a partir de Carneiro da Cunha (1978) em “Os mortos e os outros” fala dos rituais fúnebres, e mostra que para os Krahô a água surge nos momentos adivinhatórios de morte, fez a relação da água com o sangue, pois ambos têm a mesma simbologia e representa vida.

Para os Krahô existem as aldeias dos vivos e as aldeias dos mortos (Karõ ou Mekarõ) que voltam para buscar os entes queridos. Para que isso não aconteça e de fato o parente que morreu fique na aldeia dos Mekarõ, os indígenas vivos realizam vários rituais para que aconteça o desligamento da pessoa que morreu com o mundo dos vivos. Ainda em Carneiro da Cunha (1978) foram apresentadas narrativas onde a água é utilizada para curar, e também enfeitiçar algo ou alguém.

No livro “O messianismo Crahô” (Melatti, 1972), “O movimento messiânico no povo Krahô”, tem por intenção transformar os Krahô em civilizados e a chuva aparece como herói da história que livra os Krahô da civilização.

APONTAMENTOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa ficou claro que a visão de mundo dos Krahô é pautada nos Mitos, e marcada por intensas relações simbólicas, em diversos espaços e significados. Desta forma é possível compreender que para os Krahô existem fortes relações entre a água e as potências de criação, do mundo, da mulher, dos animais e dos vegetais. Ou seja a água é responsável pela produção de vida em todas as suas visões e cosmovisões de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÀLDE, Veronica A. 2013. Sustentando o Cerrado na Respiração do Maracá: conversas com os Mestres Krahô. Tese de mestrado, UNB.
- MELATTI, Julio Cezar A. 1972. O Messianismo Crão. Brasília. 2009 Edição PDF.
- MELATTI, Julio Cezar A. 1978. Ritos de uma Tribo Timbira. Editora Ática. São Paulo.
- CARNEIRO, Manuela Cunha. 1978. Os mortos e os outros. Editora HUCITEC. São Paulo.
- AMORIN, Gabriela de Lima. 2016. “Brotou batatas para mim” Cultivo, gênero e ritual entre os Krahô (TO, Brasil). Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VIVEIROS, Eduardo de Castro. 2007. Encontros. Editora: Azougue Editorial.

Página do Melatti. Estudo sobre as Mitologias Indígenas. Disponível em:
<http://www.juliomelatti.pro.br/cv.pdf> [consultada em 10 – 12 – 2017].

LÉVI, Strauss. 1978. Editora 70. Disponível em PDF através do endereço:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/167562/mod_resource/content/1/Claude%20L%C3%A9vi-Strauss%20-%20Mito%20e%20Significado.pdf

AS JOIAS TRADICIONAIS NAS FESTAS RELIGIOSAS DE NATIVIDADE, TOCANTINS

Wátila Mislá Fernandes Bonfim

Rosane Balsan

Resumo

O ofício da ourivesaria e a arte dos mestres filigraneiros, aponta Iphan (2007) não pode ser visto desatrelada de outras manifestações religiosas nativitanas, como a celebração do Divino Espírito Santo, a festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade e a festa do Nosso Senhor do Bonfim, bem como a confecção de bolos e biscoitos de D. Naninha – está tudo entrelaçado: as festas, as práticas, personagens e saberes que identificam a cultura imaterial de Natividade. Desse modo, o presente artigo busca demonstrar a relação das joias artesanais que marcam o espaço e lugar nativitano e as festas religiosas seculares e presentes no dia a dia e no imaginário local.

Palavras-chave: Natividade, Joias artesanais, festas religiosas.

INTRODUÇÃO

A cidade de Natividade, tombada pelo IPHAN em 1987, e considerada a localidade mais antiga do Tocantins, teve seu princípio marcado pela busca de ouro e escravidão. Segundo fontes orais a presença de ourives na cidade remonta o século XVIII. Uma das representações imateriais da cidade aparece as joias artesanais e/ou filigranadas, uma tradição de mais de um século ainda presente, sobretudo nos dias de festas religiosas.

Sobre a época preferida para usarem as suas joias filigranadas, as nativitanas comentaram:

M1 – Eu uso o ano inteiro, mais nas festas religiosas do Divino e da padroeira.

M3- Eu não tiro essas joias nem para dormir.

M7 – Algumas joias em festas da padroeira, outras no dia a dia, no domingo.

M9 – Nas festas tradicionais religiosas padroeira e festa do Divino, Romaria do Senhor do Bonfim.

M10 – Uso mais no festejo do Divino Espírito Santo.

M13 – O hábito é antigo, minha avó tinha muito ouro, muitas joias, a própria igreja incentivava as pessoas se embelezarem para as festas.

Constata-se a existência de conjuntos expressivos de manifestações culturais em Natividade, assim como Ferreira (2005), percebeu em cidades antigas da região do vale do Paraíba, localidades que tem suas origens na época da Colônia e que hoje resistem de diferentes formas à homogeneização imposta pelo projeto neoliberal.

Os rituais e costumes do passado não são somente soluções úteis ou meras expressões conservadoras. Seu sentido vai mais longe e se mostra mais nítido quando se descobre neles formas de resistir aos efeitos de formadores da cultura dominante. Nestas manifestações se encontram soluções para o presente. Não se trata de conservadorismo, mas, em muitos casos, de preservação de uma base, a partir da qual resiste, conservando a identidade, a dignidade e solidariedade (FERREIRA, 2005, p. 62).

Percebe-se, no que diz respeito à Natividade, a forte relação com a memória histórica, que se materializa nas suas festas religiosas, e permanecem ativas, mesmo tendo que concorrer com shows e festas modernas. Desse modo, as festas religiosas, assim como a técnica da filigrana, que vem sendo mantidas há pelo menos um século, representam uma forma de resistência cultural, frente à proposta neoliberal de homogeneização das ideias, dos hábitos, dos adereços e dos mercados.

Cada festa comporta uma organização comunitária e uma regulamentação da parte do grupo festivo, que é mais ou menos amplo ou complexo. Neste componente organizacional, ao lado do elemento organizativo-comunitário entra o quadro de referência ideológico anteposto à festa e que, segundo o caso, se refere a um mito de origem ritual ou simbolicamente reatualizado, à lenda de fundamentação de um culto, à imagem de um santo cristão, a um momento crítico da existência ou a um evento histórico, social ou político, que deve ser comemorado e re-evocado, para renovar o impulso de vencer os percalços da cotidianidade através do fenômeno festivo (FERREIRA, 2005, p. 71).

Esclarece Ferreira (2005), que durante os rituais festivos é possível extrair os elementos de identidade mais significativos de uma determinada cultura, bem como entender estes elementos como um sistema de comunicação, “que permite ao observador avaliar como o passado e o presente se articulam no interior desta cultura e as várias formas de identidade que são ao mesmo tempo ressignificadas, assumindo novos aspectos” (FERREIRA, 2005, p. 72).

As festas são desse modo, importantes instrumentos de significação entre os homens e a precariedade da vida, onde os seres humanos buscam respostas para as aflições e agruras do cotidiano.

No que tange ao uso das joias pelas moradoras de Natividade, os ourives e ex-ourives entrevistados responderam que as nativitanas têm preferência em comprar e utilizar os adereços principalmente durante a festa do Divino Espírito Santo, seguida da festa de Nossa Senhora da Natividade. Outras datas/épocas do ano também foram citadas em menor quantidade: romaria do Bonfim, natal e carnaval (Quadro 6).

Quadro 6. Uso das joias tradicionais em festas ou outras épocas do ano em Natividade

Ourives/ ex-ourives e aprendizes	Festa do Divino Espírito Santo	Festa de Nossa Senhora da Natividade	Outra festa ou época do ano (Bonfim, Natal, Carnaval etc)
O1	X	X	

O2	X	X	
O3	X	X	X
O4	X		X
O5	X	X	X
O6	X	X	
O7	X	X	
O8	X	X	
O9	X		
O10	X		X
EO1	X	X	
EO2	X	X	
EO3	X		
AP1	X		X
AP2	X	X	

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Em relação ao uso das joias tradicionais mencionadas pelos ourives, ex-ourives e aprendizes das ourivesarias nativitanas, percebeu-se que 100% deles apontou que as moradores tem a festa do Divino Espírito Santo como referência para a utilização dos adornos; enquanto 66% dos entrevistados citaram o uso dos adereços nativitanos na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade. As outras festas e/ou épocas: festa de Nosso Senhor do Bonfim, o carnaval, e o natal, foram citadas por 33% dos entrevistados.

Antes da invenção dos modernos meios de comunicação, enfoca Ferreira (2005), as festas constituíam importantes veículos de comunicação e interatividade pública: eram momentos de afirmação da identidade coletiva, a vida e o lugar se mostravam nas festas, lugares simbólicos através dos quais o indivíduo tomava consciência de seu “pertencimento” a determinado grupo.

Em Natividade, pertencer a um grupo, igreja ou irmandade transcende o instante presente, sendo um legado colonial. Pertencer a uma igreja ou irmandade representava muito mais do que a simples presença nas festas, mas alívio eterno.

Ensina Karash (2012), que em Natividade existiu por volta do final do século XVIII, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde os negros professavam sua religiosidade sob a roupagem do catolicismo, tinham um espaço para se reunirem, socializarem as dificuldades do dia a dia, e se organizarem em festas.

No ano de 1786, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário construía uma igreja em Natividade que seria a maior igreja do Brasil central. Segundo uma tradição local, os escravos não terminaram a igreja por causa da abolição da escravatura, mas outra tradição oral reza que foi o declínio da mineração do ouro no fim do período colonial que não permitiu aos escravos angariar recursos para finalizar a obra. Esses escombros de uma igreja grande indicam a existência de uma forte comunidade de católicos praticantes, mas pouco sabemos deles ou de suas crenças no final do Brasil Colônia (KARASCH, 2012, p. 54).

Participavam dessa irmandade escravos e forros, que utilizavam os seus adereços, como as joias. Pela quantidade de ouro que doavam é possível deduzir a utilização desses objetos.

Para aqueles que viveram no fim do período colonial, os serviços mais valiosos das irmandades dos pretos eram para louvar Nossa Senhora, honrar os santos negros e consolar os irmãos com os ritos religiosos fundamentais, sobretudo orações pela alma dos mortos. Pode-se comprovar que os negros valorizavam esses ritos pela quantidade significativa de ouro que eles doavam às irmandades dos pretos para a compra de cera para velas e pelo pagamento de missas, funerais e orações pelos seus mortos. As festas mais importantes que os membros financiavam eram as procissões e as missas solenes, com música nos dias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (KARASCH, 2012, p. 55).

A festa reproduz simbolicamente a condição do caos mítico primordial, quando promove a anulação do presente. “[...] Assim, a festa é um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada – necessário para garantir a integridade do indivíduo” (FERREIRA, 2005, p. 75).

Os rituais festivos, aponta Ferreira (2005), possuem uma dupla e contraditória potencialização entre conservação e criatividade cultural. De um lado, levam o indivíduo à fuga, à evasão da realidade banal, do cotidiano, para imergir no momento mágico da festa, que é também o momento do sagrado. De outro lado, evidencia Ferreira (2005, p. 75) que “[...] o clima festivo abre possibilidade psicológica e fornece uma carga de energia psíquica que permite ao indivíduo enfrentar com vigor a independência criativa as batalhas do cotidiano”.

Em Natividade, a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa de Nossa Senhora da Natividade são apenas alguns exemplos de festas que carregam a tradição cristã-europeia com algumas adaptações de origem africana.

Tanto na festa do Divino, quanto na da padroeira Natividade, enfoca Iphan (2007), quase não são ostentadas joias produzidas em outros lugares: nos colos, nas mãos, orelhas e punhos, descortinam-se Corações Nativos, as pombinhas do Divino, o Globo, a pulseira Escrava, Flores de Maracujá, a Peixa etc.

No que diz respeito à relação entre as joias e as festas religiosas, como Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Natividade, obteve-se as seguintes declarações das depoentes:

- M3 – Acho que tem relação, a pomba, o Coração, a Peixa.
- M5 – Acho que sim, as joias são daqui, as festas também são daqui.
- M6 – As festas influenciam o uso das joias, cada pessoa quer se apresentar mais bonita.
- M9 – Porque as joias tradicionais tem símbolo religioso, como o peixe e a Pomba, o brinco Cacho de Uva, crucifixo.
- M11 – Acho que sim, pelo fato da valorização da religião e das joias.

- M12 – O hábito de usar joias nas festividades sempre existiu, porém com a ourivesaria Mestre Juvenal o uso da prata aumentou... geralmente as pessoas usam mais joias, o Divino, o Coração Nativo.
 M14 – O elo entre as festas e as joias é a tradição.
 M16 – É uma ligação mais pela tradição, elas não guardam as joias nessas datas, fazem questão de usar.

DESENVOLVIMENTO

Com relação as principais festas religiosas da cidade, escolheu-se a Festa do Divino Espírito Santo e a festa de Nossa Senhora da Natividade, ambas de presença secular e que marcam o cotidiano e a organização do espaço nativitano.

Festa do Divino Espírito Santo

Em Natividade, a grande festa religiosa esperada pela população é a do Divino Espírito Santo. Nesse momento, mais do que em qualquer outro emerge a utilização de joias tradicionais confeccionadas tanto em ouro como em prata pelos artesãos filigraneiros locais: brincos, corações, pulseiras, anéis, crucifixos colares; como a “Pombinha do Divino”, a “Peixa”, brinco Flor de Maracujá, o Coração Nativo, anel Escravo podem ser vistos nas pessoas³⁶.

No que tange ao Divino, sabidamente uma das peças mais antigas e tradicionais, atualmente são 4 tipos feitos em Natividade, um deles é confeccionado utilizando-se a técnica da filigrana.

A celebração do Divino Espírito Santo é a festa de maior expressividade, e conta com a participação de grande parte da população. O festejo do Divino Espírito Santo é uma celebração com data móvel, estipulada pela data da Páscoa. A sua origem não se sabe ao certo, mas sua institucionalização, nos inícios do século XIV, é atribuída à rainha Isabel e ao rei Dinis, rei de Portugal (IPHAN, 2007).

De acordo com a Igreja Católica, declara Iphan (2007), o nome litúrgico que recebe é “Festa de Pentecostes”, que se trata de uma tradição religiosa cristã católica, a vinda do Espírito Santo foi anunciada aos apóstolos por Jesus como o “consolador”.

É o Espírito Santo quem guia e conduz, segundo a tradição religiosa, a Igreja pelos caminhos do mundo e da história. A Igreja celebra a festa de Pentecostes com os paramentos vermelhos, símbolos e sinal do amor com que Deus ama os homens e do fogo que aquece, ilumina e abrasa os corações dos discípulos de Jesus. A Pomba é o grande símbolo do Divino (IPHAN, 2007).

Destaca o Iphan (2007), que no Brasil a festa do Divino Espírito Santo teria chegado com a colonização e se firmado em meados do século XVII. Essa manifestação que ocorre em diversas regiões do país, na América portuguesa, estaria intimamente ligada ao período da mineração de ouro e se conservado especialmente nas grandes cidades goianas do século XVIII, e Natividade está neste contexto.

Ainda hoje, nesta localidade, a celebração do Divino se caracteriza pela repercussão que tem entre o povo, mobilizando-o para participar dos eventos ou a ele

³⁶ Constatação realizada in locus na festa do Divino Espírito Santo no ano de 2017 e 2018.

assistir. Por grande parte das cidades que foram formadas no contexto da mineração, há uma grande festa que comemora o Divino³⁷.

As Folias do Divino anunciam a presença do Espírito Santo e conduzem a bandeira do Divino. O giro da Bandeira representa as andanças de Jesus Cristo e seus doze apóstolos durante os quarenta dias, levando luz e sua mensagem, convidando a todos para a festa da hóstia consagrada. Os foliões representam os apóstolos e são conduzidos pelo alferes em sua jornada pela zona rural. Este grupo percorre a zona rural, abençoando as famílias e unindo-as em torno da celebração da festa que se aproxima. Saem a cavalo ou a pé pelas trilhas ou estradas e, quando chegam ao local do pouso, alinham-se no terreiro e cantam a licença, pedindo ritualmente acolhida (IPHAN, 2007, p. 3).

Os encontros das festas se configuram em momentos de festividade, quando os cidadãos nativitanos também aproveitam para se divertir e confraternizar. A festa do Divino envolve a comunidade como um todo e a ourivesaria em filigrana está presente principalmente por meio do uso das peças relacionadas à festividade, e se evidencia na figura da pombinha estampada em brincos, pingentes e anéis.

A comemoração das festividades do Divino na cidade de Natividade é de cunho popular, aponta Iphan (2007, p. 4) “[...] e une e integra aspectos sagrados aos profanos. A festa é comemorada com longos períodos de oração e cantos de louvor, mas se mistura com cantos e danças realizadas em profunda alegria”.

A população nativitana demonstra grande fé no Divino e foi possível perceber que essa fé transcende os dias da festa, ela se expressa em seu cotidiano à medida que está presente das mais variadas formas nas casas e na vida das pessoas. Bandeiras do Divino podem ser encontradas em muitas casas, bem como em cartazes e camisetas, em suas orelhas, dedos, pescoços; pode-se ver o Divino representado pelas jóias confeccionadas pelos ourives locais (Iphan, 2007, p. 4).

A comunidade Nativitana, de um modo geral, se envolve em todas as etapas da preparação da festa. Durante o período festivo, o tempo cotidiano é substituído pelo tempo ritual da festa - é a ruptura da rotina. A comunidade “se purga” de suas contradições sociais - o espaço da festa passa a ser território comum em que todos os cidadãos circulam/convivem para além de suas diferenças. E, por vezes, evidenciando-as, principalmente pelo uso das tradicionais joias nativitanas.

Afinal as festividades não são estruturas fixas, mas um contínuo de mudanças: as celebrações pouco se transformam, e ao mesmo tempo

³⁷ Durante as festas do Divino Espírito Santo a cidade de Natividade recebe visitantes do Tocantins inteiro, de outros estados e até do exterior.

escapam ao desgaste do tempo. São sempre as mesmas, mas nunca iguais. Nelas estão inseridos os folguedos – Catira, a roda e a sússia, Folias ou - representações que se dão por vezes em cortejo, tendo por cenários as ruas e praças tombadas do centro histórico da cidade, especialmente nos dias de festas em louvor do Divino, da padroeira e do calendário litúrgico ou profano (IPHAN, 2007, p. 4).

Durante toda a festividade do Divino, é possível perceber a relação historicamente construída entre esta festividade e a cultura aurífera local principalmente pelo uso de joias das ourivesarias locais, muitas vezes confeccionadas especialmente para estas festividades. Nesse momento, a festa e a joia representam para o nativitano o seu lugar.

A festa do Divino Espírito Santo reúne todos os anos grande quantidade de moradores, nativitanos que residem em outras cidades e turistas do Tocantins e de outros estados brasileiros. Averiguou-se de acordo com os moradores entrevistados que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino. Logo em seguida temos: colar Flor de Maracujá, Coração Português. Outras joias citadas foram: crucifixo, anel Escravo, pulseira Flor de Maracujá, colar Lantejoula, anel do Divino, colar de Contas. Foi citado uma única vez: Sete Vidas e a Flor Maria da Penha (Quadro 7).

Quadro 7. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade

Joias nativitanas	Joias utilizadas na festa do Divino Espírito Santo
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	5
Anel Escravo	2
Sete Vidas	1
Crucifixo	3
Colar Flor de Maracujá	4
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	1
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejoula	4
Coração Português	4
Colar de Contas	2
Anel do Divino	2

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

A festa do Divino Espírito Santo é considerada pela população a principal festa realizada na cidade, nessa ocasião as peças tradicionais e filigranadas marcam a religiosidade e a identidade local.

O uso das joias nessas festividades atribui sentido simbólico, econômico e religioso às peças, conforme Iphan (2007, p. 5) “[...] é possível encontrá-las em pessoas de todos os segmentos sociais, o metal que, fundido, se transformou em pombas, corações, figas, flores de maracujá e fios, que ornaram pescoços, braços e cinturas”.

O povo, sobretudo os devotos, vem às festividades bem vestidos e com muitas joias artesanais em ouro e prata os adornando. Importante salientar que no que tange ao material utilizado, as joias em ouro e em prata praticamente se equivalem, com pequena vantagem para as confeccionadas em ouro.

As joias foram confeccionadas pelos ourives locais, evidenciando como os fios de ouro e prata da filigrana se entrelaçam com os fios da vida dos nativitanos. As joias em filigrana são usadas como forma de ostentação do poder econômico, mas principalmente pelo poder religioso e simbólico que as peças possuem. A grande maioria das peças tradicionais ligadas à religiosidade é verdadeiramente artística; entre elas podemos encontrar principalmente: a pomba do Divino em formato de anel, brinco, broche, pingente, crucifixos variados, peixes articulados (peixa), brincos cacho de uva, corações de filigrana, colares em conta e lantejola, entre outros (IPHAN, 2007, p. 10).

Festa de Nossa Senhora da Natividade

Sobre a Festa de Nossa Senhora da Natividade, de acordo com o viajante austríaco Pohl, provavelmente tenha sido a primeira festa a ser comemorada em Natividade, posto que a imagem da santa Nossa Senhora da Natividade data de 1735, e a igreja de Nossa Senhora da Natividade de 1759 (IPHAN, 2007). Portanto, essa festa teria surgido ainda nos tempos áureos da mineração de ouro na região.

Em 1819. O viajante, naturalista e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl, esteve em Natividade,

Precisamente ao tempo de nossa estada, aqui se realizaram as novenas da Natividade da Virgem Maria. A igreja da Natividade de Nossa Senhora estava inteiramente iluminada à noite, quando os sacerdotes celebravam as vésperas. Aqui também são usadas, em vez de lâmpadas, cascas de laranja cheias de óleo de rícino. Era colocadas em suportes feitos de talos leves de buritizeiro, e, distribuídas em toda a altura e largura da igreja, viam-se as letras V.S.D.N. (Viva a Senhora da Natividade). Essa iluminação é custeada pelos juízes e juízas eleitos pelo povo. O juiz deve fornecer a pólvora, os tiros de regozijo e a aguardente necessária, e pagar os músicos. A juíza fornece o óleo para a iluminação da igreja, bem como as frutas conservadas em açúcar (POHL, 1976, p. 272).

Segundo Pohl (1976), a festa teve seu ápice no dia 8 de setembro, data em que os moradores apareceram em trajes de gala, e por motivo da igreja destinada à liturgia se encontrar em ruínas, comemorou-se a festividade na igreja de São Benedito. Havia sacerdotes e alguns milicianos fardados. No final foram disparados tiros e foguetes. À tarde encerrou-se a festa com uma procissão em que apareciam muitas bandeiras, além de músicos, rabequistas e cantores. Percebeu-se, porém, a ausência de senhoras na procissão.

O hábito de se ornar para as festas é algo antigo e secular em Natividade. Na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade, que acontece no mínimo a duzentos anos, descobriu-se, ao indagar moradores da cidade que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino e a Peixa. Seguidas de: crucifixo, colar Flor de Maracujá e colar de Lantejoula. Outras joias citadas foram: anel Escravo, anel do Divino, pulseira Escrava, pulseira Flor de Maracujá e Coração Português³⁸. Foi citada uma única vez: colar de Contas e Flor Maria da Penha (Quadro 8).

Quadro 8. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade

Joias nativitanas	Joias utilizadas na festa de Nossa Senhora da Natividade
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	6
Anel Escravo	2
Anel do Divino	2
Crucifixo	4
Colar Flor de Maracujá	3
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	2
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejoula	4
Coração Português	3
Colar de Contas	1

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Na festa de Nossa Senhora da Natividade, que talvez seja a de existência mais antiga, posto que segundo a tradição oral a imagem da santa exposta no altar da igreja data de 1735, as joias mais utilizadas também coincidem com as mais usadas na festa de Divino: brinco flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino, Peixa. Também se destacam o colar de Lantejoula, colar Flor de Maracujá, crucifixo.

No Estado do Tocantins, as manifestações culturais se relacionam às festas religiosas, a de Nossa Senhora da Natividade é uma tradição de quase três séculos (IPHAN, 2007). O que motivou a eleição desta padroeira como a santa padroeira do Estado do Tocantins, acontecendo todos os anos o novenário com barracas e leilões ao final das missas.

A festa da Padroeira acontece em Natividade, entre os dias 30-08 a 08-09, mantendo data fixa ao longo dos anos. A festividade tem como seu ponto forte as novenas que ocorrem durante todo este período até o dia sete. Logo pela manhã, todos os dias são realizadas missas. No dia sete há a missa pela manhã que é a missa pela Pátria, em seguida tem batizados às nove horas. O dia 8 de setembro é o momento mais significativo, é o dia em que se comemora o nascimento de Maria (IPHAN, 2007, p. 3)

³⁸ Constatação realizada in locus na festa de Nossa Senhora da Natividade de 2017.

CONCLUSÃO

As joias que são produzidas, de acordo com inventários consultados, há mais de um século nas oficinas de Natividade marcam sua estreita relação com o lugar e compõe o patrimônio local.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996, p. 20).

Ensina Carlos (1996), que o homem percebe o mundo através de seu corpo, de seus sentidos. É assim que ele vai construindo e se apropriando do espaço e do mundo. O lugar, desse modo, é uma fração do espaço apropriável para a vida, seguindo nessa órbita os passos de seus moradores. Já a produção espacial se realizaria no plano do cotidiano, aparecendo nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, revelando-se pelo uso como uso da divisão social e técnica de trabalho (CARLOS, 1996).

Todas essas festas de origem cristã, enfatiza Ferreira (2005), trazem à tona uma identidade cultural que resiste ao tempo e às influências da globalização. Possuem uma força que é herança cultural de milênios.

E é através dos adereços que essa herança se torna mais evidente, pois carrega consigo um conjunto de símbolos e códigos. Seu significado está no subconsciente dos indivíduos. E representa sua visão do mundo através das peças que seguem padrões e regras antigas.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth (Org). **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: Celacc/ ECA/ USP, 2005.

IPHAN. **INRC de Natividade**: estudos para o registro da ourivesaria em filigrana de Natividade, Tocantins como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Brasília, DF, 2007.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: XAVIER, Giovana (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

NORTENSES NAS ONDAS DO RÁDIO:

HISTÓRIA E COTIDIANO NO NORTE GOIANO COM ADVENTO DO RÁDIO (1930 – 1970)

Maycon Dougllas Vieira dos Santos

RESUMO

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa PIBIC-UFT que tem como principal intuito verificar e captar quais foram as experiências radiofônicas no antigo Norte de Goiás, então estado do Tocantins de hoje, bem como dar destaque ao seu papel no cotidiano dos nortenses em seus diversos usos. Intenta-se também através desta pesquisa contribuir para os estudos em que se utiliza o rádio como fonte histórica, visto que o mesmo pauta-se bastante no âmbito nacional, deixando pormenorizada questões regionais que podem trazer um maior conhecimento acerca dos uso cotidiano do rádio. No início do século XX, tinha sido criada a Tipografia Nortense na região norte goiana, o que levou a uma transformação do cotidiano, visto que a cidade agora possuía um impresso local noticiando o que ocorria na região e no país. O rádio também teve uma forte relevância no que diz respeito à difusão não só de notícias, mas de modos de vida dito “modernos”. Logo, busca-se evidenciar como isso ocorreu no Norte de Goiás de outrora.

Palavras-chave: Rádio. Cotidiano. Norte de Goiás.

INTRODUÇÃO

O século XX é marcado por um fluxo intenso de transformações em todos os aspectos, inclusive no âmbito social. Transformações estas notadamente influenciadas pelo novo cenário econômico internacional, como sugere Nicolau Sevcenko (2002, p. 7), “Nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos.”

As mídias de massa hoje consideradas “tradicionais” também passaram por grandes mudanças. A presença de imagens e anúncios nos periódicos, a própria comercialização da Imprensa e o surgimento do rádio trouxeram novidades “modernas” para o campo da comunicação no Brasil.

Dentre todos os meios de comunicação do país no século passado, o rádio era a mídia de maior alcance. Segundo Daniela Oliveira (2010, p. 2), “sua popularidade e receptividade perpassam por vários estratos sociais, tornando-o um companheiro de todas as horas”. Além do mais, seu baixo custo possibilitou que as camadas populares levassem esse “companheiro diário” para dentro de seus lares, colocando-o no centro de suas vidas cotidianas.

Segundo o IBGE, cerca de 60% da população brasileira era analfabeta no ano de 1940, o que fez com que o rádio nessa época fosse também denominado como o “pai daqueles que não sabem ler”. Todas as notícias do Brasil e do mundo eram ouvidas em tempo real pelas famílias que sentavam ao redor do rádio, seja na sala ou

na cozinha. O rádio, enfim, perpassou o cotidiano de todas as pessoas que viveram em toda metade do século XX.

A presente proposta de pesquisa intenta investigar sobre a história do rádio na região outrora denominada de Norte de Goiás, para compreender, dentre outras questões, os impactos sociais provocados pelo novo veículo de comunicação. A escolha da localidade se dá principalmente pela escassez de estudos que há sobre o rádio nesta região, visto que os trabalhos mais conhecidos no meio acadêmico sobre a história do rádio no Brasil dão mais enfoque para a região sudeste do país, sobretudo eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Pretende-se também promover reflexões sobre o uso deste meio de comunicação, enfatizando seu papel social nas camadas populares da região Nortense. Para tornar mais inteligível o cotidiano e experiência histórica com o advento do Rádio no Norte goiano de outrora, será utilizado fontes orais e documentos em arquivos físicos e digitais que de alguma maneira possuam relação com o rádio.

OBJETIVOS

Tem-se por objetivos da pesquisa:

- Destacar o papel do rádio no cotidiano da região antes chamada de Norte de Goiás, sobretudo na cidade de Porto Nacional;
- Evidenciar os hábitos e costumes propagandeados pelos rádios que foram absorvidos pela população nortense do século passado;
- Compreender a relação do rádio com outros veículos de comunicação como a imprensa escrita.
- Investigar como foi noticiado e divulgado pela imprensa nortense o advento do rádio.
- Averiguar quais foram as primeiras experiências radiofônicas no Norte de Goiás, bem como constatar quais as primeiras estações de rádio nortense/tocantinense;
- Verificar, por meio de pesquisa oral, a importância do rádio dentro dos lares nortenses, e se o mesmo ocupava o espaço central em suas vidas cotidianas;
- Possibilitar, por meio destes estudos, a construção de conhecimento histórico sobre o papel do rádio na região norte goiana;

REFERÊNCIAS

Algumas considerações sobre a história do rádio no Brasil. In: INTERPROGRAMAS DE MESTRADO DA FACULDADE CÁSPER LÍBERO, 6., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2010.

A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). Ciência & Opinião. Curitiba: UNICENP, 2005.

A era do rádio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

No tempo do rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil (1923 – 1960). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

O historiador e o rádio: relações em questão. Brasília: FCRB, 2008.

O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FESTA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS EM PORTO NACIONAL – TO: RETORNANDO PELA FÉ.

Dannyella dos Santos Luz

Rosane Balsan

Resumo

Este trabalho possibilitou analisar o perfil dos migrantes de retorno na festa de Nossa Senhora das Mercês. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa realizada a partir da concepção de migrantes de retorno, ou seja, a entrevista foi realizada apenas com pessoas que moraram em Porto Nacional ou não, mas que conheceram a festa de Nossa Senhora das Mercês e sempre retornam de onde moram para somente participar da festa. As entrevistas foram realizadas no período de 15 a 24 de Setembro de 2017. Notamos que 80% dos entrevistados tem origem no Tocantins, e por determinado tempo residiram em Porto Nacional, onde conheceram a festa e iniciaram sua devoção a Santa.

Palavras-chave: Migração de Retorno. Festa Religiosa. Fé. Porto Nacional.

Introdução

A festa de Nossa Senhora das Mercês é realizada todos os anos de 15 a 24 de Setembro, a Santa é denominada padroeira da cidade de Porto Nacional e segundo (Maia e Balsan, 2016) a festa acontece a mais de 100 anos na cidade de Porto Nacional - TO, uma manifestação religiosa que apresenta diversos rituais, desde a parte litúrgica até o momento da quermesse, também denominado parte social. Durante nove dias, devotos, romeiros e comunidade católica e não católica, participam da novena e das missas, celebradas todas as noites, após as missas, na parte social, existem leilões que são doados por pessoas da comunidade, barracas com diversos tipos de comida para serem vendidas e há também o “bingão”. No dia 24 a missa é chamada missa solene, realizada na maioria das vezes pelo bispo da diocese, é celebrada pela manhã e reúne uma multidão de fieis, tanto que celebra-se fora da catedral. Já neste mesmo dia durante a noite acontece a procissão de Nossa Senhora das Mercês, onde é carregada a imagem em um andor (artefato que transporta imagens) em um cortejo pelas ruas da cidade. A novena é tão antiga quanto o festejo, o que pode ser comprovado no Jornal Norte de Goyaz, de 30 de Setembro 1909, p.3, que relata que: “No dia 24 do corrente, a memorável data em que anualmente se glorifica nessa cidade a Virgem das Mercês nossa Excelsa Padroeira, realizaram-se em o sumptuoso e vasto Templo local em sua honra os tradicionais festejos religiosos que, como de costume revestiram-se de extraordinário brilhantismo. Os pomposos festejos seguiram-se após o novenário [...]”.

Assim, para este artigo foi analisada as respostas dos entrevistados, bem como a observação durante período de realização dessa festa.

Desenvolvimento

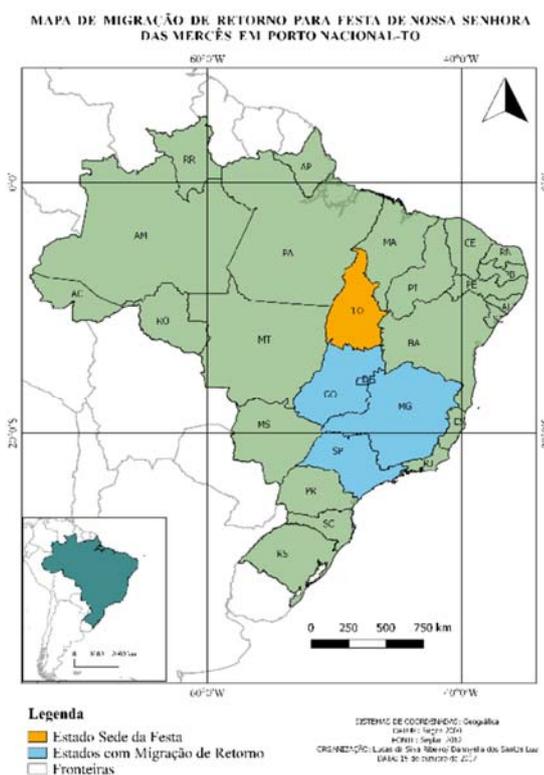
Através do questionário realizado durante nove dias da festa pudemos analisar alguns aspectos. Em relação à origem dos migrantes de retorno 80% dos entrevistados tem sua origem no Tocantins e apenas 20% são originários de outros estados. O que nos remete a uma categoria da geografia, que é lugar, e a uma visão

humanística de lugar de origem, na visão do Geógrafo Yi-fu Tuan, criador do termo topofilia. Ele afirma que “topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”. (TUAN, 1930 P.5). Então podemos afirmar que um dos fatores para que os entrevistados retornem para participar dessa festa é o sentimento de pertencer a esse lugar, levando em consideração suas origens.

Sabemos que esse processo de migração já acontece a bastante tempo, com migração de fiéis da zona rural para tão esperada festa de Nossa Senhora das Mercês, como destacou Balsan e Maia, (2016), eles usavam o rio Tocantins como via de transporte e na época de festejo, muitas pessoas vinham das fazendas e das cidades vizinhas para participar da festa.

A maioria dos entrevistados, sendo 62,5% reside em municípios³⁹ do estado Tocantins, e os demais 37,5% em outros estados do Brasil. ⁴⁰ (Figura 1).

Figura 1- Mapa dos estados em que vivem os entrevistados



Fonte: Ribeiro e Luz 2017

No que diz respeito ao conhecimento dos entrevistados sobre a origem da festa de Nossa Senhora das Mercês 37,5% disseram que conheciam a origem apontando três hipóteses diferentes, sendo a herança dos Dominicanos, por ser a padroeira da cidade de Porto Nacional e a terceira como uma devoção vinda dos portugueses. Afirmaram não conhecer a origem da festa 25% dos entrevistados, 41,6% não souberam informar e 8,3% não responderam a pergunta. Ao analisar essa questão,

³⁹ Palmas- TO, Brejinho de Nazaré- TO, Monte do Carmo- TO, Dianópolis- TO, Paraíso- TO, Paranã- TO, Ponte Alta do Tocantins- TO e Silvanópolis- TO.

⁴⁰ Brasília- DF, Goiânia- GO, São Paulo- SP e Uberaba- MG.

quando somamos as pessoas que não conhecem, junto as que não souberam informar e ainda que não responderam teremos um total 74,9% , revelando um percentual elevado dos que não sabem sobre a origem da festa. Então surge uma indagação: Como a devoção a essa santa foi inserida no cotidiano dessas pessoas?

Dias (2013), afirma que a devoção a Nossa Senhora das Mercês se deu no período onde a Igreja Católica se confrontava com o protestantismo e era necessário intensificar os cultos a Maria: “[...] a reação católica atizada ainda mais incrementou o culto e a devoção a Nossa Senhora, criando festas como a do Rosário, e das Mercês, a do nome Maria, instituído com o papa Clemente VIII”.

Nas respostas ao questionamento sobre como conheceu a festa 41,6% dos entrevistados disseram que a festa é tradição de família, onde a devoção é passada de geração a geração, 12% responderam que conheceram a festa a partir de visitas frequentes a igreja, 25% contaram que conheceram a festa quando morou por um determinado tempo em Porto Nacional, 8,3% o conhecimento se deu através de pessoas que os apresentaram à festa e 8,3% não responderam essa questão.

Notamos que o maior percentual é tradição de família, podemos analisar aqui como a devoção religiosa pode ser passada de pais para filhos e assim sucessivamente, como é retratado nas fala do (a) entrevistado (a) ao serem interrogado (a) como conheceram a festa de Nossa Senhora das Mercês:

E1: “Através da família, dos meus antepassados, o meu bisavô Joaquim Aires foi que trouxe os dominicanos”.

Perguntamos também qual sentimento eles vivenciam durante a festa, a maioria dos entrevistados diz sentir o revigoramento da fé e um misto de alegria e emoção por participar dessa festa. Para eles a festa é um momento oportuno de agradecimento a Deus e a Nossa Senhora pelas bênçãos recebidas durante o ano. Como podemos observar nas respostas de alguns entrevistados:

E10: “Sentimento de gratidão que não se vê fora da festa, Sinto amor incondicional. Gosto da união do povo, o coração fica em contrito”.

E17: “Tenho sentimento de alegria e satisfação de poder participar desse ato religioso da minha terra natal”.

A questão dezesseis se referia a qual religião os entrevistados se denominavam, e unanimemente eles se declararam cristãos católicos.

Considerações finais

O desenvolvendo desse estudo possibilitou uma análise das migrações retorno dos fieis na festa de Nossa Senhora das Mercês, qual o perfil desses migrantes, e os motivos que os levaram a participar dessa festa. Além disso, também permitiu a pesquisa de campo, no qual foram entrevistas com pessoas que se encaixavam no perfil da pesquisa e nos permitiu obter dados mais consistentes sobre as etapas do processo.

A maioria dos entrevistados tem sua origem no Tocantins, e muitos deles, nasceram em Porto Nacional, o que nos levou a concluir que para eles, além da devoção e fé a santa padroeira da cidade, eles se sentem pertencentes a esse lugar, por isso o desejo de retornar de suas atuais casas para estar presente nesse momento, que muitos dizem ser de renovação da fé na religião católica. Grande parte desses migrantes mora em cidades do Tocantins, e outras retornam do estado vizinho,

como Goiânia, e ainda há quem venha de estados um pouco mais distantes, como Minas Gerais e São Paulo.

Através de conversas com fieis residentes em Porto nacional, também concluímos que a migração de retorno tem diminuído ao longo dos anos, isso também pode ser confirmado, devido à dificuldade de encontrar colaboradores para a pesquisa.

Cabe aqui ressaltar que esse estudo pode se ampliar em trabalhos posteriores, de forma a enriquecer ainda mais essa pesquisa, para melhor compreender esse fenômeno tão pertinente para a geografia.

Referências

AYRES, Dr. Francisco. **Festas Religiosas**. Jornal Norte de Goyas, periódico bimensal, anno V, numero 97, Porto Nacional, setembro 1909.

BALSAN, Rosane e MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Festejo de Nossa Senhora das Mercês- Porto Nacional/TO**: Aspectos coloridos e luminosos. Seminário do programa de Pós Graduação em Geografia. 2016

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. **A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos**. Revista da Faculdade de Letras: História, 1987, II série, vol. 4 (1987), p. 227-256, 2013.

PEREIRA, Carlos Eduardo de Brito. **De volta para os braços da rainha dos céus: migração, memória e festa em Caicó/RN**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia** Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Da tradução DIFEL Difusão Editorial S/A .1980

Agradecimentos

Agradecimentos ao CNPQ, pelo auxílio financeiro de bolsa PIBIC que possibilitou desenvolvendo dessa pesquisa.

O GÊNERO RESENHA NA UNIVERSIDADE: A QUESTÃO DA 'AUTORIA' SOB O OLHAR DOS LETRAMENTOS ACADÊMICOS

Dimas Henrique Pereira de Oliveira-Silva

Dalve Oliveira Batista-Santos

Resumo

A forma como é desenvolvida a escrita, no ambiente acadêmico, bem como a maneira que os universitários assumem a autoria de suas produções nesta esfera, é foco de discussão de muitas pesquisas no âmbito dos Letramentos Acadêmicos (STREET, 2010, 2014; LEA; STREET, 2014; FISCHER; HOCHSPRUNG, 2018). Alguns trabalhos por exemplo, classificam a escrita como uma atividade bastante complexa para os recém-chegados a esse espaço (BATISTA-SANTOS, 2017), por se tratar de uma prática pouco desenvolvida nos níveis anteriores. Mediante a isso, a presente pesquisa buscou analisar como os alunos do curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional, assumiam a autoria dos textos por eles produzidos, pertencentes ao gênero textual (BRONCKART, 1999) resenha crítica. Partindo desse objetivo a pesquisa se baseou no modelo de Letramentos Acadêmicos proposto pelos Novos Estudos do Letramento-NEL (STREET 2010, 2013, 2014), utilizando uma perspectiva dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2003). Esta pesquisa está situada no campo interdisciplinar da Linguística Aplicada, de natureza interpretativista, justificando a necessidade de estudos teóricos produzidos em diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento científico.

Palavras-chave: Letramentos Acadêmicos. Gêneros Textuais. Resenha crítica. Autoria.

Introdução e Justificativa

A educação brasileira, desde a educação básica até a educação superior, sempre se preocupou com aspectos relativos à leitura, à compreensão e à escrita de textos. Entretanto, vários estudos (SANTOS⁴¹, 2014; 2012; FISCHER⁴², 2007, dentre outros) e avaliações institucionais (SAEB, ENEM e PISA), nos últimos anos, apontam dificuldades da compreensão leitora na esfera acadêmica. Devemos levar em consideração que, ao ingressar nessa nova esfera, o estudante se depara com limitações (desconhecimentos dos gêneros trabalhados, por exemplo) e, tentando resolver essas lacunas, procura alternativas (conhecer a estrutura do Gênero textual por meio de manuais de redação) que nem sempre resolvem suas dificuldades. Diante disso, constatou-se, dentro da experiência da universidade, a necessidade de propostas de ensino e de práticas de letramento que permitam a esse alunado resultados concretos em seu exercício de leitura e escrita para que alcance uma competência desejada.

⁴¹ Buscou investigar a prática da leitura do Pensar Alto em Grupo (PAG), num espaço de ensino-aprendizagem, como uma contribuição para a formação do aluno como leitor crítico.

⁴² Em sua tese intitulada "A construção de letramentos na esfera acadêmica", buscou compreender como se dá a constituição letrada de alunos ingressos no curso de Letras da Unifebe (Brusque-SC), em práticas de letramento na esfera acadêmica.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a escrita no ambiente universitário, entendendo que a mesma se classifica como uma atividade complexa para os recém-chegados a esse espaço (BATISTA-SANTOS, 2017). Será dado então, o enfoque em analisar como os alunos, do terceiro período, do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional, assumem a autoria dos textos por eles produzidos, pertencentes ao gênero acadêmico resenha. Assim, nesta pesquisa, a autoria configurou-se na maneira que os acadêmicos apresentaram as informações e opiniões acerca de um determinado tema.

Partindo dessa ambiência de objetivos esta pesquisa se baseará no modelo de Letramentos Acadêmicos proposto pelos Novos Estudos do Letramento-NEL (STREET 2010, 2013, 2014), que compreendem as práticas de leitura e de escrita numa perspectiva social. Sobre esse interesse, vale dizer que as práticas de letramento, quando direcionadas ao uso plural do termo, já que são diversas, dependem do contexto e modificam-se a partir desses distintos contextos em que leitura e escrita ocorrem. Além disso, esta pesquisa respalda-se numa concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2004).

Nesse sentido, a partir de tais embasamentos teóricos e do pressuposto de que a academia é lugar de laboratório para as teorias que dizem respeito à escrita e o ensino básico, compreende-se ser de suma relevância discutir a questão da autoria, uma vez que é necessário posicionamentos legítimos na constituição do cidadão crítico.

Desenvolvimento

A escrita, diante dos posicionamentos de alguns pesquisadores (SOARES 2009, MARCUSCHI 2010, BATISTA-SANTOS; SILVA, 2017), é uma competência que se configura, muitas vezes, como uma tarefa complexa, pois de acordo com Marcuschi (2010, p. 65) essa tecnologia – a escrita:

Pressupõe um sujeito não apenas atento às exigências, às necessidades e aos propósitos requeridos por seu contexto sócio-histórico e cultural, mas também capaz de realizar diversas ações e projeções de natureza textual, discursiva e cognitiva, antes e no decorrer da elaboração textual.

A escrita, dessa forma, possibilita ao sujeito concretizar – por meio da produção textual (gênero textual) – posicionamentos, que muitas vezes ficam no ‘campo da abstração’, isto é, no campo das ideias. De acordo com Street (2014), grande referência dos Novos Estudos do Letramento, pode ser entendida e analisada a partir de três modelos ou perspectivas: *modelo de habilidades de estudo*, *modelo de socialização acadêmica* e *modelo de letramentos acadêmicos*. O primeiro modelo compreende a escrita numa perspectiva cognitiva e individual. Esse modelo “concentra-se nos aspectos da superfície da forma da língua e pressupõe que estudantes podem transferir seu conhecimento de escrita” (LEA; STREET, 2014, p. 479).

O segundo modelo, *socialização acadêmica*, refere-se às formas que os sujeitos utilizam para interagir nas práticas linguageiras, ou nas palavras de Lea e Street, os acadêmicos “adquirem modos de falar, escrever, pensar e interagir em práticas de letramento que caracterizavam membros de comunidade disciplinar ou temática” (LEA; STREET, 2014, p. 479). O terceiro modelo, o de *letramentos acadêmicos*, “tem relação com a produção de sentido, identidade, poder e autoridade”; aqui, os sujeitos são situados em contexto social, são protagonistas de suas produções acadêmicas, interagem e agem responsivamente nas práticas de letramento deste ambiente, no caso específico desta pesquisa, a produção da resenha acadêmica.

Possuindo sua composição “relativamente estável” (BAKHTIN, 2003), a resenha situa-se entre os “gêneros da ordem do argumentar” (SCHNEUWLY e DOLZ 2004, p.60), pois de acordo com Novaes (2008), tal gênero apresenta características tanto de descrição quanto de avaliação, agindo de forma ambígua, ora em um extremo, ora em outro.

Destarte, esse gênero textual tende a assumir características formais, visto que faz parte do ambiente acadêmico. Todavia, devido a esse caráter de avaliação e descrição, é fornecido ao autor a liberdade do mesmo expressar-se como tal, porém esta autoria não acontece de forma mais aberta como é o caso de gêneros que são escritos em primeira pessoa: carta pessoal, diário reflexivo artigo de opinião, entre outros. No gênero resenha crítica, para que apareça a voz do autor, é necessário que este traga também a voz de outros pesquisadores. Essa prática vai ao encontro de conceitos como o de Polifonia proposto por Bakhtin (1981).

Considerações finais.

Falar sobre o letramento é, portanto, refletir acerca da interação do sujeito no mundo, não de uma competência imparcial ou de um método apreendido pela reprodução, descolada da realidade e esvaziada de sentido. Nesse contexto, a universidade, seja na formação inicial ou na continuada, é um espaço organizado por diversas práticas sociais, em que professores e alunos dialogam em um processo contínuo, responsivo e crítico.

Portanto, os resultados, ainda que parciais, demonstraram como os acadêmicos orquestraram as suas vozes, como citam, fazem referência e discutem as outras vozes de outras produções na construção de uma escrita como réplica ativa.

Referencias

BATISTA-SANTOS. D. O. Letramento acadêmico: representações de ingressantes acerca da escrita. **Revista Trama** V. 13 – Número 28 – 2017, p. – 118, disponível em: <http://rerevista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/15586/10969>, 2017.

BATISTA-SANTOS, Dalve Oliveira; SILVA, Dimas Henrique Pereira de Oliveira. A escrita sob o olhar do aluno no Ensino Médio: representações e reflexões. 2018. **Revista A cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 3, p. 10-26, set.-dez 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Ed.Forcnse-Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

FISCHER, A. **A construção de letramentos na esfera acadêmica**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. 340f.

LEA, M. R.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

MARCUSCHI, Beth. Escrevendo na escola para a vida. In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane. (Org.). *Coleção Explorando o Ensino: Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

NOVAES, Ana. **As muitas vozes de uma resenha crítica: por uma concepção interativo-dialógica da linguagem**. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, M. T. **A prática de leitura do Pensar Alto em Grupo: a formação do aluno leitor crítico e a do professor agente de letramento**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 2014. 251f.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. (As Faces da Linguística Aplicada).

STREET. B.V. Dimensões “Escondidas” na Escrita de Artigos Acadêmicos. **Perspectiva** Florianópolis, v. 28, n. 2, 541-567, jul. /dez. 2010.

_____. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 33, 246 n. 89, p. 51-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> .

_____. O Modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. **Filol. Linguíst. Port.** São Paulo: v. 16, n. 2, p. 477-493, jul. /dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p477-493>.

**GT 7 – MEIO AMBIENTE, TERRITÓRIO, FRONTEIRAS
E MIGRAÇÕES**

O QUILOMBO MORRO SÃO JOÃO: AS AÇÕES DE GRILEIROS E O ENCURTAMENTO DO TERRITÓRIO

Isabel Antônio de Carvalho

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir algumas questões do território e as ações da grilagem de terra da Comunidade Quilombola do Morro São João faz parte do projeto de pesquisa do, Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários que atualmente integra ao Projeto PROCAD/CASADINHO/CAPES, firmado entre o IPPUR/UFRJ e o PPGG- Mestrado em Geografia da UFT, onde foi ofertado uma bolsa de iniciação científica do PIBIC ,para alunos da Graduação em geografia, na qual fomos contemplado com o projeto sobre os estudos territoriais da Comunidade Quilombola do Morro São João. Está situado na porção Leste do município de Santa Rosa é composta por famílias afro-descendentes que migraram da Fazenda Engenho para a Fazenda Morro, situado a Leste do referido município próximo a cidade de Ipueiras – TO.

Palavras-chave: Resistência. Território. Quilombola.

INTRODUÇÃO

A Comunidade Quilombola Morro São João, segundo, existe a mais de 200 anos, é composta atualmente por cerca de 80 famílias, todas descendentes do senhor Victor de Sena Ferreira, filho de um padre José Bernardino de Sena Ferreira, vigário da paróquia de Natividade e de uma escrava de nome Pelonha, que trabalhava em uma propriedade sua o engenho Bom Sucesso, atualmente fazenda Açude no município de Santa Rosa -TO. Na época o padre Bernardino doou para seu filho Victor cerca de 180 alqueires de terra, nas margens do rio Manoel Alves próximo de sua foz com o rio Tocantins, que formou o núcleo do povoado que formou o quilombo.

Ali Pelonha criou seu filho, juntou seus parentes e recebeu vários escravos fugidos de outros engenhos da região, fatos que a deixou querida no meio dos negros mas odiada pelos senhores de engenhos da região. A propriedade hoje está em nome dos herdeiros diretos de Pelonha e seu filho Victor Sena. Porém o domínio territorial dos escravos e descendentes de escravos era infinitamente maior do que a fazenda Morro São João o território atual da comunidade, esse é uma pequena parte do território originário que é formado por três grandes sesmarias; a fazenda Roma, a Barreiros das Catas e a São Felipe, todas pertencentes a membros da família Sena Ferreira herdeiros de Pelonha e seu filho.

Os moradores da comunidade vivem em uma luta constante pelos seus direitos territoriais assegurado pela constituição brasileira, decretado pelo art. 68/88 afirma que. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Nesse perspectiva a comunidade quilombola do Morro São João do município de Santa Rosa-TO. Está em lutas constantes para o reconhecimento de seu território original e sua regularização como a demarcação definitiva dessas áreas que comporiam o novo território, é claro que isso deve passar por um processo de desapropriação dos fazendeiros que compraram fazendas, no regime de boa fé,

dentro do território. Mas isso é com o Estado que tem o dever de cumprir a Constituição Nacional, que assegura o direito dos quilombolas permanecerem em seus territórios tradicionais.

A comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares como Remanescentes dos Comunidades dos Quilombos pela Portaria FCP Nº 06 de 01 de Março de 2004/DOU Nº 43, de 04 de Março de 2004, Seção 1, fl. 07. A partir de então tem intensificado a luta pela restituição e demarcação de seu território que sofreu ao longo do tempo na sua maior porção que compreendia as atuais Fazendas: Barreiros das Catas com 1800 alqueires goiano de extensão inteiramente grilada, processo que trataremos adiante, fazenda Roma com 1250 alqueires, (grilo e expropriação) Fazenda São Felipe com aproximadamente 1600 alqueires (grilo e expropriação) e finalmente a Fazenda Morro São João núcleo de formação do quilombo com documentação constando 1800 alqueires, atualmente quase que totalmente expropriada.

O processo de expropriação (MARTIS,1988) inicia com a chegada de fazendeiros sulista assessorado por uma rede de atores regionais fazendo pressão para adquirir as terras a preços irrisórios, através de grileiros, agrimensores, engenheiros agrônomos, donos de cartórios, funcionários de bancos, políticos, etc. Disfarçados em representantes de empresas agrícolas que trará o desenvolvimento para o município, assim inicia a fragmentação, quando os herdeiro são obrigados a vender suas parcelas e concentração do território, quando os fazendeiros concentra na mão de poucos proprietários as terras que serão imediatamente valorizadas e inseridas nas área de produção de agricultura capitalista.

O Território Quilombola e a Construção de Identidade Territorial

O território quilombola , do Morro São João no Município de Santa Rosa-TO, neste momento explicita a necessidade de compreender a relação da comunidade com o processo identitário construído historicamente na resistência ao avanço da agricultura capitalista sobre poucos domínios territoriais que ainda resiste, a fixação dos remanescentes de quilombo pelo território, e as diferentes formas de luta pela permanência na terra, assegurados pelo artigo 68 da Constituição Federal, exige que as comunidades quilombolas se auto declaram como comunidades negras. O território para as comunidades remanescentes de quilombo, é caracterizado como forma de reverência física e de representações simbólicas para a manutenção da identidade quilombola, que dentro da lei lhes assegura o direito aos seus territórios originário.

Dessa forma, após dez anos de pesquisa, envolvendo entrevista com moradores antigos, alguns já falecido, das comunidades afrodescendentes: Morro São João, da fazenda Açude, das cidade de Santa Rosa e Ipueiras, bem como com moradores de pequenos e antigos povoados da região. Fizemos levantamentos de documentos cartoriais através de visitas complicadas ao cartório de Natividade sede do antigo município que abrigava as referidas terras, no cartório de Santa Rosa e de Silvanópolis dois novos município desmembrados de Natividade quando na criação do Estado do Tocantins. Neste dois últimos cartório as pesquisa não avançaram pois são documentos recentes com as propriedades já divididas e com nomes diferentes, ficando apenas os documentos históricos de Natividades e a topofilia dos cursos d'água que de alguma forma ainda se matem como marcos divisório das novas propriedades desmembradas da fazenda Barreiro das Catas. Assim com muita dificuldade começamos a vislumbrar historicamente alguns sinais, ainda

cartograficamente e juridicamente a confirmar, das terras que formarão o território/real a ser demarcado por reivindicação dos quilombolas do Morro São João, que é historicamente formado por três

CONCLUSÃO

Sendo assim com base nos estudos realizados na Comunidade Quilombola Morro São João, entendemos que as pesquisas devem continuar, desvendar as artimanhas cartoriais, as escrituras paroquiais, e a cadeia de pressão instituída pela violência física e psicológica contra, famílias humildes e desprotegidas, de descendente de comunidades quilombolas, imposta pelos grileiros com seus pistoleiros e agentes públicos locais. É o caminho a seguir no intuito de oferecer as famílias quilombolas e as instituições do estado, responsável em cumprir a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos territoriais das comunidades quilombolas, ferramentas que permita iniciar e concluir processos de demarcação dos territórios quilombolas, espalhados por todas regiões do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.A. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade Quilombola Magalhães**. Brasília, DF: UNB, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. 2º Ed. Cord. Planejamento Regional. Recife: SUDENE 1979.

APOLINARIO, Juciene Ricart. **Escravidão negra no Tocantins colonial: Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps 2000.

AWDRIM, J. M. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos: Trabalho e identidade étnica em Goiás**, Goiânia: Universidade federal Brasília, 1977.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE NATIVIDADE, 1º NOTAS, Certidão Negativa de Matrícula, 04 de Maio de 2012 Natividade –TO.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE NATIVIDADE, 1º NOTAS, Certidão de Inteiro Teor de Matrícula, 25 de Junho de 2012 Natividade –TO.

FIABANI Adelmir, **Mato, palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes 1532-2004** Expressão Popular SP. 2005.

FIABANI Adelmir, **Os Novos Quilombos: luta pela terra e firmação étnica no Brasil (1988-2008)**. Negô Palmas 2015.

GOMES, Flávia dos Santos. **Histórias de quilombolas: Mocambos e Comunidade de senzalas no Rio de Janeiro XIX**. Ed. Revista ampla. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 430.

GOMES, H. **Revisitando um Quilombo Brasileiro**. UCG, Goiânia GO, 2004.

OLIVEIRA, Maria de Fátima [et al.]. **Festas, Religiosidades e Saberes do Cerrado**. In: Oliveira, Fernando Bueno; D, Abadia, Maria Idelma Vieira: “Ainda Existimos,

Resistimos”: Trajetórias e Territorialidades Negras no Cerrado. p, 263-294:
OLIVEIRA, Maria de Fátima. Editora UEG, Anápolis, GO, 2015.

GT 8 – CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA TEORIA DO CONFORTO

Ana Cristina da Silva Araujo

Edmilson Andrade Reis

RESUMO

Uma teoria possui relação objetiva ou subjetiva com a pesquisa e a prática. Deste modo, este artigo tem como objetivo descrever os conceitos e definições da Teoria do Conforto, e assim contextualizar a sexualidade como dimensão do conforto humanizado. Conforto nada mais é que um estado de relaxamento seguido de: bem-estar físico, psicoespiritual, social e a sexualidade, em que todos esses elementos são partes integrantes do ser humano, conforme a perspectiva da humanização do atendimento. **Objetivo:** Relacionar a sexualidade dentro da teoria do conforto de Katharine Kolcaba. **Desenvolvimento:** a enfermagem é peça fundamental para promoção da saúde do cliente e diante das alterações em que o processo é um método e o produto é o resultado das ações/intervenções ali sofridas quando inseridas de forma humanizada. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações assim como a saúde física e mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico. **Conclusão:** As dimensões apresentadas pela Teoria do conforto ao qual entendemos que a sexualidade esta e faz parte do ser humano, na sua dimensão holística de cuidar/ cuidado a nosso ver não são dissociadas.

Palavras chave: Conforto. Sexualidade. Teoria. Humanização.

INTRODUÇÃO

A enfermagem vem ao longo dos tempos conquistando e aprimorando conhecimentos acerca da(s) vivencia(s) do(s) individuo(s) e do coletivo. Nesse sentido relacionado ao processo de saúde, doença e bem estar, e para que essa inter-relação aconteça, utilizamos as teorias de enfermagem como fontes norteadoras, para análises, compreensões e aplicabilidade. Sendo assim, Chin e Kramer (2018) definem que “teoria é uma estruturação criativa e rigorosa de ideias que projetam uma concepção preliminar, intencional e sistemática sobre um fenômeno”.

Para Russ (2010), conceito não é apenas um “produto abstrato do entendimento”, e sim, ponto fundamental do ato de pensar, espírito vivo da realidade. O estudo de conceitos possui interesses simbolizados e encarnados na filosofia, pois comportar-se filosoficamente é, essencialmente, questionar conceitos, sentidos e pressupostos.

Para este trabalho, utilizaremos os conceitos da Teoria do Conforto e relacionaremos a sexualidade como uma das dimensões do bem-estar que transcende ao corpo físico e indispensável no cuidado humano holístico.

Ao analisarmos o conforto como resultado do cuidado de enfermagem apresentando-se multidimensional e holisticamente ou como busca de sentido para a vida não poderíamos deixar de ver a sexualidade com uma dimensão de conforto, e também humanização. Nesse sentido, Louro (2001), a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo, ou seja, é um conforto holístico. Ainda para Louro (2001), a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política e ainda pelo fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Notamos que quando falamos em cuidado, bem estar, ambiente, sociedade, psicológico etc., percebemos que estes estão totalmente vinculadas a sexualidade e humanização. E para que o individuo esteja satisfeito na sua integralidade, ele precisa estar em equilíbrio em todas as áreas da vida.

Teoria do conforto

Conforto é considerado como uma dimensão do processo, experiências e conceitos dinâmicos como qualidade de vida, esperança, controle de determinadas situações e perspectivas, tendo como base oposição de desconforto (SIEFERT, 2002), sendo sempre abordado como uma necessidade humana básica e tendo foco em promoção a saúde (MALINOWSKI, ATAMLER, 2002).

Analisando a Teoria do conforto de Kolcaba (2003), define os três estados (alívio, tranquilidade, transcendência) desenvolvem-se em quatro contextos, sendo eles: físicos (sensações corporais), socioculturais (relações interpessoais, familiares e sociais), psicoespiritual (consciência de si), sexualidade (sentido de vida) e o contexto ambiental (aspectos externos, luz, barulho, temperatura etc.), estes estados integram o ser humano como um todo e a importância das alterações sofridas sobre o estado de conforto. Se os estados se integram conforme descrito acima como um estado cíclico o conforto descrito é um estado resultante das intervenções de enfermagem com o intuito de aliviar ou eliminar o estresse, deixando satisfeitas as necessidades básicas tais como (sexualidade, afeto, ambiente e outros).

Observando seus escritos referente ao conforto holístico ao qual Kolcaba sustenta em sua teoria 4 princípios teóricos sobre a natureza do conforto holístico foi descrito conforme Kolcaba (2003): 1- o conforto é geralmente próprio de uma condição, 2- o resultado do conforto é sensível às mudanças ao longo do tempo, 3- qualquer intervenção de enfermagem holística consistentemente aplicada, com uma história estabelecida para a eficácia, melhora o conforto ao longo do tempo e 4- o conforto total é maior do que a soma das suas partes.

No metaparadigma utilizado na teoria do conforto conforme Silva et. al. (2011), **a enfermagem:** possui um acesso intencional das necessidades de conforto de clientes e esquemas de medidas para controlar as necessidades. **A pessoa:** quem recebe os cuidados podendo ser saudável ou enfermo. **O ambiente:** interno ou externo, material ou imaterial, ou de acordo com Silva et. al. (2011) aspectos pertinentes ao cliente/família/comunidade que afetam o conforto e que podem ser manipulados/manejados para assegurar o conforto. **A saúde:** representado como estado de bem estar, ou conforme Silva et. al. (2011) é o nível ótimo de função de um cliente/família/comunidade, capaz de assegurar o conforto.

Sexualidade

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 1975) fornece uma orientação para o estudo da sexualidade humana, embora não defina explicitamente este conceito. A sexualidade é parte integral da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. É a energia que motiva a vivência da afetividade, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma das pessoas tocarem e serem tocadas.

Se a sexualidade é um direito humano fundamental porque ainda relacionamos a sexualidade ao ato sexual ou como uma parte inexplorável da essência humana, seria porque nossas concepções sobre a sexualidade estariam permeadas de tabus e repressões? Pensamos que vários fatores internos e externos nos induzam a ver a sexualidade como algo não natural, isso se justifica pela ausência de abordagem durante todas as nossas fases e inclusive na formação acadêmica. Colaborando com nosso pensamento, a sexualidade, afirma Foucault (2017), é um "dispositivo histórico".

Merleau-Ponty (2008, p. 219) relata que é a sexualidade que faz com que um homem tenha uma história. Ou ainda de acordo com Bearzoti (1993) "sexualidade é considerada sinônimo de genitalidade assim como vida sexual é tida como equivalente a relação sexual". Freud dá ao termo um significado bem mais amplo situando sexualidade tanto aquém como além do ato sexual, definindo que sexualidade é energia.

Sexualidade relacionada à teoria do conforto

Mendonça (2004) diz que o corpo é a referencia nominal que diz a respeito de cada ser humano, desde a presença física a nossa identificação comum de nossas características. Nossas experiências vividas em relação ao corpo especificarão o que irá te fazer único. Assim o ser humano tendo uma naturalidade mais íntima e profunda daquilo, fazendo com que ele seja muito mais que a matéria em si.

O conforto é o resultado esperado dos cuidados holísticos da enfermagem onde engloba na sua dimensão a sexualidade, pois a mesma também influencia pensamentos, ações, sentimentos e promove o conforto para saber lidar consigo enquanto ser sexual e ainda acrescentaríamos como agregador à Política Nacional de Humanização. Ainda de acordo com Kolcaba (2003) nada melhor que o autoconhecimento, autoconceito, autoestima e liberdade para que a pessoa se sinta confortável e tenha um melhor resultado clínico e de vida.

Entendemos que a sexualidade e o conforto não são distintos, se analisarmos nesse momento pela relação conforto-sexualidade-corpo, pois é através do corpo que experimentamos o prazer e a dor, isso nos faz pensar em experiências muito distintas podendo ser subjetivas e objetivas ao mesmo tempo, ou ainda aceitaríamos ver os corpos femininos e masculinos e (suas diferenças amplas/globais/fisiologias etc..) aceitaríamos o impulso sexual inerente, os atos de liberdade e responsabilidade para o conforto consigo e os outros e a partir disso a identidade construída como ser social. Essa relação conforto-sexualidade-corpo nessa pesquisa nos mostrou uma relação muito tênue entre o momento atual a qual nos deparamos com o conforto pessoal/físico.

CONCLUSÃO

As dimensões apresentadas pela Teoria do conforto ao qual entendemos que a sexualidade esta e faz parte do ser humano, na sua dimensão holística de cuidar/cuidado a nosso ver não são dissociadas. Pelo simples fato de que a sexualidade faz parte da construção do homem em todas as fases da vida, incluindo como ser social, ou ainda se analisarmos pelo fato de que o conforto é uma relação de bem estar, o conforto é sensível às mudanças ao longo do tempo, isso justifica-se no momento em que implantamos a Política Publica de Humanização. Brasil (2013), a humanização pode ser compreendida como um vínculo entre profissionais e usuários. Em outro sentido, a humanização é associada à qualidade do cuidado, que incluiria a

valorização dos trabalhadores e o reconhecimento dos direitos dos usuários. Um cuidado permeado de conforto inclui a sexualidade, o respeito ao corpo humano, um caráter humanístico e holístico.

REFERÊNCIAS

- BEARZOTI P. **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano**. Campinas- SP, 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de humanização- PNH**. Brasília: MS, 2013.
- CHIN, P.L. KRAMER, M.K. **Desenvolvimento do Conhecimento em Enfermagem: Teoria e Processo**. 10.ed. Missouri: Mosby, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, V.1: A vontade de saber**. Graal6ªed. Rio de Janeiro: 2017.
- KOLCABA, K. **Comfort theory and practice: a vision for holistic health care and research**. New York: Springer publishingcompany; 2003.
- LOURO, G. L. (organizador). **O CORPO EDUCADO: Pedagogias da sexualidade**. Autêntica, Belo Horizonte, 2001. Acessado em 18 de maio de 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>
- MALINOWSKI, A.; STAMLER, L. (2002) - **Conforto: exploração do conceito em enfermagem**. Revista de Enfermagem Avançada. vol. 39, nº 6, p. 599-606.
- MENDONÇA; JGR. **O corpo e sua dimensão simbólica**. Presença Revista de Educação Cultura e Meio Ambiente- maio- nº 29. Vol 08, 2004. Acessado em 17 de abril de 2018. Disponível em:
- MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da percepção / Maurice Merleau-Ponty**; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 3- ed. - SãoPaulo: Martins Fontes, 2008.
- RUSS, J. **Os métodos em filosofia**. Rio de Janeiro: vozes, 2010.
- SILVA, CRL.; CARVALHO, V.; FIGUEREDO, NMA. **Predicações de conforto na perspectivas de clientes e de enfermeiros**. CogitareEferm, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/21111/13937>>Acessado em: 16 de maio de 2018.
- SIEFERT, M. L. (2002) – **Análise de conceito de conforto**. NursingForum. vol. 37, nº 4, p. 16-23.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO).Educação e tratamentoemsexualidadehumana: A formação do profissional de saúde. Genebra, Suíça, 1975.